IX GOVERNO CONSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO DE ESTRATÉGIA ORÇAMENTAL PARA 2026

OTIMIZAR OS RESULTADOS COM DESPESAS REALISTAS

República Democrática de Timor-Leste
Ministério das Finanças

Declaração de Estratégia Orçamental para 2026

Otimizar os resultados com despesas realistas

Índice

Nota Técnica 3

Sumário Executivo 4

1. Estratégia orçamental e perspetivas Macroeconómicas e Fiscais 6

Estratégia orçamental 6

Análise da evolução macroeconómica recente 8

Projeções macroeconómicas e orçamentais (2026-2030) 17

Análise de Sustentabilidade Fiscal 23

2. Prioridades e reformas do Governo 26

Consulta ao Cidadão – Principais Resultados 26

Prioridades e Medidas do Governo 28

Principais desenvolvimentos na GFP 42

3. Resultados e limites máximos das despesas 46

Evolução recente das despesas 46

Orçamento de 2025: Revisão de Despesas 2025 53

Despesas Obrigatórias para 2026 56

Limites máximos de despesas para o sector público administrativo 57

4. Riscos Fiscais e Metodologia 58

Recursos Externos e Limites da Dívida 58

Demonstração de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes 69

Metodologia e Pressupostos 77

Nota Técnica

Nos termos do artigo 23.º da Lei de Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e gestão financeira públicas (Lei n.º 3/2025, de 23 de abril), [1]este documento apresenta uma visão geral das mais recentes projeções macroeconómicas e orçamentais, juntamente com uma declaração da estratégia orçamental do Governo antes da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2026 (doravante Orçamento de 2026).

Esta declaração das intenções do Governo para o Orçamento de 2026 e para o médio prazo surge antes da Comissão de Revisão do Orçamento, durante a qual o Governo terá a oportunidade de avaliar mais detalhadamente as preocupações económicas, as prioridades políticas e o financiamento disponível. Como tal, o teto orçamental e as projeções macroeconómicas delineadas neste documento estão sujeitos a alterações e revisões antes da apresentação da proposta orçamental no dia 1 de outubro.

Todos os números também estão sujeitos a revisão antes da proposta de orçamento, à medida que novos dados e informações forem disponibilizados ao Ministério das Finanças. Por conseguinte, os números apresentados no documento abaixo devem ser tratados como indicativos e com o objetivo de facilitar uma maior transparência e compreensão da situação económica e orçamental do país antes da proposta orçamental e dos debates subsequentes. A oportunidade de uma análise mais aprofundada e de disponibilidade de dados durante o processo de definição do orçamento tem o potencial de alterar a compreensão do Ministério das Finanças sobre as perspetivas de crescimento económico e receitas em 2025 e nos anos seguintes.

Além disso, este ano é a primeira vez que o Ministério das Finanças publica um documento de estratégia orçamental em junho. O Ministério continuará a esforçar-se por melhorar os pormenores e a qualidade das análises fornecidas em futuros documentos.

[1] https://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2025/serie_1/SERIE_I_NO_17.pdf

Sumário Executivo

O IX Governo Constitucional de Timor-Leste apresenta a Declaração Estratégia Orçamental para 2026 que estabelece um caminho orçamental prudente com o objetivo de melhorar a prestação de serviços, promover o crescimento económico sustentável e prolongar a vida útil do Fundo Petrolífero. A estratégia reflete uma mudança do crescimento impulsionado por elevadas despesas públicas, para um modelo mais sustentável, facilitado por uma maior eficiência do sector público e uma maior participação do sector privado.

Projeta-se um crescimento económico de 4,3% em 2025, impulsionado por fortes despesas de capital e por uma melhor execução. No entanto, este crescimento continua fortemente dependente da despesa pública, sendo que mais de 90% do PIB é representado pelas despesas públicas. As análises de sustentabilidade orçamental do Orçamento de 2025 alertam para o esgotamento do Fundo Petrolífero até 2035 se persistirem os levantamentos em excesso. Para mitigar isso, o Governo propõe uma redução de 13% no teto orçamentário consolidado de 2026, para US$ 1,85 bilhões, com cortes direcionados nos gastos recorrentes e um redirecionamento de recursos para investimentos de alto impacto.

A Estratégia Orçamental para 2026 delineia uma série de reformas críticas. Do lado das despesas, as medidas incluem a introdução de uma idade de reforma da função pública, o financiamento extraorçamental dos conselheiros e a consolidação das transferências públicas. Estas medidas são complementadas por investimentos estratégicos em infraestruturas (por exemplo, reabilitação do aeroporto de Díli, eletrificação rural e conectividade digital), saúde e educação, e Tabelas facilitadores para a agricultura, o turismo e o desenvolvimento do setor privado.

Do lado da receita, o Governo planeia implementar um Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a partir de 2027. Espera-se que o IVA aumente a arrecadação em até 1,5% do PIB no curto prazo e reduza a dependência das receitas do petróleo, alinhando Timor-Leste com os padrões fiscais internacionais.

A estratégia proposta prolongaria a vida útil do Fundo Petrolífero até 2038, proporcionando espaço orçamental crucial para implementar o Plano de Desenvolvimento Estratégico 2011-2030 e proporcionaria tempo para assegurar novos recursos do projeto Greater Sunrise. Embora se espere que o crescimento do PIB registe uma moderação para 2,7% em 2026, devido a despesas mais restritivas, tal é visto como uma correção necessária no sentido de um crescimento sustentável e resiliente.

Esta Estratégia Orçamental é um roteiro indicativo. O seu sucesso depende da implementação eficaz, das reformas na gestão das finanças públicas e das decisões coletivas do Comité de Revisão Orçamental e do Parlamento nos próximos meses. Uma tabela fiscal e um memorando indicativos são fornecidos na Tabela 1.

Tabela 1: Tabela Fiscal Indicativa e Memorando – Administração Central e RAEOA, US$m

	Orçamento aprovado para 2025	Proposta Indicativa 2026
Total das despesas consolidadas Administração Central + RAEOA	**2,125**	**1,850**
Recorrente	1663	1467
Salários & Vencimentos	*490*	*415*
Bens e Serviços	*415*	*362*
Transferências Públicas	*758*	*690*
Capital	462	383
Capital de Menor	*23*	*29*
Capital de Desenvolvimento	*440*	*354*
Receitas	**811**	**796**
Receitas Domésticas	259	270
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	552	525
Saldo Orçamental	**-1,315**	**-1,054**
Défice de financiamento	**1,315**	**1,054**
Levantamentos em excesso	1,009	851
Utilização do Saldo de Caixa	251	146
Empréstimos	45	50
Apoio orçamental direto	9	8

**Nota: Todos os valores arredondados para o milhão mais próximo como valores de 2026 devem ser tratados como preliminares Fonte: Aprovado OGE 2025 e cálculos da Direção de Política Económica Nacional (DNPE), Ministério das Finanças*

1. Estratégia orçamental e perspetivas Macroeconómicas e Fiscais

Estratégia orçamental

1.1. A estratégia orçamental do Governo para 2026 é delineada pelo tema deste documento "Otimizar resultados com despesas realistas". Reconhece-se, assim, a necessidade de tirar partido dos resultados recentes através de dotações orçamentais eficientes e sustentáveis.

1.2. Com base no orçamento de 2025, a estratégia do Governo assenta na concretização dos objetivos definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento. Este documento visa estabelecer um plano para o Orçamento de 2026, que continuará a dar prioridade ao crescimento económico, à criação de emprego e à redução da pobreza, mas com um foco renovado na eficiência e na sustentabilidade a longo prazo.

1.3. Tal como em anos anteriores, perto de 75% da dotação aprovada para o orçamento de 2025 foi financiada por retiradas do Fundo Petrolífero. Esses recursos permitiram que o Governo gastasse mais do que os pares regionais[2] em setores prioritários como a saúde, a educação e a proteção social. Além disso, com mais de 20% do orçamento alocado para investimentos de capital de desenvolvimento, o Governo continuou a crescer economicamente e a melhorar as infraestruturas do país. Como resultado, as perspetivas preliminares para 2025 (com base em dados de execução do Governo até maio) sugerem que maiores gastos do Governo em desenvolvimento de infraestrutura, proteção social e programas-chave levarão a um maior crescimento económico em 2025.

1.4. Embora positivo, este crescimento económico continua a ser alimentado pelas despesas públicas[3], que, por sua vez, são financiadas por retiradas excessivas que retiram do período de vida do Fundo Petrolífero. As projeções de sustentabilidade orçamental delineadas no Orçamento de 2025 alertavam para o facto de que, se a tendência de crescimento económico alimentada por despesas públicas mais elevadas se mantivesse a médio prazo, o Fundo Petrolífero esgotar-se-ia totalmente até 2035.

1.5. Tendo isto em conta, o presente documento traça um plano para criar as condições para um crescimento económico sustentável. A proposta de teto consolidado para a Administração Central e a RAEOA (US$ 1,85 bilhões) representa uma redução de 13% no teto aprovado para 2026. Além disso, as medidas propostas para 2026 e a médio prazo (2027-2030) procuram fazer a transição gradual do papel do Governo na economia, do principal motor do crescimento económico, para um facilitador do crescimento e do desenvolvimento.

[2] Análise dos slides da Jornada Orçamental 2026: https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/material-jornada-orsamental-2026

[3] As estimativas do Ministério da Saúde sugerem que a despesa pública em 2024 excedeu os 90% do PIB e que se prevê uma tendência semelhante para 2025

1.6. As medidas propostas no Orçamento de 2026 delineadas neste documento, estabelecem as bases para tal através de poupanças de eficiência. Isto, por sua vez, define uma nova abordagem do orçamento do Estado; uma de otimização dos resultados com níveis de despesa sustentáveis e realistas. As dotações propostas estão em consonância com a capacidade de execução do Governo, o que, por sua vez, reduz as oportunidades de despesas supérfluas e improdutivas.

1.7. Uma maior eficiência do Governo pode também criar um ambiente propício ao crescimento económico. Melhores alocações orçamentárias podem garantir maior eficácia dos programas que apoiam a diversificação económica. Despesas mais eficientes com salários e vencimentos, podem reduzir os potenciais efeitos da evicção (ou seja, quando o Governo monopoliza recursos que, de outra forma, poderiam estar disponíveis para o setor privado).

1.8. A saúde e a educação continuam a ser setores prioritários para o Orçamento de 2026, no entanto, as dotações orçamentais terão como objetivo ter um maior foco na melhoria dos resultados nestes setores. Além disso, a secção «Prioridades e medidas» infra apresenta propostas para atrair o investimento privado e facilitar a diversificação económica. Estas incluem a renovação e remodelação do aeroporto de Díli, a criação de um Banco Nacional de Desenvolvimento, a emissão de títulos de propriedade e a melhoria da conectividade à Internet através da instalação de um cabo de fibra ótica.

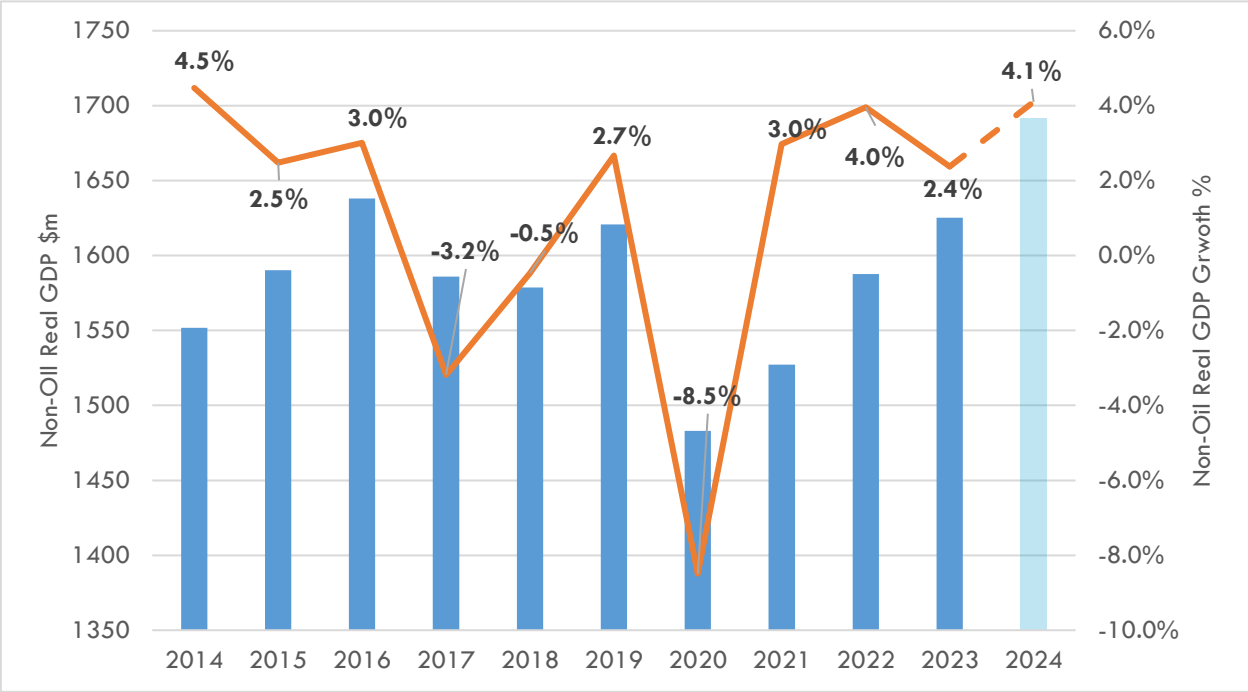
1.9. Ao mesmo tempo, serão envidados esforços para consolidar e melhorar a eficácia das despesas públicas através de reformas da massa salarial e da mão de obra, bem como de transferências públicas. Algumas destas reformas e os seus impactos são descritos nas medidas e projeções orçamentais infra; incluem propostas para aumentar as receitas através da implementação de um Imposto sobre o Valor Acrescentado em 2027.

1.10. O efeito combinado destes planos será prolongar a vida útil do Fundo Petrolífero até 2038 (3 anos mais tarde do que o previsto no Orçamento de 2025). Quando combinada com novas reformas a médio prazo e o desenvolvimento de novos recursos petrolíferos através do gasoduto Greater Sunrise, esta estratégia tem o potencial de assegurar a sustentabilidade orçamental a longo prazo do país, ao mesmo tempo que concretiza os objetivos do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

1.11. A estratégia delineada através das medidas, dotações propostas e projeções no presente documento representa uma proposta indicativa para 2026 e anos seguintes. Os impactos declarados estão sujeitos a uma análise mais aprofundada nos próximos meses, bem como às decisões tomadas durante a Comissão de Revisão do Orçamento e os debates parlamentares subsequentes.

Análise da evolução macroeconómica recente

Figura 1: Crescimento real do PIB e Estimativa 2024, LHS $US milhões, RHS %



*Fonte: Instituto de Estatística, INETL, Ministério das Finanças *Os números de 2024 são preliminares*

Crescimento histórico

1.12. Como nação produtora de petróleo, o PIB global de Timor-Leste está sujeito a uma grande flutuação, uma vez que depende dos números da produção de petróleo e dos preços internacionais (ambos fatores difíceis de prever). No entanto, uma vez que o sector petrolífero proporciona um mínimo de emprego, uma vez que requer mão de obra altamente qualificada e especializada e opera em grande parte offshore, a concentração no PIB não petrolífero reflete melhor as condições económicas vividas pela população.

1.13. Timor-Leste registou um crescimento real do PIB médio de 1,0% ao ano entre 2014 e 2023 (últimos 10 anos). Estas taxas de crescimento foram mais elevadas no início da década de 2010 e foram impulsionadas pelo aumento da despesa pública associada à estratégia económica do Governo para garantir que Timor-Leste tem as infraestruturas necessárias para permitir que o setor privado floresça a longo prazo. O investimento governamental permitiu uma melhoria significativa da cobertura rodoviária e de eletricidade em todo Timor-Leste, o que ajudou a melhorar os padrões de vida e o ambiente de negócios.

1.14. No entanto, as taxas negativas de crescimento económico em 2017, 2018 e 2020 comprometeram os progressos realizados. Em 2020, o crescimento do PIB caiu 8,5% devido ao efeito conjugado do atraso na aprovação do Orçamento Geral do Estado, da incerteza política, da pandemia de COVID-19 e da aplicação do Estado de Emergência.

1.15. Em 2021, registou-se um grande aumento da despesa pública de cerca de 29%, à medida que o Governo procurava relançar a economia após o impacto da pandemia. Como resultado, o crescimento real do PIB não petrolífero em 2021 recuperou para 3,0%.

1.16. Em 2022, o PIB cresceu 4,0%, principalmente devido ao aumento do investimento público e privado. As transferências governamentais e a recuperação da pandemia de COVID-19 também alimentaram um grande aumento do consumo privado (que aumentou 14,6% em termos reais). Os gastos do Governo em 2022 atingiram o maior nível da história do país, com US$ 1,74 bilhões. Ao mesmo tempo, porém, as importações também aumentaram 23% em termos reais, o que resultou do aumento da procura e dos preços mundiais.

1.17. O crescimento do PIB caiu para 2,4% em 2023. Enquanto a despesa pública global com salários e vencimentos e bens e serviços aumentou 4,6%, uma taxa de inflação elevada fez com que o consumo público diminuísse 0,8% em termos reais. Apesar disso, o crescimento global manteve-se positivo, uma vez que as despesas de capital do Estado e o investimento privado aumentaram.

1.18. O consumo das famílias também registou um aumento de 3,8%. Isso reflete um aumento na atividade económica geral à medida que a economia se recuperou dos efeitos persistentes da pandemia de COVID-19. As exportações não petrolíferas aumentaram 31,9% em termos reais, mas foram impulsionadas por um aumento das exportações de serviços, em particular de viagens, uma vez que as exportações de bens (excluindo as exportações de petróleo) registaram uma queda de 16%.

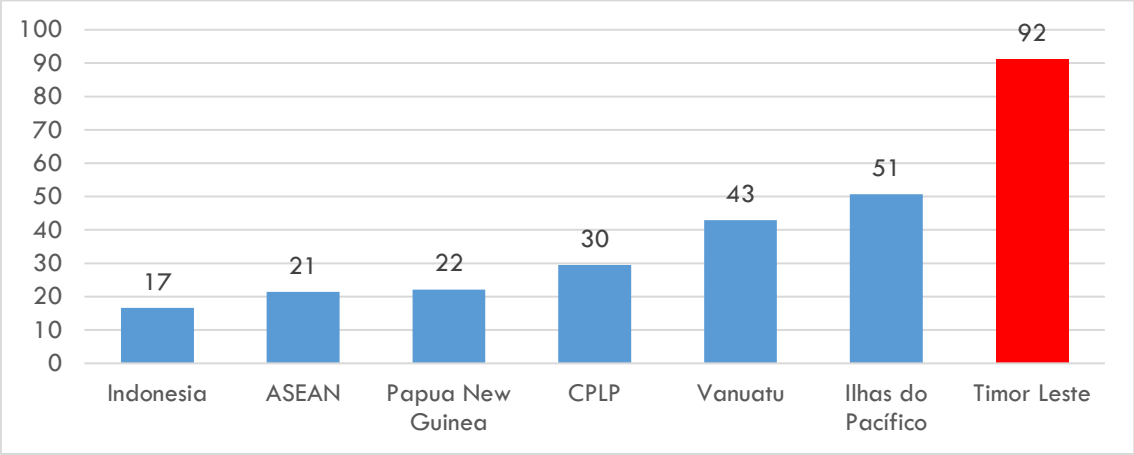
PIB 2024

1.19. Estima-se que o crescimento do PIB não petrolífero tenha acelerado 4,1% em 2024. A taxa de crescimento mais elevada, após uma redução para 2,4% em 2023, foi impulsionada principalmente pelo forte crescimento do investimento (privado e público), uma vez que as reformas nos contratos públicos e na gestão do investimento levaram a melhorias na execução da despesa pública, que subsequentemente apoiaram a expansão do setor privado.

1.20. O crescimento global do PIB ao longo da última década é apresentado na Figura 1 supra. O desempenho estimado em 2024 representa o crescimento económico mais forte da última década, reflexo de um setor privado reforçado, de um Governo estável e da eficácia das dotações orçamentais e das reformas.

1.21. A despesa pública continuou a ser o principal motor do crescimento económico em 2024, estimando-se que seja de 92% do PIB (níveis muito superiores aos de outros países da região e dos países da CPLP). Na secção 3 (Evolução recente das despesas) do presente documento é apresentada uma repartição das despesas públicas.

Figura 2: Despesa pública em percentagem do PIB, %



Fonte: Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial (WDI) e GRP, Ministério das Finanças, maio de 2025

1.22. Abaixo descrevemos a progressão de cada um dos principais componentes do PIB (Consumo – incluindo consumo do Governo, Investimento, Exportações e Importações).

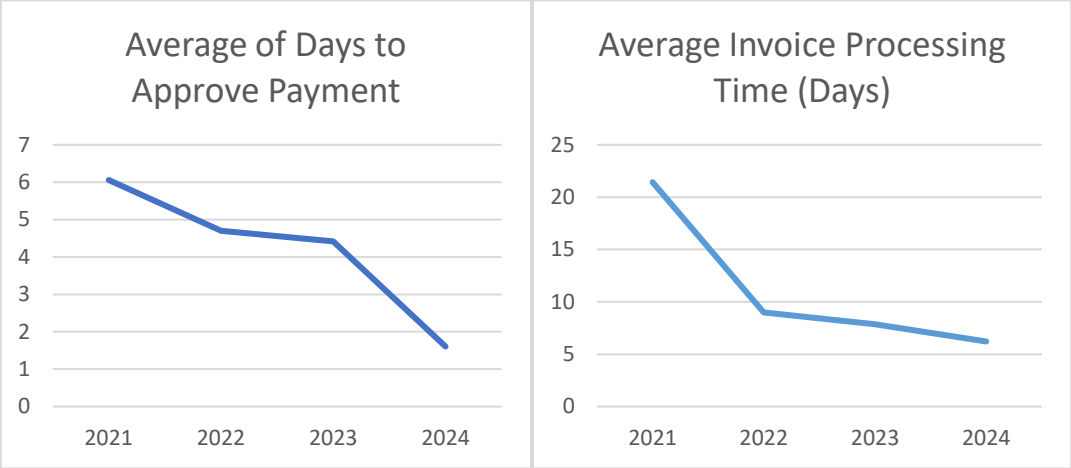
1.23. **O consumo** é constituído tanto pelo consumo privado como pela despesa pública em bens e serviços, bem como pelos salários e vencimentos (conhecido como consumo da administração pública).

1.24. **O consumo da administração pública** cresceu 3% (em termos reais) em resultado do aumento das compras de bens e serviços e de salários (tal como referido noutras secções do presente documento).

1.25. O orçamento final aprovado para a Administração Central e a RAEOA para 2024 pode ter registado apenas um aumento de 10% face a 2023, no entanto a despesa global (para a Administração Central e a RAEOA) aumentou 11%.

1.26. Isso foi em parte impulsionado por melhorias nos prazos de processamento de faturas e pagamentos, o que levou a um aumento do desempenho do Governo. Como mostra a Figura 3, os tempos médios de processamento de pagamentos e faturas reduziram em dois dias em 2024.

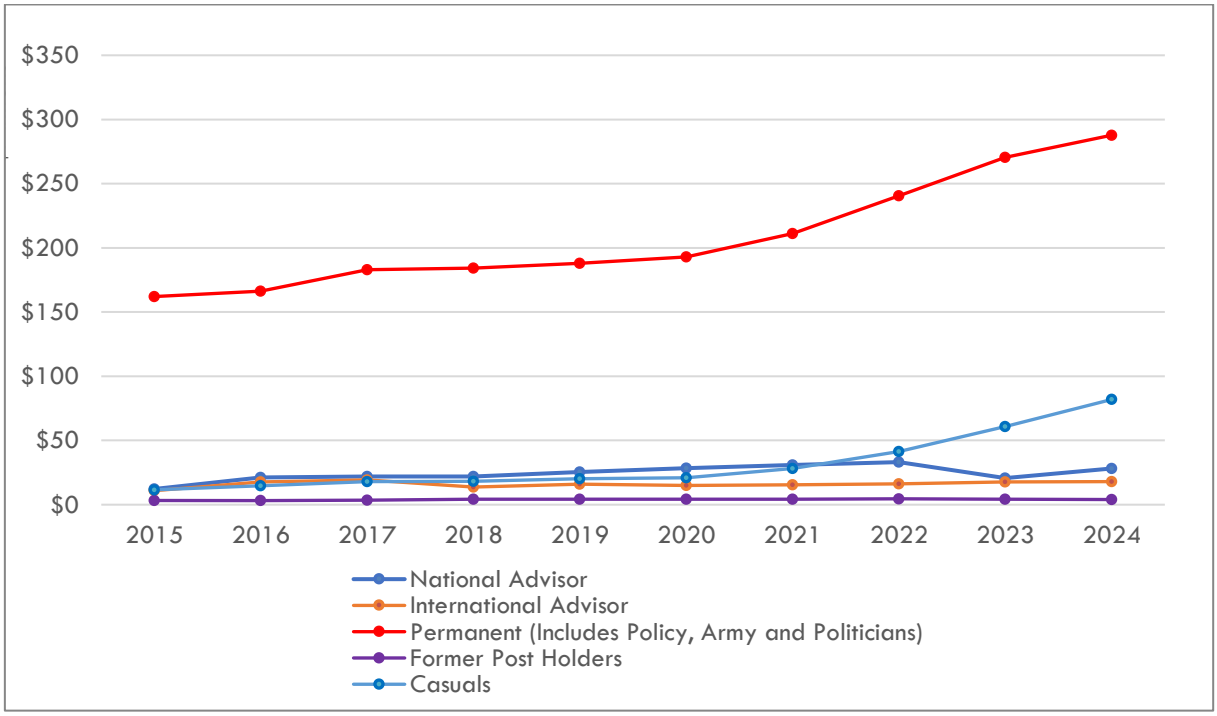
Figura 3: Prazos de Aprovação de Faturas e Pagamentos



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, maio de 2025

1.27. Os gastos do Governo com salários e vencimentos também aumentaram em 2024, com a folha de pagamento total a atingir US$ 420 milhões. A figura 4 apresenta uma desagregação por categorias de trabalhadores. Trata-se do pessoal permanente (que inclui políticos), ex-titulares, assessores nacionais e internacionais e outro pessoal com contratos a termo ou temporários (i.e., casuais).

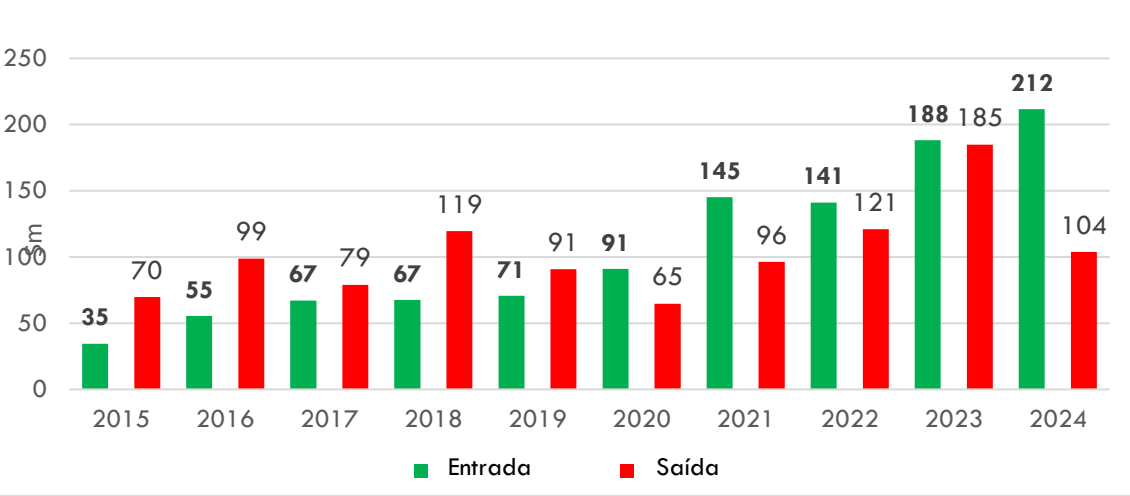
Figura 4: Discriminação dos dados da folha de pagamento do Governo por tipo de funcionário



Fonte: Dados da Folha de Pagamento, Ministério das Finanças, abril de 2025

1.28. Estima-se que o consumo privado tenha crescido 3,3%. Tal reflete potencialmente o crescimento do sector privado. As remessas são também um importante motor do consumo em Timor-Leste. As remessas líquidas das famílias aumentaram significativamente, com as remessas para fora a diminuírem mais de 80 milhões de dólares e as remessas internas a aumentarem 24 milhões de dólares.

Figura 5: Remessas internas e externas para as famílias, $US milhões



Fonte: Banco Central de Timor-Leste, BCTL, maio de 2025

1.29. Estima-se que o investimento tenha registado um crescimento significativo em 2024. Tal deve-se, em grande medida, ao investimento público (que se prevê que tenha crescido 48,1% em termos reais), mas estima-se que o investimento privado tenha registado um crescimento significativo de 16,5% em termos reais.

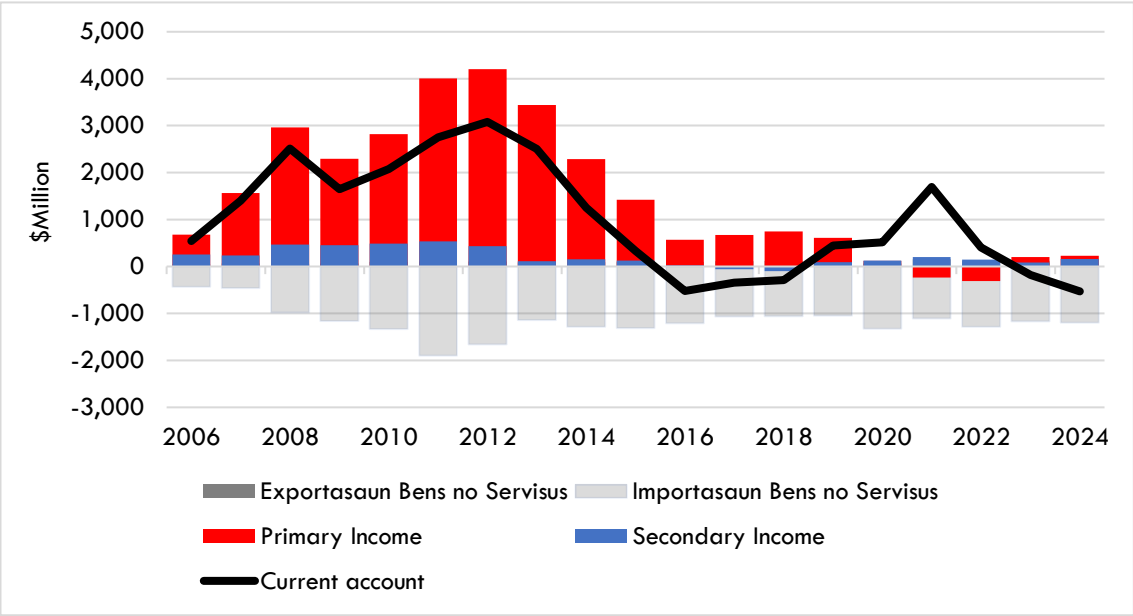
1.30. As despesas de capital e desenvolvimento para a Administração Central e a RAEOA totalizaram US$ 301 milhões (um aumento de US$ 192 milhões em 2023), refletindo um forte foco no desenvolvimento de infraestrutura de longo prazo, incluindo reabilitação de estradas, construção de pontes e expansão de rodovias. Além disso, os preparativos para uma visita papal histórica em setembro de 2024 impulsionaram o investimento governamental em infraestruturas públicas.

1.31. Além disso, 2024 testemunhou um aumento significativo no turismo. Os dados de imigração indicam um aumento de 25% nas emissões de vistos turísticos ao longo do ano, um crescimento que deverá impactar positivamente o desenvolvimento do setor privado e melhorar as perspetivas de investimento para 2024.

Balança Comercial

1.32. Como mostra a Figura 6, com o esgotamento das reservas de petróleo do campo petrolífero de Bayu-Undan, Timor-Leste tem registado défices da balança corrente nos últimos dois anos. Isto significa que as importações do país do resto do mundo são superiores às suas exportações.

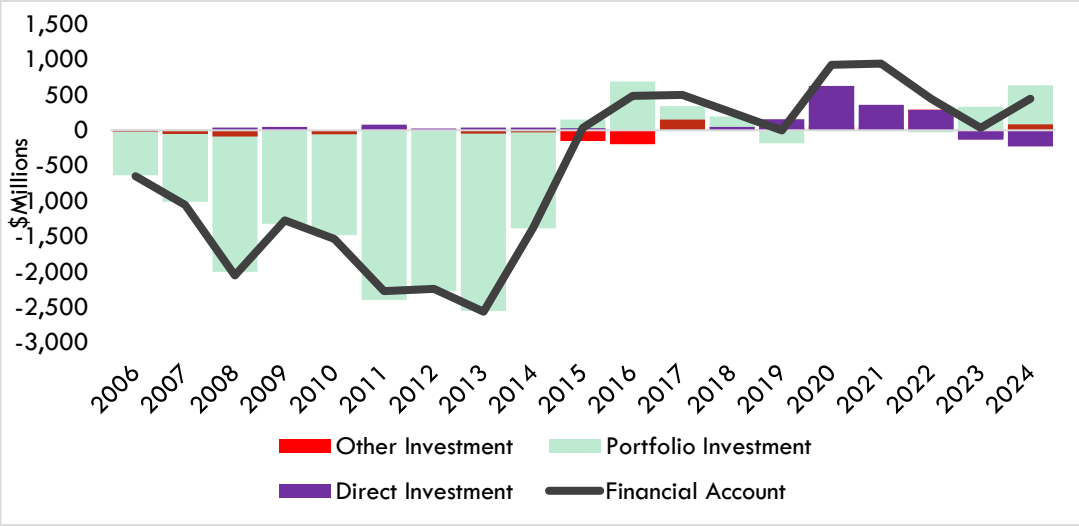
Figura 6: Saldo da Conta Corrente, $US milhões



Fonte: Banco Central de Timor-Leste, BCTL, maio de 2025

1.33. O déficit em conta corrente de US$ 530 milhões em 2024 foi financiado por levantamentos do Fundo Petrolífero. Isto é demonstrado por uma conta capital e financeira positiva, em que a barra verde na Figura 7 (Investimentos de Carteira) representa as receitas líquidas para o Fundo Petrolífero quando negativas e os levantamentos líquidos do Fundo quando positivos.

Figura 7: Saldo da Conta Financeira, US$ milhões



Fonte: Banco Central de Timor-Leste, BCTL, maio de 2025

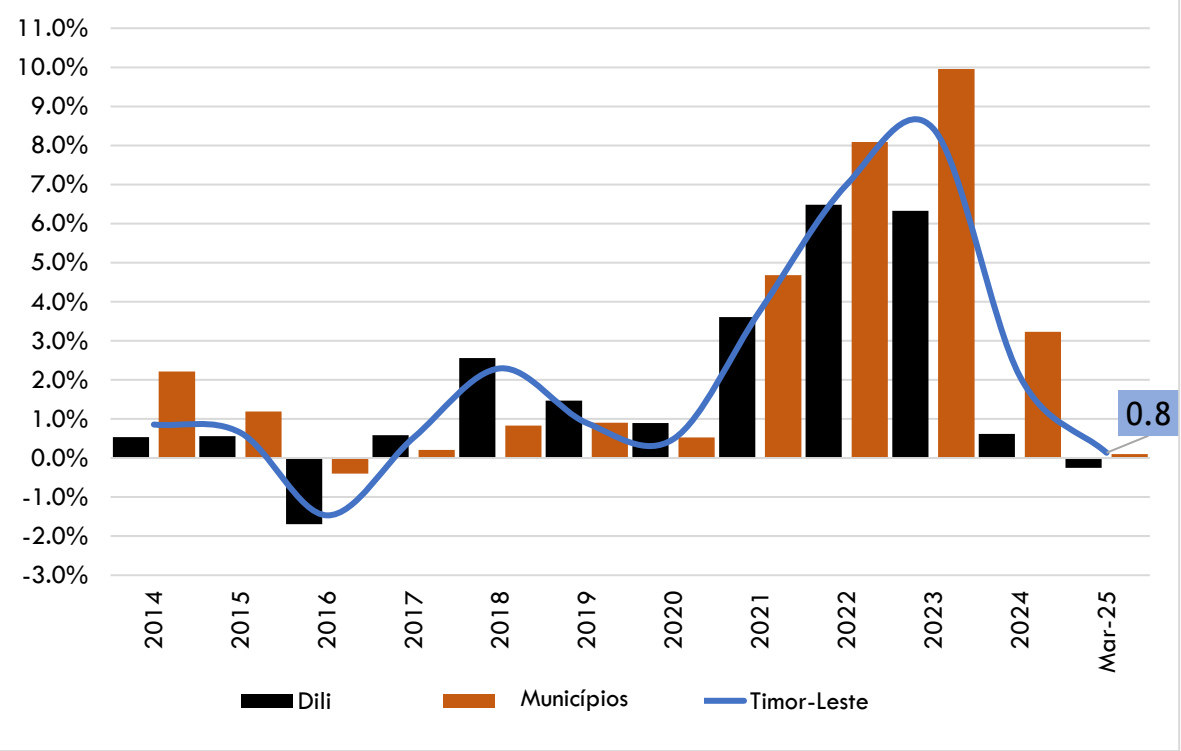
Inflação e Taxas de Câmbio

1.34. A inflação caiu significativamente em 2024. A inflação global medida pelo IPC situou-se, em média, em 2,1% em 2024, uma redução de quase 5 pontos percentuais em relação à taxa média de inflação registada em 2023. A inflação média deverá ser de 1,8% em 2025. Em março de 2025, a inflação homóloga situou-se em 0,8%. Isso significa que uma cesta de bens e serviços que custava US$ 100 em março de 2024 custava US$ 100,8 em março de 2025.

1.35. A queda significativa da inflação em 2024, pode ser atribuída aos esforços do Governo para reduzir os direitos de importação de 5% para 2,5% (no Orçamento Retificativo de 2023) e eliminar o imposto sobre o açúcar e produtos de confeitaria (anteriormente US $ 1 por quilo de açúcar).

1.36. Outras razões para a descida da inflação incluem uma redução dos custos de transporte marítimo e uma queda dos preços mundiais dos produtos alimentares. Devido ao peso significativo dos alimentos e bebidas não alcoólicas no cabaz do IPC e à elevada proporção de alimentos importados para Timor-Leste todos os anos, os preços internacionais dos alimentos continuam a ser um dos principais impulsionadores da taxa global do IPC.

Figura 8: Inflação anual medida pelo IPC 2014-2025, %



Fonte: Dados do IPC, Instituto Nacional de Estatística (INETL) https://inetl-ip.gov.tl/, abril de 2025

1.37. Tal como indicado no Tabela 2, projeta-se que a inflação continue a diminuir nos próximos anos. Tal deve-se principalmente a uma diminuição esperada dos custos de envio, bem como dos preços das matérias-primas. Os potenciais aumentos dos preços do petróleo devido ao conflito no Médio Oriente poderão conduzir a aumentos moderados da inflação. Esta situação

será observada nos próximos meses e atualizada durante a apresentação do relatório orçamental.

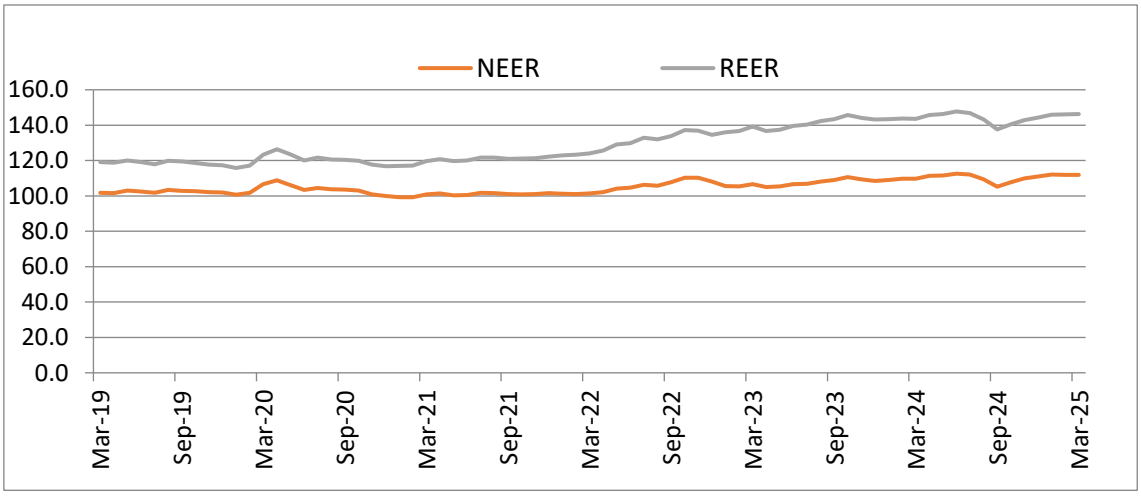
Tabela 2: Inflação anual (média ano a ano) 2024 e previsão 2024-2030, %

Categoria	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Previsão da Inflação (Preços Médios no Consumidor)	2.1%	1.8%	2.0%	2.0%	2.0%	2.0%	2.0%

Fonte: Inflação para 2023 do Instituto Nacional de Estatística (INETL) https://inetl-ip.gov.tl/, Ministério das Finanças. Previsões de inflação para 2024 da Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças. Previsões 2026-2029 do Fundo Monetário Internacional, abril de 2025

1.38. A Figura 9 mostra os movimentos das taxas de câmbio nominais e reais (ajustado pela inflação). Uma apreciação das taxas de câmbio torna as importações relativamente mais baratas e pode fazer baixar as taxas de inflação. No entanto, também tornam as exportações menos competitivas. A taxa de câmbio manteve-se relativamente estável nos últimos cinco anos. Esta estabilidade é uma vantagem fundamental do dólar americano em relação a outras moedas e permite que as empresas planeiem de forma mais eficaz.

Figura 9: Taxas de câmbio nominais e reais março 2019-março 2025, Índice

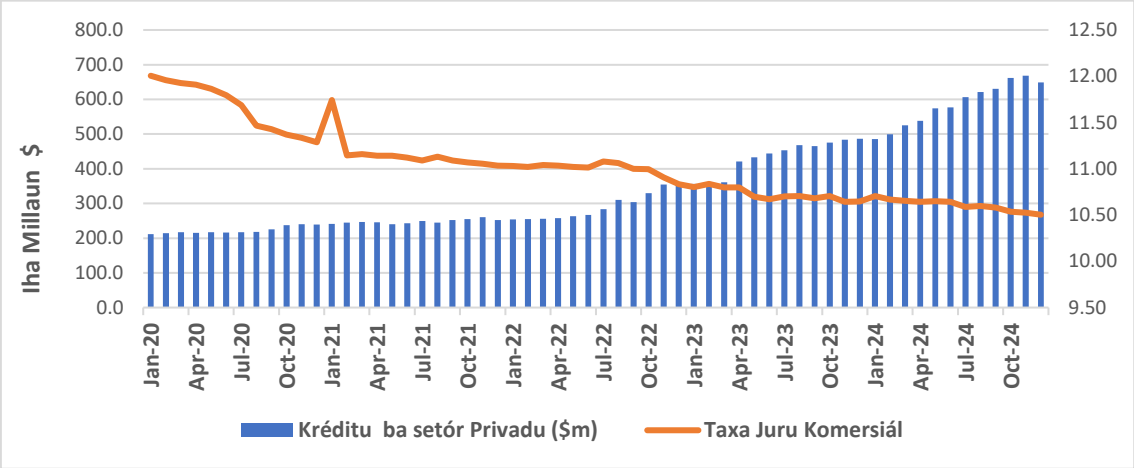


Fonte: Banco Central de Timor-Leste BCTL, maio de 2025

Tendências do Setor Financeiro

1.39. A taxa de juro homóloga dos empréstimos a empresas privadas era de 10,71% em janeiro de 2024 e desceu para 10,5% em dezembro de 2024. A descida das taxas de juro tem sido acompanhada por um aumento das subidas consistentes do crédito interno ao longo do ano, o que indica que o setor privado está a dar sinais de crescimento.

Figura 10: Taxas de Juros Comerciais % (RHS) e Crédito ao Setor Privado US$ Milhões (LHS)



Fonte: Banco Central de Timor-Leste, abril de 2025. Taxa de Juro (RHS, %), Crédito (LHS, $m), março de 2025

Visão Geral do Emprego

1.40. As últimas estatísticas de emprego disponíveis em Timor-Leste são da publicação do censo de 2022. Os dados do censo mostram que a taxa de participação na força de trabalho foi de 35,9% e a taxa de desemprego foi de 2,9% em 2022. O Tabela 3 apresenta a repartição da população ativa indicada no recenseamento.

Tabela 3: Principais categorias e indicadores da situação da força de trabalho, por sexo

um. Categorias (em milhares)

Categoria	Total	Masculino	Feminino
População em idade ativa 15+	874.0	441.6	432.4
Mão de obra	313.7	185	128.7
dos quais empregado	304.7	180	124.8
dos quais desempregados	9.0	5.1	3.9
Fora da força de trabalho	560.3	256.6	303.7

b. Categorias (em percentagem)

Indicador	Total	Masculino	Feminino
Taxa de participação no mercado de trabalho	35.9	41.9	29.8
Rácio emprego/população	34.9	40.8	28.9

Taxa de desemprego	2.9	2.7	3.0

Fonte: Censos 2022, Instituto Nacional de Estatística INETL

1.41. Tal como acontece com outros países da ASEAN, o mercado de trabalho de Timor-Leste caracteriza-se por elevados níveis de informalidade. A última estimativa feita pelo Ministério das Finanças, com base no Inquérito às Forças de Trabalho de Timor-Leste 2021, revela que, dos indivíduos empregados acima, 71,1% estão em empregos informais.

Projeções macroeconómicas e orçamentais (2026-2030)

Afetação das despesas

1.42. O Tabela 4 apresenta as dotações de despesas propostas para o Orçamento de 2026 e o médio prazo. Com base nas despesas dos primeiros cinco meses do ano, prevê-se que as despesas totais da RAEOA e da Administração Central em 2025 atinjam 1,99 bilhões de dólares. Isso inclui uma transferência de US$ 10 milhões da Administração Central para a RAEOA. Remover isso significaria que, do orçamento consolidado de US$ 2,125 milhões para 2025, o Ministério das Finanças espera uma taxa de execução próxima de US$ 1,98 bilhões ou 93% sobre o número consolidado.

1.43. Esta projeção tem por base a execução até maio de 2025. A repartição completa das despesas até maio está disponível na secção intitulada "Orçamento 2025: Revisão das Despesas 2025" na secção 3 do presente documento. Assumimos que a despesa de junho a dezembro aumentará em linha com as tendências observadas em 2023 e 2024, em que a despesa pública, em particular a despesa com capital (capital menor e capital de desenvolvimento) aumentou acentuadamente nos dois últimos trimestres do ano.

1.44. A projeção para 2025 baseia-se na evolução da despesa pública durante os primeiros 5 meses do ano que, como mostra a secção 3, parece ter excedido a despesa durante os primeiros 5 meses de 2024. Se as despesas, em particular as despesas com capital e bens e serviços, nos restantes meses do ano não acompanharem o forte crescimento observado no segundo semestre de 2024, a execução governamental poderá cair para apenas 1,9 bilhões de dólares. Tal levar-nos-ia a rever em baixa as nossas projeções do PIB do limite central e inferior apresentadas a seguir.

Tabela 4: Previsão de despesas para 2025 e dotações propostas para 2026-2030, $USm

Classificação Económica	Aprovado OGE 2025 (Consolidado)	Projeção 2025	2026	2027	2028	2029	2030
Salário & Vencimentos	490	486	415	412	408	403	398
Bens e Serviços	415	362	362	376	392	407	423
Transferências (Não inclui transferências para a RAEOA)	758	756	690	717	717	716	716
Capital Menor	23	24	29	30	32	33	34

Classificação Económica	Aprovado OGE 2025 (Consolidado)	Projeção 2025	2026	2027	2028	2029	2030
Capital e Desenvolvimento	440	350	354	388	453	482	510
Total (Central + RAEOA)	**2,125**	**1,979**	**1,850**	**1,924**	**2,001**	**2,041**	**2,082**

Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças. * Nota: Os números de 2025 são consolidados, ou seja, não incluem a transferência de US$ 10 milhões da Administração Central para a RAEOA.

1.45. As dotações propostas para 2026 prevêem um corte de 13% em relação ao orçamento consolidado proposto pela Administração Central e pela RAEOA. A lógica subjacente é alinhar o orçamento com a capacidade de absorção do Governo (ou seja, em linha com os valores que o Governo pode efetivamente executar) e, ao mesmo tempo, implementar eficiências de despesa.

1.46. A dotação proposta para Salários e Vencimentos em 2026 prevê uma queda de 15% face aos 490 milhões de dólares aprovados para o Orçamento de 2025. Há novas reduções de US$ 3-5 milhões por ano de 2027 a 2030.

1.47. A redução proposta em 2026 resulta de três fatores principais. Em primeiro lugar, a decisão do Governo de introduzir uma idade de reforma obrigatória para os funcionários públicos aos 65 anos tem potencial para poupar até 15 milhões de dólares durante o primeiro ano de implementação e cerca de 3-5 milhões de dólares durante cada ano subsequente.

1.48. Em segundo lugar, o Governo procurará financiar consultores (nacionais e internacionais) através de parceiros de desenvolvimento. Tal tem potencial não só para reduzir custos, mas também para aumentar a transparência e a responsabilização do recrutamento e do desempenho dos consultores. Os conselheiros que trabalham em entidades prestadoras de serviços, como saúde, educação e militares, devem ser separados desta reforma para evitar qualquer interrupção não intencional de serviços essenciais (por exemplo, ensino, serviços médicos, etc.). Esta medida tem o potencial de reduzir a massa salarial do Governo em mais US$ 30 milhões. Procurar-se-á obter novas reduções através da redução do número de agentes ocasionais ou temporários nos casos em que se verifique que estes duplicam funções já desempenhadas pela função pública.

1.49. Note-se que também há pressões ascendentes sobre os salários. Por exemplo, o recrutamento de pessoal das Alfândegas e Finanças para implementar o Imposto sobre o Valor Acrescentado e o recrutamento de novos cadetes da polícia. As reduções propostas e as pressões ascendentes serão debatidas durante a Comissão de Revisão do Orçamento (CRO) antes da formulação da Proposta de Orçamento para 2026.

1.50. A dotação proposta para Bens e Serviços em 2026 representa uma redução de 13% face ao Orçamento de 2025. Tal está em consonância com a taxa de execução projetada para 2025. Nos próximos anos, prevê-se que esta categoria cresça em linha com a inflação e o crescimento da população.

1.51. As despesas com transferências têm uma redução sugerida para US$ 690 milhões em 2026. Este é o resultado do potencial de poupança pontual para a transferência para EDTL e Bee-TL (empresas estatais de eletricidade e água) devido ao aumento das receitas tarifárias e a posições saudáveis de saldo de caixa. A declaração de risco orçamental na secção 4 descreve os saldos de caixa destas entidades em dezembro de 2023. A proposta de orçamento para 2026 fornecerá uma atualização a partir de dezembro de 2024 para todas as empresas estatais. No entanto, as informações financeiras fornecidas pela EDTL mostram um aumento de US$ 8 milhões nas vendas de eletricidade em 2025 e uma estimativa de saldo de caixa de US$ 89,9 milhões em dezembro de 2024.

1.52. As despesas de transferência deverão aumentar em 2027, depois de as empresas públicas terem retirado os seus saldos de caixa em 2026. Na transferência, as despesas para organizações não governamentais e do sector privado serão reduzidas e substituídas por empréstimos e subvenções concedidos por um Banco Nacional de Desenvolvimento. O Governo também buscará oportunidades de economia de eficiência nas transferências das famílias, através da redução de pagamentos duplicados. Tal será facilitado pelos planos de implantação de um documento de identificação único para todos os cidadãos; Tal permitiria um maior acompanhamento dos pagamentos da proteção social. Como tal, as dotações sugeridas serão congeladas para o período de 2028 a 2030.

1.53. Como se pode ver na secção 3 do presente documento, as maiores despesas com transferências são com pagamentos da proteção social e com transferências para empresas públicas. A maior transferência para empresas estatais é para a empresa de eletricidade EDTL. A EDTL mantém preços de eletricidade relativamente baratos para as empresas e as famílias, financiando mais de dois terços das suas despesas através de subsídios estatais[4]. Os maiores custos enfrentados pela EDTL são as importações de diesel, que é usado para a geração de eletricidade. Se o Governo for capaz de acelerar a transição para fontes de energia renováveis, por exemplo através de painéis solares, poderá assistir a uma redução dos custos suportados pela EDTL. Tal poderá traduzir-se em reduções consideráveis das despesas de transferência a médio prazo.

1.54. Projeta-se que as dotações globais de despesas aumentem em linha com o crescimento populacional e a inflação em 2027 e 2028, e apenas pela inflação nos anos seguintes. Nomeadamente, as dotações em 2027 e 2028 registarão aumentos para além da inflação para apoiar as eleições presidenciais e parlamentares, a implementação de um Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e a transição para o bloco comercial da ASEAN.

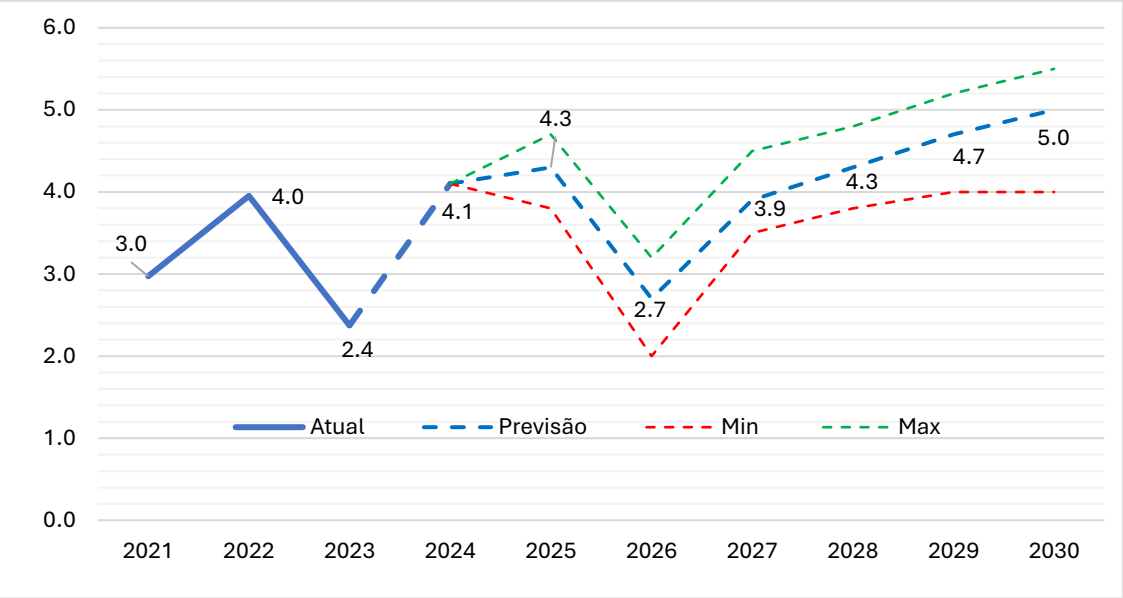
1.55. Parte-se também do princípio de que a afetação de despesas de capital aumentará todos os anos a médio prazo, a fim de maximizar as oportunidades de crescimento económico. As projeções do PIB resultantes destas dotações de despesas são apresentadas a seguir.

---

[4] Relatórios financeiros da EDTL. As principais informações financeiras encontram-se disponíveis no anexo do Relatório Orçamental do OGE 2025. https://assets.ctfassets.net/60pzqxyjaawg/4UcagSab7EBcUodkU7TCdk/031cd56cfa0643dfd7a31dc6b1fe3076/02.03.Format_Budget_Report_English_2025_Approved_250129__2_.pdf

Projeções do PIB

Figura 11: Crescimento do PIB e projeções, %



Fonte: Atualidades 2021-2023 das Contas Nacionais, INETL, setembro de 2024; Estimativa preliminar de 2024 do INETL; Projeções 2026-2030, Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças

1.56. A Figura 11 apresenta as previsões do PIB que se baseiam nas previsões de despesas anteriormente mencionadas para 2025 e nas dotações orçamentais para 2026 a 2030. A figura fornece estimativas centrais que são declaradas nos números, bem como limites inferior e superior para refletir as incertezas previstas.

1.57. Prevê-se que o crescimento continue a aumentar em 2025, com a estimativa central a sugerir um crescimento do PIB de 4,3%. Como referido anteriormente, se a despesa pública não aumentar no segundo semestre do ano, em linha com o padrão observado em 2023 e 2024, estas estimativas centrais serão revistas em baixa. As estimativas serão aperfeiçoadas na proposta de Orçamento de 2026, uma vez que estarão disponíveis mais dados nessa altura.

1.58. A estimativa central projeta uma queda no crescimento do PIB para 2,7% em 2026, principalmente devido a uma queda projetada no volume de despesas do Governo. No entanto, este abrandamento temporário do crescimento económico pode não impedir necessariamente a melhoria do nível de vida. O foco em gastos mais eficientes e na implementação eficaz de programas governamentais, particularmente aqueles que levam a melhores resultados em saúde, educação e facilitam com sucesso o crescimento do setor privado em setores-chave da economia, como agricultura e turismo, isso pode resultar em melhorias nos padrões de vida e construirá as bases para um crescimento económico mais forte e sustentável nos próximos anos.

1.59. Uma vez que o crescimento do PIB é atualmente impulsionado pelas despesas públicas, é também altamente sensível às variações nos volumes das despesas públicas. Isso destaca a importância de medir o sucesso dos programas governamentais por meio de uma série de indicadores, não apenas o crescimento do PIB.

1.60. Prevê-se que o crescimento económico aumente gradualmente nos próximos anos e, eventualmente, atinja os objetivos dos Governos. Isto está condicionado à implementação bem-sucedida dos programas e prioridades descritos na seção 2 deste documento.

1.61. Na ausência de choques externos, o facto de as previsões do PIB estarem em conformidade com as estimativas centrais ou com os limites superior e inferior depende do êxito dos programas governamentais. Se os programas e prioridades mencionados em 2026 forem implementados com sucesso e resultarem num maior investimento direto estrangeiro e na expansão do setor privado, o crescimento económico estará mais próximo das estimativas do limite superior na Figura 11 acima.

1.62. Por outro lado, despesas ineficientes e baixas taxas de execução podem significar que o crescimento está mais próximo das estimativas do limite inferior.

Receitas e Projeções RSE

1.63. O Tabela 5 apresenta as previsões para as receitas internas e o Rendimento Sustentável Estimado (RSE). As cobranças iniciais para 2025 sugerem que as receitas fiscais podem aumentar 8% este ano. Prevê-se que as receitas fiscais registem um aumento de cerca de 1,5% do PIB em 2027, com a introdução de um Imposto sobre o Valor Acrescentado. Na secção 4 do presente documento são fornecidos pormenores sobre as previsões de receitas.

1.64. As receitas fiscais para 2026 não incluem os potenciais impactos das receitas decorrentes da adesão à ASEAN, o que exigirá a eliminação imediata de alguns impostos sobre o comércio. Tal está sujeito à evolução das negociações em curso e as estimativas preliminares do impacto estarão disponíveis nas propostas de Orçamento de 2026.

Tabela 5: Receitas Reais 2021-2024 e projeções 2025-2030, $USm

Categoria de receita	2021	2022	2023	2024	Proj 2025	Proj 2026	Proj 2027	Proj 2028	Proj 2029	Proj 2030
Receitas Domésticas*	218	218	251	249	258	270	317	337	356	376
Receitas Fiscais	*118*	*152*	*188*	*195*	*210*	*223*	*268*	*285*	*301*	*317*
Receitas não fiscais	*100*	*66*	*63*	*54*	*48*	*47*	*49*	*52*	*55*	*59*

Categoria de receita	2021	2022	2023	2024	Proj 2025	Proj 2026	Proj 2027	Proj 2028	Proj 2029	Proj 2030
RSE**	548	554	490	522	552	525	511	485	455	424
Total	**766**	**772**	**741**	**771**	**810**	**796**	**828**	**822**	**812**	**800**

Notas: * Os valores das receitas internas (fiscais e não fiscais) acima apresentados são ligeiramente superiores aos do Portal da Transparência. Isto deve-se à inclusão de valores de contas suspensas e descontos do ano anterior. ** As estimativas da RSE a partir de 2026 baseiam-se no atual saldo projetado do PF. O valor final para 2026 será apresentado na apresentação do Orçamento de 2026.

Financiamento do Défice

1.65. Os recursos adicionais para financiar as despesas do Governo incluem retiradas excedentárias do Fundo Petrolífero, desembolsos de empréstimos e subvenções. O Tabela 6 apresenta uma previsão para estas rubricas de financiamento.

Tabela 6: Projeção das rubricas de financiamento do défice, $USm

Rubrica Financiamento	OGE 2025	Proj 2026	Proj 2027	Proj 2028	Proj 2029	Proj 2030
Levantamentos em excesso	1,009	851	1,066	1,146	1,191	1,254
Desembolso de empréstimos	45	50	27	30	35	25
Apoio Orçamental Direto (AOD)*	9	8	3	3	3	3
Total	**1,063**	**908**	**1,096**	**1,179**	**1,229**	**1,282**

*As projeções do AOD não estão disponíveis para além de 2028, os números para 2029 e 2030 pressupõem que o AOD permanecerá no mesmo nível de 2028; Fonte: DGMRE e Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças; Todos os números são arredondados para o milhão mais próximo, uma vez que são indicativos.

1.66. O Tabela 6 não inclui o financiamento potencial a partir de saldos de caixa, no entanto, o financiamento do saldo de caixa para o Orçamento de 2026 reflete-se num valor de retirada excedentária inferior acima (em comparação com 2027-2030). O financiamento a partir de saldos de caixa foi de US$ 251 milhões no Orçamento de 2025. À medida que a execução do Governo aumenta, o financiamento do saldo de caixa diminuirá. Isso reflete-se na tabela fiscal e no memorando no sumário executivo, que mostra o financiamento estimado do saldo de caixa de US$ 146 milhões para o Orçamento de 2026[5].

[5] Com base em projeções para as receitas, o desembolso e as despesas dos empréstimos em 2025.

1.67. No entanto, para suportar as principais funções de pagamento durante os primeiros meses do ano, o Tesouro normalmente mantém saldos de caixa de cerca de US$ 200 milhões. Em anos anteriores, as baixas taxas de execução do Governo fizeram com que o Tesouro mantivesse esse valor ou mais. Nos próximos anos, se a execução governamental se aproximar dos 100%, o Ministério das Finanças terá de reavaliar o seu modelo de gestão e financiamento do saldo de caixa.

Análise de Sustentabilidade Fiscal

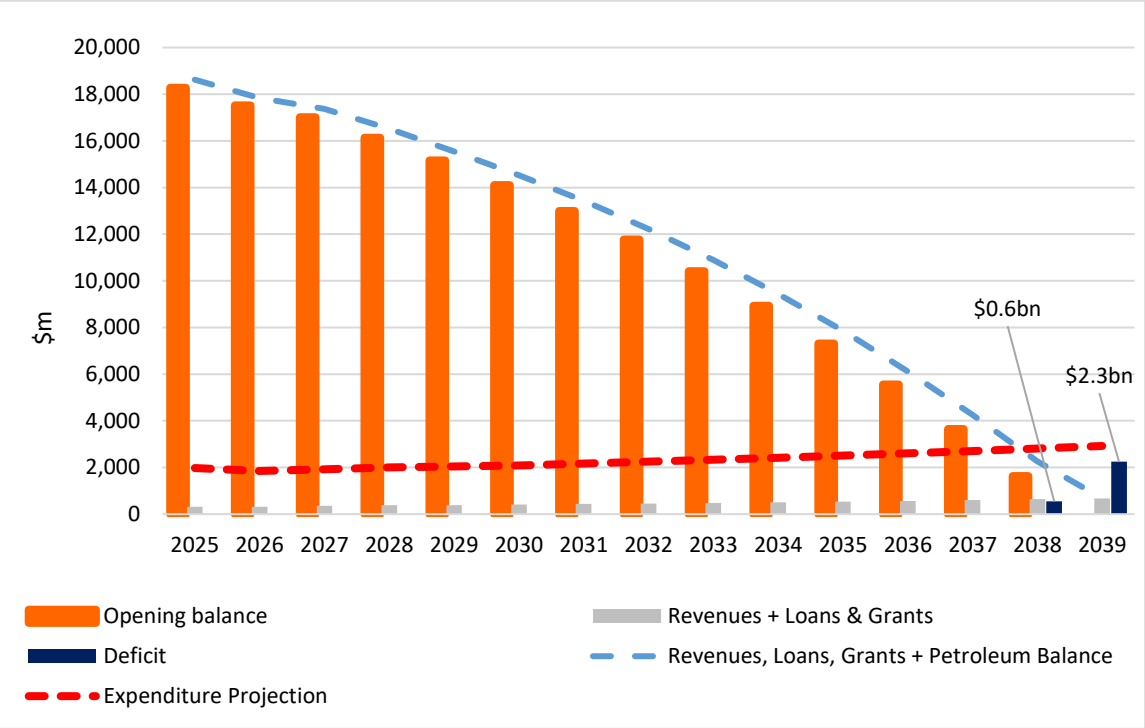
1.68. Ao longo da última década, o Fundo Petrolífero financiou regularmente mais de 70% do orçamento. Como tal, um elemento-chave de qualquer Análise de Sustentabilidade Fiscal em Timor-Leste está centrado na previsão da vida útil do Fundo Petrolífero.

1.69. A figura 12 ilustra as previsões atuais para o período de vida do Fundo. Esta estimativa incorpora o limite máximo orçamental proposto para o Orçamento de 2026 e as propostas de despesas a médio prazo acima apresentadas. Para além de 2030, prevê-se que as despesas aumentem em linha com a inflação e o crescimento populacional.

1.70. É importante notar que esta modelização pressupõe que não serão descobertos e extraídos recursos petrolíferos adicionais antes de o Fundo se esgotar totalmente, e que não serão introduzidos novos impostos. No entanto, o Governo está a avançar ativamente nas negociações relacionadas com o campo do Greater Sunrise, bem como com outras potenciais oportunidades petrolíferas e mineiras, que irão desbloquear novos recursos petrolíferos e minerais para Timor-Leste. Paralelamente, o Ministério das Finanças está a explorar cuidadosamente os custos e benefícios da introdução de reformas fiscais. Estas medidas proactivas têm o potencial de atrasar o esgotamento do Fundo Petrolífero e assegurar o futuro a longo prazo do país.

1.71. Para mais informações sobre a modelização, consultar a secção 4.

Figura 12: Tempo de vida do Fundo Petrolífero na trajetória atual



Fonte: Estimativas da Diretoria Nacional de Política Económica DNPE, Ministério das Finanzas

1.72. Se o Fundo Petrolífero se esgotar antes de novas receitas petrolíferas serem descobertas e extraídas, surgirão consequências significativas para a despesa pública e para a economia em geral. Neste cenário, com o esgotamento do Fundo, o Governo não terá receitas suficientes para desempenhar as suas funções mais básicas, como o pagamento de salários aos trabalhadores do setor público, o pagamento da segurança social aos idosos, a continuação dos pagamentos aos veteranos e o pagamento de empréstimos.

1.73. O esgotamento do Fundo Petrolífero exigirá também grandes cortes na despesa que resultariam num grande choque no PIB. Tal conduziria a um grande aumento do desemprego e a diminuições significativas dos rendimentos, da prestação de serviços públicos e, em última análise, do nível de vida.

1.74. Essa eventualidade também traz implicações para a capacidade do país de continuar a importar na mesma escala e a circular a moeda internamente. O país é capaz de sustentar uma economia dolarizada, uma vez que as receitas do petróleo poupadas no Fundo Petrolífero garantem um fornecimento regular de dólares americanos. Um grande défice comercial não petrolífero só é gerível numa economia dolarizada porque os dólares americanos retirados do Fundo Petrolífero podem substituir a grande saída de dólares que são gastos em importações.

1.75. Se uma alternativa cambial não estiver em vigor muito antes do ponto em que o Fundo Petrolífero se esgota, défices comerciais persistentes podem desencadear uma crise de liquidez. Sem o uso das poupanças do Fundo Petrolífero para financiar a saída de dólares

americanos de despesas com importações, indivíduos e empresas poderiam ficar sem a moeda necessária para as transações diárias.

1.76. Na ausência de novas receitas petrolíferas, o Governo tem três opções principais para prolongar a vida útil do Fundo Petrolífero:

- Reformas para aumentar as receitas internas;
- Medidas para reduzir a despesa pública;
- Aumentar as fontes alternativas de receitas, tais como empréstimos e subvenções.

2. Prioridades e reformas do Governo

Consulta ao Cidadão – Principais Resultados

Visão Geral da Consulta aos Cidadãos

2.1. No âmbito da preparação do Orçamento para 2026, o Governo realizou uma consulta aos cidadãos a nível nacional abrangendo todos os 13 municípios e a RAEOA. A consulta proporcionou às comunidades a oportunidade de expressarem diretamente as suas prioridades e desafios. Estruturado em torno de quatro pilares de desenvolvimento: Capital Social, Desenvolvimento Económico, Desenvolvimento de Infraestrutura e Quadro Institucional, o processo gerou fortes evidências para orientar as decisões de planeamento e orçamento.

2.2. Embora a consulta tenha utilizado inquéritos e discussões em grupos de reflexão, nem todos os subsectores de cada pilar foram abordados em profundidade. Por exemplo, portos marítimos e aeroportos (Infraestrutura), desenvolvimento rural, petróleo e investimento do setor privado (Desenvolvimento Económico) e segurança, defesa, relações exteriores e descentralização (Quadro Institucional) não foram explorados. As conclusões a seguir apresentadas refletem apenas os domínios ativamente debatidos durante a consulta.

Capital social

2.3. **Saúde**: Foi manifestada uma preocupação generalizada com a escassez persistente de pessoal de saúde e de material médico essencial, incluindo equipamento médico básico. Os resultados da pesquisa mostraram que 62% dos entrevistados identificaram a falta de médicos e enfermeiros como uma grande barreira para a prestação de serviços, enquanto 60% citaram frequentes ruturas de estoque de medicamentos. As comunidades apoiaram fortemente a expansão do alcance móvel de saúde e enfatizaram a necessidade de mecanismos de planeamento e orçamento mais localizados no nível do Centro de Saúde Comunitário (CSC) para melhorar a capacidade de resposta e o uso de recursos.

2.4. **Educação**: Os cidadãos de todos os municípios destacaram desafios significativos na educação, particularmente a escassez de professores qualificados e a infraestrutura escolar deficiente nas áreas rurais. A maioria (55,8%) deu prioridade ao reforço da formação dos professores, com quase metade a apelar à expansão do acesso à escola mais perto das comunidades. As discussões do grupo focal revelaram ainda a necessidade urgente de instalações inclusivas para pessoas com deficiência e um monitoramento mais forte dos subsídios escolares e programas de alimentação escolar para garantir transparência e impacto.

2.5. **Inclusão social**: Embora quase 85% dos inquiridos considerem que os esforços governamentais existentes em matéria de inclusão social são eficazes, muitos enfatizaram que a implementação continua a ser desigual ao nível do suco. Os grupos de foco identificaram os principais obstáculos, tais como processos administrativos complexos e alcance limitado,

particularmente para as populações vulneráveis. Os cidadãos defenderam a expansão dos balcões únicos (*Balkaun Úniku*) e dos serviços de registo móvel para facilitar o acesso a programas de proteção social para mulheres, pessoas com deficiência e idosos.

2.6. **Meio ambiente**: As preocupações ambientais ocuparam um lugar de destaque no feedback dos cidadãos, com 53,1% dos entrevistados identificando o desmatamento como a questão mais urgente. Outros desafios críticos incluíam os impactos das alterações climáticas e sistemas inadequados de gestão de resíduos. Os participantes apelaram a um maior investimento em iniciativas locais de conservação, práticas amigas do ambiente e a integração da educação ambiental nas escolas para aumentar a consciencialização a longo prazo e a gestão comunitária.

2.7. **Cultura e Património:** A preservação cultural emergiu como uma prioridade nacional, com 94,6% dos inquiridos a concordarem que o património cultural deve ser um dos principais focos de investimento governamental. Os cidadãos enfatizaram a importância de salvaguardar o conhecimento tradicional, as línguas locais e os locais históricos. O envolvimento dos jovens através das artes, festivais culturais e programas comunitários foi amplamente recomendado como um meio para fortalecer a identidade e a conexão intergeracional.

Desenvolvimento Económico

2.8. **Agricultura**: A agricultura continua a ser um setor vital para os meios de subsistência locais, com 59,7 % dos inquiridos a identificando-a como a principal prioridade para a criação de emprego. Os cidadãos de todos os municípios apelaram a um maior acesso à irrigação, a equipamentos agrícolas modernos e a ligações mais fortes com o mercado. Foi dada especial ênfase à reabilitação de sistemas de irrigação de pequena escala e infraestruturas de armazenamento frigorífico em áreas produtivas e municípios como Ainaro e Viqueque, para aumentar a produção agrícola e reduzir as perdas pós-colheita.

2.9. **Turismo**: As comunidades locais apoiaram fortemente o desenvolvimento de modelos de turismo inclusivos que gerem renda e preservem os bens culturais. As principais recomendações incluíam programas de capacitação para empresas geridas pela comunidade, modernização de infraestruturas em áreas de elevado potencial, como a Ilha de Atauro e o Monte Ramelau, e apoio direcionado para o turismo cultural. Os grupos de jovens e mulheres, em particular, destacaram a importância da formação em hotelaria e das oportunidades de empreendedorismo neste setor em crescimento.

Desenvolvimento de Infraestruturas

2.10. **Estradas e pontes**: As infraestruturas de transportes foram identificadas como uma das prioridades mais urgentes. Mais de 62% dos cidadãos classificaram as condições das estradas como más, particularmente em sucos de terras altas, onde as chuvas sazonais frequentemente isolam as comunidades. Os cidadãos apelaram à reabilitação de estradas rurais e municipais, ao investimento na construção de pontes resistentes às alterações climáticas e ao estabelecimento de sistemas de manutenção regular para garantir a mobilidade durante todo o ano e o acesso a serviços essenciais.

2.11. **Água e saneamento**: As preocupações com o acesso limitado a água potável e saneamento adequado foram levantadas por 35,1% dos entrevistados. As comunidades

apelaram a melhorias urgentes nas infraestruturas hídricas e apelaram a uma melhor coordenação entre as autoridades centrais e municipais no âmbito da descentralização. A necessidade de sistemas sustentáveis de operação e manutenção (O&M) também foi destacada para garantir a funcionalidade a longo prazo dos serviços públicos de água.

2.12. **Eletricidade**: O acesso à eletricidade continua a ser um desafio persistente, com mais de metade dos cidadãos a comunicar cortes de energia diários que perturbam tanto a vida quotidiana como a atividade económica local. Os membros da comunidade enfatizaram a necessidade de expandir a eletrificação rural, especialmente através de soluções de energia renovável, como minirredes solares. Estes foram considerados essenciais para melhorar o bem-estar das famílias, apoiar as empresas locais e permitir que os serviços públicos, como escolas e clínicas, funcionem eficazmente.

2.13. **Telecomunicações**: Embora não seja um foco central do Tabela de consulta, os cidadãos, especialmente em municípios remotos e montanhosos, identificaram a fraca conectividade móvel e à Internet como um obstáculo persistente que afeta a educação, o acesso à informação e a prestação de serviços públicos. As comunidades relataram que sinais fracos e cobertura limitada interromperam o aprendizado on-line, dificultaram a comunicação com instituições governamentais e restringiram o acesso a plataformas digitais para registo, serviços bancários e alertas de emergência. Os cidadãos pediram a expansão da cobertura da rede móvel, hubs Wi-Fi públicos e internet acessível para escolas, clínicas e escritórios. Eles enfatizaram a necessidade de uma coordenação mais forte com os provedores de telecomunicações para garantir o acesso digital inclusivo, destacando que a conectividade confiável é essencial para melhorar a prestação de serviços, apoiar os meios de subsistência e fortalecer o envolvimento da comunidade na governança local.

Quadro institucional

2.14. **Justiça**: Cidadãos de todos os municípios relataram acesso limitado ao sistema de justiça, citando custos elevados, atrasos longos e serviços de apoio jurídico inadequados. Recomendaram a ampliação dos circuitos móveis dos tribunais, a implementação de campanhas de alfabetização jurídica e o fortalecimento da Defensoria Pública. Estas medidas foram consideradas essenciais para promover a equidade e garantir que a justiça seja acessível a todos, especialmente em zonas remotas e mal servidas.

2.15. **Governação e serviços públicos**: A confiança nas instituições públicas continua a ser desigual entre municípios. Apenas um terço dos inquiridos classificou a prestação de serviços públicos como «muito eficiente», enquanto muitos manifestaram preocupação com atrasos, falta de transparência e capacidade de resposta limitada a nível local. Os cidadãos apelaram à institucionalização do orçamento participativo, ao estabelecimento de mecanismos acessíveis de reclamação e feedback a nível municipal e à publicação regular das dotações orçamentais, despesas e resultados de desempenho. Estas medidas foram consideradas fundamentais para reforçar a transparência, a responsabilização e a supervisão dos cidadãos na administração pública.

Prioridades e Medidas do Governo

2.16. Em 2026, o Governo continuará a alinhar as suas prioridades e medidas com a visão de longo prazo do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030 e os compromissos políticos delineados no IX Programa do Governo Constitucional. Estas estruturas orientadoras reforçam o compromisso nacional com o desenvolvimento inclusivo e sustentável, visando melhorar a prestação de serviços, fortalecer a competitividade económica e aumentar o bem-estar dos cidadãos. Fundamentada nos princípios de equidade e resiliência, a agenda do Governo enfatiza a aceleração da criação de empregos, a diversificação da economia, a expansão de infraestruturas de qualidade e a modernização das instituições públicas. Estas prioridades são ainda informadas por consultas aos cidadãos a nível nacional e dados de desempenho setorial, assegurando que o Orçamento de 2026 responde diretamente às necessidades da comunidade e aos objetivos da política nacional.

2.17. Para maximizar o impacto no desenvolvimento e garantir uma despesa pública transparente e orientada para os resultados, o Governo está a adotar a orçamentação baseada em programas como um instrumento central de planeamento e financiamento. Esta abordagem liga os recursos a resultados mensuráveis e organiza as intervenções em quatro pilares estratégicos: Desenvolvimento do Capital Social, Desenvolvimento Económico, Desenvolvimento de Infraestruturas e Tabela Institucional. Através desta estrutura, o Governo canalizará os investimentos para programas críticos, como a melhoria do acesso à saúde e à educação, a transformação agrícola, a infraestrutura rural, a conectividade digital, a reforma da administração pública e o reforço dos serviços de justiça e segurança. Cada categoria reflete uma estratégia integrada para enfrentar os desafios estruturais, libertar o potencial económico e criar instituições resilientes, alinhando assim as dotações orçamentais com as prioridades nacionais para progressos a longo prazo.

2.18. As prioridades e medidas abaixo descritas são indicativas e serão sujeitas a uma revisão posterior pelo Comité de Revisão do Orçamento. Este processo assegurará o seu alinhamento com os objectivos macro-orçamentais mais amplos e com as prioridades estratégicas do programa do IX Governo Constitucional.

Desenvolvimento do capital social

2.19. **Saúde - Fortalecimento dos sistemas locais de saúde e expansão da prestação de serviços baseados na comunidade**: Em 2026, o Governo priorizará investimentos em reformas críticas do sistema de saúde para expandir o acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade, particularmente em áreas rurais e carentes. Alinhado com o IX Programa de Governo Constitucional e a Política Nacional de Atenção Primária à Saúde, o Programa Nacional de Extensão à Saúde será ampliado para oferecer serviços essenciais, incluindo cuidados de saúde materno-infantil, imunizações e triagem de doenças não transmissíveis em todos os *sucos*. Os centros de saúde comunitários receberão apoio para coordenar efetivamente essas atividades, com os gestores locais recebendo treinamento direcionado em planeamento, orçamento e controle de despesas. O destacamento e a manutenção dos profissionais de saúde nas zonas rurais serão reforçados através de incentivos não financeiros, como o apoio à deslocalização e a formação em serviço. Todas as unidades de saúde prepararão planos de implementação anuais padronizados vinculados às prioridades nacionais e aos limites orçamentários, garantindo uma abordagem consistente e responsável para a prestação descentralizada de saúde.

2.20. Investir em infraestrutura de saúde inclusiva e cadeias de suprimentos médicas confiáveis: Para melhorar o acesso aos serviços de saúde, o Governo implementará um programa nacional para atualizar as instalações de saúde para padrões de design universal. Tal incluirá a instalação de rampas, sinalização, casas de banho acessíveis e áreas de espera seguras, com indicadores de inclusão das pessoas com deficiência incorporados nas Tabelas anuais de planeamento e monitorização. Os investimentos priorizarão instalações em áreas mal servidas para reduzir as disparidades de serviços relacionados à infraestrutura. Complementando estes esforços, o Governo modernizará o sistema nacional de abastecimento médico e logística para garantir a disponibilidade contínua de medicamentos essenciais e material de diagnóstico. Será introduzido um rastreio de stocks em tempo real a nível municipal e das instalações, alinhado com a lista nacional de medicamentos essenciais. Serão feitos investimentos adicionais em armazenagem municipal e logística de entrega de última milha para reduzir a falta de estoque e fortalecer a confiabilidade da prestação de serviços. Em conjunto, estas reformas contribuirão para um sistema de saúde mais resiliente, inclusivo e responsável, proporcionando benefícios sanitários e económicos a longo prazo ao povo de Timor-Leste.

2.21. Educação - Melhorar a Qualidade, a Implantação e a Formação dos Professores para Aumentar os Resultados da Aprendizagem: Em 2026, o Governo irá afetar recursos significativos para lidar com desafios estruturais na força de trabalho da educação, como parte do seu compromisso de melhorar os resultados de aprendizagem nos níveis pré-escolar e de ensino básico. Para resolver lacunas urgentes de pessoal, especialmente em áreas remotas e extremamente remotas, o Governo irá dar prioridade à redistribuição dos professores existentes pelo território nacional. Esta distribuição centrada na equidade será orientada pelo mapeamento de professores, rácios aluno-professor e disparidades regionais. A logística e a coordenação com as autoridades municipais serão reforçadas para apoiar a colocação efectiva. Paralelamente, o Governo intensificará a formação específica de professores em ciências, matemática, TI e educação inclusiva, assegurando o alinhamento com o currículo nacional e prestando apoio de acompanhamento através de formação e monitorização nas escolas. Estas medidas representam pilares fundamentais do esforço nacional para profissionalizar o corpo docente e proporcionar um ensino mais equitativo e de elevada qualidade para todos.

2.22. Melhorar os Ambientes de Aprendizagem e Promover a Reforma Curricular para uma Maior Relevância e Inclusão: Em paralelo com a melhoria dos recursos humanos, o Orçamento de 2026 apoiará as principais infraestruturas e reformas curriculares para reforçar as bases da aprendizagem dos estudantes. Os investimentos visarão a construção e reabilitação de salas de aula, instalações de água e saneamento e espaços inclusivos, especialmente em zonas rurais e periurbanas. Serão construídas instalações sensíveis às questões de género para reduzir as taxas de abandono escolar entre as raparigas, enquanto as melhorias de acessibilidade permitirão uma maior participação das crianças com deficiência. O Governo garantirá a distribuição nacional de livros didáticos alinhados ao currículo, auxílios de aprendizagem e materiais de leitura para os primeiros anos, bem como mobiliário padronizado e melhor acesso à biblioteca. Simultaneamente, 2026 marcará o lançamento de uma Reforma Curricular faseada para o 3.º Ciclo (7.º ao 9.º ano), começando com a implementação nacional do currículo revisto do 7.º ano. Esta reforma irá modernizar os conteúdos, promover o ensino bilingue e introduzir abordagens centradas no aluno, em alinhamento com o Plano Estratégico de Desenvolvimento e o IX Programa do Governo

Constitucional. Ao focarem-se tanto na aprendizagem fundamental como em reformas sistémicas, estes programas críticos proporcionarão melhorias mensuráveis no acesso, equidade e qualidade da aprendizagem em todo o sistema educativo de Timor-Leste.

2.23. **Inclusão social - Modernizar os sistemas de proteção social para uma prestação eficiente e equitativa:** Em 2026, o Governo investirá na modernização dos seus sistemas de proteção social para melhorar a segmentação, a eficiência e a prestação de serviços baseada em resultados às populações vulneráveis. Um pilar central deste esforço é a reforma e digitalização do Programa *Bolsa da Mãe*, que incluirá o desenvolvimento de uma base de dados de beneficiários centralizada e segura, a implementação de Cartões de Tutor personalizados e o reforço dos mecanismos de monitorização e avaliação. Estas reformas visam reduzir os erros de inclusão e exclusão, melhorar a transparência e permitir uma prestação de apoio mais reativa às mulheres e crianças necessitadas. Ao nível dos sistemas, o Governo iniciará uma transformação mais ampla do Sistema de Gestão de Informação dos Serviços Sociais (SGI), digitalizando os registos manuais existentes e construindo uma plataforma integrada para a partilha de dados e planeamento em tempo real. Esses investimentos estratégicos permitirão uma alocação de recursos mais inteligente, reduzirão as ineficiências administrativas e garantirão que os programas sociais estejam mais alinhados com as necessidades e vulnerabilidades reais das famílias.

2.24. **Institucionalização de Padrões de Resposta Humanitária para Promover a Dignidade e a Equidade Social:** Para melhorar a consistência, coordenação e dignidade do apoio de emergência, o Governo institucionalizará os padrões operacionais nacionais para a assistência humanitária em 2026. Estes incluirão procedimentos padronizados para distribuição de alimentos, protocolos para apoio funerário e a regulamentação de veículos e materiais usados em intervenções de emergência. Ao formalizar estes processos, o Governo pretende reduzir as disparidades na prestação de serviços, reforçar a confiança do público na assistência social apoiada pelo Estado e promover uma abordagem mais equitativa e respeitosa no apoio às famílias em crise. Estas reformas reforçarão também a resiliência do sistema de inclusão social na resposta a catástrofes naturais, emergências de saúde pública e outros choques. Em conjunto, estas iniciativas refletem a mudança estratégica do Governo de respostas sociais fragmentadas para um Tabela de proteção social coerente e baseada em direitos que produzem resultados sustentáveis e inclusivos.

2.25. **Cultura e Património – Investir no Acesso Cultural, Produção Artística e Envolvimento da Juventude:** Em 2026, o Governo irá reforçar o seu compromisso com o setor cultural através do Programa Nacional de Desenvolvimento da Cultura e do Património, alinhado com a visão do IX Governo Constitucional de fortalecer a identidade nacional, promover a inclusão social e apoiar a expressão criativa. Os recursos públicos serão direcionados para ampliar o acesso a espaços culturais, apoiar artistas timorenses e envolver os jovens em atividades artísticas. As principais iniciativas incluem a reabilitação de centros culturais, a promoção de festivais de arte local e o apoio institucional à produção criativa nos municípios. Será dada especial atenção à participação equitativa dos jovens e das comunidades das zonas rurais, permitindo um acesso mais amplo à expressão cultural e a oportunidades de aprendizagem. Estes esforços visam capacitar talentos locais, impulsionar as indústrias criativas e reforçar a participação cultural como um pilar da vida cívica.

2.26. **Preservar o Património Cultural e Reforçar a Sustentabilidade do Setor:** Para assegurar a sustentabilidade a longo prazo do setor cultural, o Governo continuará a reforçar a Estratégia de Preservação e Transmissão do Património Cultural, com foco na salvaguarda do património material e imaterial de Timor-Leste. Isso inclui a documentação de histórias orais, sistemas de conhecimento tradicional e bens históricos, bem como investimentos em patrimônios históricos, museus e arquivos públicos. As campanhas de sensibilização do público e a educação cultural nas escolas serão alargadas para promover uma maior valorização do património cultural entre as gerações mais jovens. No nível institucional, programas de capacitação serão implementados para melhorar a governança, a coordenação e os padrões profissionais em todo o setor. Estes investimentos refletem o objetivo estratégico do Governo de proteger a memória coletiva, promover a criatividade e garantir que o legado cultural de Timor-Leste seja preservado, celebrado e transmitido às gerações futuras.

Desenvolvimento Económico

2.27. **Ambiente - Promover a Sustentabilidade Ambiental e a Economia Azul para um Desenvolvimento Resiliente às Alterações Climáticas:** Em 2026, o Governo reforçará o seu compromisso com a proteção ambiental e a resiliência climática, avançando em políticas que salvaguardem os recursos naturais, protejam a biodiversidade e promovam práticas de desenvolvimento sustentável. Os investimentos públicos priorizarão medidas de adaptação climática, como gestão integrada de bacias hidrográficas, reflorestamento e defesa costeira, ao mesmo tempo em que reforçarão as capacidades institucionais de regulação e fiscalização ambiental. Como parte da sua visão estratégica, o Governo irá expandir o seu foco na economia azul, reconhecendo o oceano como um recurso vital para o desenvolvimento nacional. As iniciativas incluirão a gestão sustentável dos ecossistemas marinhos e costeiros, o apoio à pesca de base comunitária e investimentos no ecoturismo marinho. Estes esforços serão implementados em linha com os compromissos de Timor-Leste com o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), garantindo que a sustentabilidade ambiental e o potencial económico oceânico estão plenamente integrados no percurso de desenvolvimento do país.

2.28. **Desenvolvimento Rural - Expandir o Acesso a Habitação Condigna e Serviços Básicos nas Áreas Rurais**: Uma componente-chave da agenda de desenvolvimento rural é a expansão da Habitação Rural Decente e Infraestrutura, focada na melhoria das condições de vida e dignidade para famílias vulneráveis. Em 2026, o Governo vai implementar iniciativas direcionadas para a construção e reabilitação de infraestruturas habitacionais em comunidades rurais, orientadas por tipologias adaptadas às realidades sociais e económicas das famílias timorenses. Serão asseguradas normas mínimas de higiene em todas as unidades habitacionais apoiadas, em especial para as populações remotas e de baixos rendimentos. Estes investimentos serão acompanhados de políticas destinadas a atrair o investimento e a melhorar o acesso aos serviços nas zonas rurais, reforçando o objetivo mais vasto de desenvolvimento territorial equitativo. Juntos, esses programas refletem o objetivo estratégico do Governo de tornar as comunidades rurais mais produtivas, resilientes e inclusivas, preservando seus ativos culturais e ambientais.

2.29. **Agricultura - Transformar a agricultura em um motor de produtividade, investimento e segurança alimentar**: Em 2026, o Governo priorizará investimentos transformadores na agricultura como base para o crescimento económico inclusivo, o emprego rural e a segurança

alimentar nacional. Os recursos públicos do Orçamento Geral do Estado e do Fundo de Infraestruturas apoiarão a reabilitação e expansão de sistemas de irrigação estratégicos, visando áreas de elevado potencial onde uma melhor gestão da água pode aumentar significativamente a intensidade das culturas e os rendimentos básicos, incluindo arroz e milho. Através do Programa Nacional de Reabilitação da Irrigação, o Ministério da Agricultura passará de um prestador de serviços para um facilitador da produtividade do agricultor e do envolvimento do setor privado. Simultaneamente, o Governo vai lançar uma série de medidas para catalisar o investimento privado na agricultura, incluindo o registo fundiário de base comunitária, a formação de cooperativas e a simplificação do licenciamento para as agroindústrias. O financiamento misto e as parcerias público-privadas serão utilizados para atrair investimentos em centros de mecanização e infraestruturas de armazenamento frigorífico, ajudando a modernizar as cadeias de abastecimento e a criar emprego rural fora das explorações agrícolas.

2.30. **Melhorar a autossuficiência alimentar, a nutrição e os meios de subsistência rurais**: Para reduzir a dependência das importações de alimentos e abordar a subnutrição persistente, o Governo intensificará o apoio à produção interna de cereais, legumes e peixe, alinhado com as prioridades nacionais para a soberania alimentar e melhores resultados nutricionais. Será também dada prioridade à substituição de importações por alimentos que Timor-Leste possa produzir internamente, reduzindo a dependência de mercados externos e reforçando cadeias de valor locais. Isto incluirá um acesso alargado a sementes e insumos de qualidade, serviços de extensão localizados e investimento direcionado em investigação agrícola aplicada. Estas intervenções fazem parte de um esforço mais amplo para melhorar a autossuficiência alimentar e a resiliência nutricional em populações vulneráveis, particularmente em áreas rurais e periurbanas. A estratégia está estreitamente ligada aos objetivos intersetoriais de reduzir o atraso de crescimento, melhorar a saúde das crianças e promover o desenvolvimento económico local. Estes investimentos refletem o compromisso do Governo no âmbito do IX Programa do Governo Constitucional e do Plano Estratégico de Desenvolvimento de construir um sistema agroalimentar produtivo, resiliente às alterações climáticas e inclusivo até 2030.

2.31. **Petróleo e Minerais – Negociação e Desenvolvimento do Greater Sunrise**: O desenvolvimento do campo de gás do Greater Sunrise ao abrigo do Regime Especial do Greater Sunrise, no âmbito do Tratado de Fronteiras Marítimas, continua a ser uma prioridade máxima para o Governo neste setor. O Governo continuará a intensificar as negociações com as partes interessadas a montante do Greater Sunrise, tais como o Governo da Austrália e os Parceiros da Joint Venture Sunrise (incluindo TIMOR GAP, E.P., Woodside e Osaka Gas) com o objetivo de iniciar o desenvolvimento do campo até 2027/2028 e alcançar a primeira produção de gás até 2032.

2.32. Na sequência do encerramento planeado do campo de Bayu Undan, o Governo lançou uma estratégia abrangente para garantir a sustentabilidade do setor energético e a resiliência económica. Reconhecendo o petróleo e os recursos minerais como motores críticos do desenvolvimento futuro, o Governo está se envolvendo com as partes interessadas, incluindo TIMOR GAP, Santos e outros, para reaproveitar as instalações de Bayu Undan como um centro de processamento para campos de gás próximos, como Chuditch e Kelp Deep, enquanto continua a produção dos hidrocarbonetos restantes no reservatório de Bayu Undan. Paralelamente, o Governo planeia também colaborar com as partes interessadas para converter o esgotado reservatório de Bayu Undan numa instalação regional de captura e

armazenamento de carbono (CAC) com uma capacidade potencial de 10 milhões de toneladas por ano. Esta transformação visa prolongar a vida útil das infraestruturas existentes, atrair investimento internacional e gerar novas receitas do Estado. Além disso, a exploração offshore e onshore de blocos petrolíferos e minerais será intensificada ao longo de 2026.

2.33. **Infraestrutura Estratégica e Desenvolvimento Regional para a Soberania Energética**: Paralelamente, projetos estratégicos de infraestrutura, como o Projeto Tasi Mane e o desenvolvimento petrolífero a jusante em Natarbora, estão a ser avançados para reforçar a soberania energética nacional e apoiar o crescimento industrial. A iniciativa Tasi Mane prevê a criação de um corredor de desenvolvimento meridional, incorporando infraestruturas-chave, como uma base logística, uma fábrica de GNL, uma refinaria e um complexo petroquímico. Estes esforços visam estabelecer uma cadeia nacional de valor energético, criar empregos e estimular o desenvolvimento regional através da construção de uma indústria petrolífera a jusante em Timor-Leste. Coletivamente, essas medidas refletem o compromisso de longo prazo do Governo de transformar os setores de petróleo, gás e minerais de atividades principalmente extrativas em indústrias mais diversificadas, integradas e modernas. Esta transformação destina-se a construir uma economia energética mais sustentável e a assegurar que os benefícios são garantidos tanto para as gerações atuais como para as futuras.

2.34. **Turismo - Impulsionar as chegadas de visitantes através do marketing estratégico do destino:**
Em 2026, o Governo vai priorizar a implementação de um Programa Nacional de Marketing de Destinos para aumentar significativamente as chegadas de visitantes internacionais e elevar o perfil do turismo global do país. O programa irá focar-se em mercados de elevado potencial, como a Austrália, Indonésia e Singapura, através de campanhas digitais direcionadas que destacam as ofertas de nicho de Timor-Leste em turismo marítimo e de mergulho, património cultural e viagens de eco-aventura. O Ministério do Turismo, em coordenação com a Autoridade de Turismo de Timor-Leste (ATTL), reforçará a sua presença nos principais eventos comerciais turísticos globais, uniformizará a marca e renovará o portal oficial de turismo (timorleste.tl). Para melhorar a visibilidade e a conversão, serão implantados conteúdo multilíngue, parcerias com influenciadores e promoção orientada por análises. Estes esforços estão alinhados com o IX Programa do Governo Constitucional e contribuem para os objetivos nacionais de diversificação económica, criação de emprego e desenvolvimento das PME, particularmente nas comunidades costeiras e rurais.

2.35. **Reformar a governação setorial para permitir o investimento e a coordenação:** Para desbloquear o potencial económico do setor do turismo, o Governo implementará um pacote de reforma da governação do turismo centrado na clareza institucional, na coerência jurídica e na profissionalização. Em 2026, os mandatos do Ministério do Turismo e da AATL serão formalmente delineados e a legislação existente em matéria de turismo será revista para eliminar a fragmentação e agilizar a tomada de decisões. A reativação dos mecanismos de coordenação interministerial e técnica melhorará o alinhamento entre os setores dos transportes, das infraestruturas e da imigração, fatores essenciais para a mobilidade e a experiência dos visitantes. O Ministério também implementará uma estratégia de capacitação para elevar a gestão do setor de turismo e apoiar o desenvolvimento de padrões nacionais de serviços de turismo e protocolos de licenciamento de negócios. Estas reformas visam atrair o

investimento privado, melhorar a qualidade dos serviços e assegurar que o turismo contribui de forma sustentável para o rendimento e o emprego nacionais.

2.36. **Investimento do setor privado – Facilitar o crescimento do setor privado através da capacitação do comércio e do acesso financeiro:** Em 2026, o Governo reforçará o seu compromisso com o desenvolvimento do setor privado através da implementação de medidas específicas para melhorar o ambiente de negócios e apoiar o crescimento das empresas nacionais. As ações prioritárias incluirão a aceleração da emissão de certificados de origem para facilitar a competitividade das exportações, juntamente com o alargamento do acesso ao crédito e aos serviços financeiros para as micro, pequenas e médias empresas (MPME). Investimentos complementares em educação financeira e programas de treinamento empresarial irão equipar os empreendedores com as habilidades necessárias para escalar suas operações e entrar em novos mercados. Estas iniciativas fazem parte de uma estratégia mais ampla para promover o investimento privado, estimular a criação de emprego e diversificar a economia, fazendo avançar a agenda do Governo para o crescimento inclusivo e sustentável.

2.37. **Investir em Competências e Mobilidade Laboral para Impulsionar a Diversificação Económica:** Em 2026, o Governo vai priorizar investimentos estratégicos no desenvolvimento do capital humano como base para a diversificação económica e a criação de emprego, em linha com o compromisso do IX Governo Constitucional com o crescimento inclusivo. Neste enquadramento, os recursos públicos apoiarão a expansão dos sistemas de ensino e formação técnico-profissional (EFTP), o reforço das ligações ao mercado de trabalho e a implementação de programas de mobilidade laboral em coordenação com parceiros bilaterais e regionais. Em conformidade com a política agrícola, uma das principais estratégias de criação de emprego consiste em reforçar o sector agrícola, maximizando as oportunidades de formação através de centros de formação agrícola. Estes esforços visam dotar os jovens timorenses das competências exigidas pelos setores prioritários, incluindo a agricultura, construção, turismo e serviços digitais, ao mesmo tempo que promovem oportunidades de emprego no estrangeiro através de parcerias direcionadas. Ao alinhar o desenvolvimento da força de trabalho com as prioridades de investimento, estes programas irão gerar emprego, reduzir o subemprego juvenil e apoiar a transição de Timor-Leste para uma economia mais produtiva e diversificada.

2.38. **Impulsionando o comércio, o crescimento industrial e a diversificação económica:** Em 2026, o Governo avançará com a sua visão estratégica para o comércio e a indústria, investindo em programas críticos destinados a fortalecer o setor privado, promover as exportações e fomentar a diversificação económica. Os recursos públicos apoiarão o desenvolvimento da infraestrutura logística, a digitalização dos processos industriais e a implementação de políticas que incentivem o investimento estrangeiro e a sustentabilidade industrial. As principais iniciativas centrar-se-ão na criação de um ambiente de negócios mais atrativo e competitivo para os empresários timorenses, no apoio às cooperativas e à economia social e na oferta de formação direcionada da força de trabalho para satisfazer as exigências do mercado em evolução. Estes esforços visam estimular o crescimento inclusivo, aumentar a capacidade produtiva nacional e reforçar um modelo económico resiliente, centrado na criação de emprego e na sustentabilidade a longo prazo, objetivos centrais da agenda económica do IX Governo Constitucional.

Desenvolvimento de Infraestruturas e Investimentos Plurianuais

2.39. Em janeiro de 2025, o Fundo de Infraestrutura tinha um saldo de US$ 1,7 bilhões em projetos não executados. Isso inclui US$ 1,2 bilhões em projetos que ainda não têm contratos. Os maiores projetos de infraestruturas são mencionados a seguir.

2.40. **Fortalecimento da Seleção de Projectos de Infra-estruturas através de Prontidão de Investimento e Alinhamento Estratégico**: Em 2026 o Governo de Timor-Leste irá reforçar o processo de seleção de projectos sob o Fundo de Infra-estruturas, aplicando uma avaliação de prontidão mais rigorosa e dando prioridade a investimentos estratégicos que impulsionem o crescimento económico e a prestação de serviços. Em linha com os princípios do Sistema de Gestão de Investimentos Públicos (SIGP), a alocação de recursos incidirá em projectos de infra-estruturas que demonstrem uma forte viabilidade económica, contribuam diretamente para as prioridades de desenvolvimento nacional e mostrem uma prontidão clara para implementação. Tal inclui o desenvolvimento e a aplicação de critérios de investimento sólidos para garantir que apenas são financiados projectos bem preparados e de grande impacto, como os que melhoram a conetividade, a resiliência e o acesso a serviços públicos essenciais. Estas reformas visam melhorar a eficiência, a transparência e a eficácia das despesas de capital, em conformidade com o Plano Estratégico de Desenvolvimento e os objectivos da Declaração de Estratégia Orçamental para 2026.

2.41. **Estradas e Pontes - Acelerar a Conectividade Nacional através de Estradas Estratégicas e Investimentos em Pontes**: Em 2026, o Governo de Timor-Leste irá avançar com um conjunto de programas de infraestruturas críticas no âmbito da Iniciativa de Desenvolvimento de Estradas e Pontes Nacionais, com o objetivo de impulsionar o crescimento económico inclusivo, melhorar a mobilidade rural e reforçar a resiliência climática. Estes investimentos estão alinhados com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 e com o compromisso do IX Governo Constitucional de modernizar os sistemas de transportes e reduzir as disparidades territoriais. Será dada prioridade à conclusão dos projectos rodoviários nacionais, municipais e rurais em curso. Outras áreas de enfoque para 2026 incluem a conclusão de seis pontes estrategicamente importantes e o desenvolvimento de obras de proteção resistentes ao clima ao longo de 13 rios, com um comprimento combinado de 9.200 metros, para garantir o acesso durante todo o ano e mitigar os riscos de inundação. Em conjunto, estes programas fazem parte de uma estratégia nacional integrada para reforçar a conetividade regional, estimular a produtividade rural e proteger as infra-estruturas contra os riscos relacionados com o clima.

2.42. **Reformas institucionais e conectividade rural para maximizar o impacto no desenvolvimento:** Para garantir que os investimentos em infraestrutura produzam retornos sustentáveis, o Governo implementará o Pacote de Reforma de Desempenho e Prestação de Contas do Setor Privado em 2026. Isso inclui o lançamento de um sistema de classificação de empreiteiros vinculado ao desempenho, incentivos financeiros para empresas de alto desempenho e penalidades rigorosas por atrasos, criando um ambiente de construção mais competitivo e responsável. Será dada prioridade à expansão das redes de estradas rurais, que são vitais para ligar os agricultores aos mercados, permitir o acesso a escolas e clínicas e

reduzir o isolamento social e económico. Estas medidas respondem diretamente às necessidades identificadas no processo nacional de consulta dos cidadãos em 2025 e apoiam o objetivo mais amplo do Governo de prestar serviços de forma mais equitativa em todo o território. Através destes investimentos estratégicos e reformas, o Orçamento do Estado para 2026 visa estimular as economias locais, reduzir as disparidades regionais e promover o desenvolvimento sustentável de infraestruturas como base para o progresso nacional inclusivo.

2.43. **Água e Saneamento - Expandir o acesso à água potável e fortalecer os resultados da saúde pública:** Em 2026, o Governo intensificará o investimento no Programa de Expansão da Infraestrutura Hídrica para garantir o acesso equitativo e sustentável à água potável, particularmente nas capitais municipais e administrativas. Este esforço é norteado pelo Plano de Negócios da BTL,E.P 2022-2026, que está alinhado com o Plano Estratégico de Desenvolvimento e com os compromissos nacionais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Com infraestruturas já implementadas em 30 capitais de postos administrativos, 2026 centrar-se-á na ampliação das ligações de água nas restantes áreas (excluindo a RAEOA) e na melhoria da fiabilidade do serviço. Espera-se que esses investimentos reduzam a incidência de doenças transmitidas pela água, melhorem o bem-estar das famílias e contribuam para resultados inclusivos de saúde pública, especialmente em comunidades periurbanas e carentes.

2.44. **Promoção da Sustentabilidade Financeira e do Uso Responsável da Água:** Para garantir a sustentabilidade a longo prazo dos serviços hídricos, o Governo implementará uma Reforma da Sustentabilidade Financeira dos Serviços de Água, centrada na melhoria da cobrança de receitas e na prestação profissional de serviços. Em 2026, a instalação de medidores de faturamento em todo o país será ampliada para melhorar a recuperação de custos, reforçar a responsabilidade do consumidor e cobrir despesas de operação e manutenção. O pessoal técnico será destacado para gerir a prestação de serviços de forma eficiente e garantir a conformidade com as normas de desempenho. Estas reformas reforçarão a capacidade institucional da BTL,E.P, promoverão uma utilização mais responsável da água e reduzirão a dependência de subsídios públicos ao longo do tempo. Em conjunto, estes esforços apoiarão os objetivos duplos do Governo de expandir o acesso e garantir a sustentabilidade financeira dos serviços públicos críticos.

2.45. **Eletricidade - Modernização da Infraestrutura Elétrica e Expansão do Acesso Nacional.** Em 2026, o Governo dará prioridade aos investimentos críticos no âmbito do Programa Nacional de Acesso e Infraestruturas Elétricas para melhorar a fiabilidade da rede, as operações digitais e a prestação equitativa de serviços em todo o país. Os principais projetos de infraestruturas incluirão a conclusão do cabo subterrâneo Kuluhun-Becora em Díli e o desenvolvimento contínuo de subestações e linhas de transmissão em Aileu. A resiliência da rede será melhorada através da interligação das principais subestações (por exemplo, Comoro-Camea), enquanto os esforços de digitalização se expandirão em Díli com plataformas eletrónicas para vendas de energia e sistemas avançados de contagem. As extensões de média e baixa tensão continuarão em todo o país para fechar lacunas de serviço em áreas remotas. Essas atualizações serão apoiadas por operações técnicas padronizadas e aquisição de materiais para reduzir os custos de manutenção e melhorar a qualidade do serviço. Em conjunto, estes investimentos contribuirão para um acesso mais fiável e inclusivo à eletricidade, apoiando o bem-estar das famílias e a produtividade económica.

2.46. Acelerar a transição para as energias renováveis e a reforma financeira: Alinhado com os objetivos nacionais para a sustentabilidade energética e a resiliência climática, o Governo implementará um pacote de reforma das energias renováveis e da sustentabilidade financeira. Isto inclui a construção de uma central solar fotovoltaica de 72 MW em Laleia, Manatuto, e de uma instalação de 1–2 MW em Atauro, juntamente com estudos de viabilidade para a energia eólica em Bobonaro e Ossu. Estas iniciativas apoiam a meta do Governo de atingir 100% de eletrificação de nível suco até 2025, reforçada pela expansão do programa de eletrificação rural de Timor Naroman em 130 *aldeias*. Para assegurar a viabilidade financeira a longo prazo da EDTL, será dada prioridade à instalação de contadores funcionais para todos os clientes, à melhoria dos sistemas de faturação e cobrança, à introdução de impostos sobre o aluguer de instalações e à aplicação do cumprimento através de sanções estruturadas. Estas reformas visam reduzir as perdas do sistema, melhorar a cobrança de receitas e a recuperação de custos e posicionar o setor da eletricidade para a sustentabilidade a longo prazo, contribuindo simultaneamente para os objetivos de transição para as energias verdes e a diversificação económica.

2.47. Aeroportos - Reabilitar a Porta Internacional de Timor-Leste para a Conectividade e Integração Regional: Em 2026, o Governo vai lançar o Projeto de Reabilitação do Aeroporto Internacional de Díli como um investimento emblemático em infraestruturas para modernizar o setor do transporte aéreo do país. Como principal ponto de entrada internacional, o Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato desempenha um papel vital na viabilização do comércio, turismo, envolvimento diplomático e preparação de Timor-Leste para a adesão à ASEAN. Os trabalhos de reabilitação incluirão a modernização da pista, das instalações do terminal e dos sistemas de segurança da aviação, a fim de tornar o aeroporto conforme com as normas internacionais. Estas melhorias visam aumentar a capacidade de assistência a passageiros, melhorar a qualidade do serviço e reduzir as ineficiências operacionais. Como um facilitador económico crítico, o projeto irá fortalecer a infraestrutura logística nacional, aumentar a confiança dos investidores e melhorar a conectividade com os principais parceiros regionais, reforçando a integração de Timor-Leste na economia global.

2.48. Melhorar a Mobilidade Urbana para um Acesso Inclusivo e Sustentável aos Transportes: Para complementar as atualizações do transporte aéreo nacional, o Governo vai também implementar um Programa de Reforma da Mobilidade Urbana focado na modernização dos sistemas de transportes públicos, começando por Díli. Em 2026, as reformas incluirão melhorias na programação dos serviços, a introdução de programas estruturados de formação de condutores e uma aplicação mais rigorosa das normas de segurança rodoviária. Estas medidas visam tornar os transportes diários mais seguros, fiáveis e inclusivos, em especial para os agregados familiares com baixos rendimentos, as mulheres e os jovens. Ao melhorar o sistema de mobilidade urbana, o Governo procura reduzir o congestionamento, melhorar o acesso a empregos e serviços e promover ambientes urbanos mais habitáveis. Estes esforços apoiam diretamente os objetivos nacionais de produtividade, coesão social e desenvolvimento resiliente às alterações climáticas, em linha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento e a agenda de modernização das infraestruturas do IX Governo Constitucional.

2.49. Telecomunicações - Operacionalização da Espinha Dorsal Digital Nacional para a Conectividade Inclusiva e o Crescimento Económico: Em 2026, o Governo vai operacionalizar o Sistema de Cabos Submarinos Sul de Timor-Leste (TLSSC) no âmbito do

Programa Nacional de Operacionalização da Espinha Dorsal Digital, marcando um marco transformador na agenda de infraestruturas digitais do país. Após o pouso bem-sucedido do cabo de fibra ótica em 2024 e os testes do sistema no início de 2025, o foco de 2026 será fornecer acesso à internet de alta capacidade, seguro e acessível em todo o território nacional. O investimento público apoiará o desenvolvimento institucional e a ativação técnica dos *Cabos de Timor-Leste, E.P.* (CTL, E.P.), a recém-criada empresa estatal responsável pela gestão do TLSSC e da rede de fibra ótica terrestre. A CTL, E.P. funcionará como a autoridade nacional de infraestrutura digital, garantindo o cumprimento das normas de desempenho e regulamentação, oferecendo ao mesmo tempo acesso grossista aberto e competitivo aos fornecedores de telecomunicações licenciados. Estes esforços reduzirão os custos da Internet, expandirão a cobertura dos serviços e melhorarão a qualidade da conectividade digital para os agregados familiares, as empresas e as instituições públicas. A rede de fibra ótica permitirá também a aprendizagem em linha, melhorará o sistema educativo, melhorará os serviços e sistemas digitais no sector da saúde e reforçará a prestação de outros serviços, como a justiça, reforçando simultaneamente os sistemas e plataformas de administração pública em linha.

2.50. Expandir o Acesso Digital Universal para Apoiar a Inclusão Social e a Prestação de Serviços: Para garantir que nenhuma comunidade seja deixada para trás na transformação digital, o Governo complementará a implantação da fibra terrestre com a Iniciativa de Acesso Digital Universal, aproveitando a tecnologia de satélite Starlink para atender áreas extremamente remotas e montanhosas onde a infraestrutura de fibra ainda não é viável. Esta abordagem híbrida garantirá que escolas, centros de saúde e postos administrativos em todo o país obtenham acesso confiável à internet rápida, facilitando a educação eletrónica, a saúde eletrónica e o acesso a serviços públicos digitais. Estes investimentos irão desbloquear novas oportunidades para a inovação do setor privado, apoiar a digitalização da administração pública e promover o acesso equitativo à tecnologia. Ao ativar a espinha dorsal digital e expandir a conectividade de última milha, o Orçamento do Estado para 2026 contribuirá diretamente para a competitividade nacional, o desenvolvimento do capital humano e o crescimento inclusivo, lançando as bases para a emergência de Timor-Leste como uma nação digitalmente conectada e economicamente diversificada.

Quadros Institucionais

2.51. Negócios Estrangeiros - Fazer avançar a adesão à ASEAN como prioridade estratégica de política externa e desenvolvimento: Em 2026, o Governo irá acelerar a implementação do Programa de Adesão e Integração da ASEAN como uma prioridade nacional crítica para a integração regional e o avanço da política externa. Os recursos públicos apoiarão a conclusão dos requisitos processuais e institucionais delineados no Roteiro da ASEAN para a Adesão Plena, incluindo a harmonização jurídica, o alinhamento político e a coordenação interministerial. Timor-Leste fortalecerá os pontos focais nacionais em todos os órgãos setoriais da ASEAN, finalizará as negociações sobre os principais acordos económicos e comerciais e melhorará a prontidão institucional das agências públicas para se envolverem plenamente nos mecanismos da ASEAN. Os programas de reforço de capacidades visarão funcionários públicos, diplomatas e peritos técnicos, enquanto que as campanhas de sensibilização pública a nível nacional prepararão os cidadãos e as empresas para compreenderem e beneficiarem da adesão à ASEAN. Estes investimentos permitirão a Timor-

Leste cumprir as obrigações da adesão à ASEAN e reforçar as suas capacidades de envolvimento diplomático, económico e regional.

2.52. **Reforço da Conectividade Regional e da Participação nos Pilares da ASEAN:** Alinhado com a Visão da Comunidade da ASEAN 2045 e o Programa do IX Governo Constitucional, Timor-Leste irá concentrar-se no avanço dos três pilares fundamentais da ASEAN: segurança política, integração económica e sociocultural. Em 2026, serão envidados esforços estratégicos para promover a paz e o diálogo regionais, aumentar a resiliência económica através de Tabelas comerciais e de investimento, apoiar a integração digital e promover os objetivos de desenvolvimento sustentável. Dotações orçamentais específicas apoiarão a participação de Timor-Leste em reuniões regionais, representação institucional e coordenação logística para eventos e cimeiras da ASEAN. Será igualmente prosseguida uma melhor coordenação com os parceiros internacionais e as instituições de diálogo da ASEAN, a fim de mobilizar apoio técnico e financiamento do desenvolvimento. Estes esforços consolidarão o estatuto de Timor-Leste como o 11.º Estado Membro da ASEAN e permitir-lhe-ão contribuir significativamente para a agenda de paz, prosperidade e desenvolvimento centrada nas pessoas a longo prazo da região.

2.53. **Justiça - Fortalecimento da identidade jurídica, dos direitos fundiários e do acesso à justiça para todos:** Em 2026, o Governo priorizará o desenvolvimento de um sistema de justiça moderno, acessível e sensível ao gênero, com foco estratégico na expansão da identidade jurídica e dos direitos fundiários como bases para a equidade e o Estado de direito. Em 2026, o Governo se concentrará em acelerar a emissão nacional de cartões de Identificação Única (IU) para garantir que todos os cidadãos, especialmente aqueles em comunidades rurais e vulneráveis, possam ter acesso à justiça, aos serviços públicos e a oportunidades económicas. No que diz respeito aos direitos fundiários, o foco do Governo para 2026 será melhorar e simplificar o processo de registo de titularização de terras como parte do seu objetivo estratégico de reforçar os direitos fundiários. O acesso à justiça será também reforçado em 2026 através da disponibilização de um sistema de justiça acessível e sensível às questões de género para todos os cidadãos, especialmente das comunidades rurais e vulneráveis. Estes esforços serão integrados com reformas mais amplas da justiça, incluindo a descentralização dos serviços judiciais, a expansão do mapa judicial e a simplificação dos procedimentos legais para melhorar o acesso à justiça e reduzir os estrangulamentos institucionais.

Como parte da sua agenda de integridade, o Governo implementará uma estratégia abrangente de luta contra a corrupção para defender a independência judicial e a responsabilidade pública. O setor da justiça promoverá igualmente reformas sensíveis às questões de género, incluindo a formação de profissionais do direito e a criação de mecanismos para prevenir e dar resposta à violência baseada no género. Estas iniciativas refletem a visão a longo prazo do Governo de reforçar as instituições democráticas e assegurar a igualdade de acesso à justiça para todos.

2.54. **Reforma da Administração Pública - Modernizar a Gestão de Recursos Humanos para uma Função Pública Profissional e Responsável:** Como parte do Plano de Reforma da Administração Pública 2023-2028, o Governo de Timor-Leste irá priorizar a modernização da gestão de recursos humanos como um pilar fundamental do desempenho institucional e da prestação de serviços. Em 2026, os investimentos críticos serão direcionados para a implantação de práticas de RH padronizadas e baseadas no mérito em pelo menos 60% das

instituições públicas, apoiadas por um novo marco legal para o planeamento estratégico da força de trabalho. A integração do sistema SIGAP-FOUN com o GRP-FMIS em três sectores prioritários permitirá o alinhamento entre os recursos humanos e as finanças públicas. Os diagnósticos estratégicos da força de trabalho serão ampliados, esperando-se que pelo menos 40% das instituições concluam os planos de força de trabalho em 2026, aumentando para 80% até 2028. Estas reformas promoverão uma contratação racional de pessoal, reduzirão os despedimentos e garantirão que a mão de obra pública é adequada à sua finalidade em todos os setores.

2.55. **Transformação Digital, Reforma da Aposentadoria e Responsabilidade Institucional:** O Orçamento de 2026 também apoiará a digitalização total dos registos de RH, visando a integração de 100% dos funcionários públicos elegíveis no SIGAP-FOUN para permitir o monitoramento de pessoal em tempo real e a tomada de decisões baseadas em evidências. Para garantir um processo de aposentadoria transparente e eficiente, será implantado um novo módulo de aposentadoria digital integrado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), juntamente com treinamentos institucionalizados de pré-aposentadoria e exercícios anuais de validação de dados. O cumprimento legal e ético será reforçado em toda a função pública, com uma meta de 60% das instituições que operam programas de compliance funcional até ao final de 2026 e 90% dos casos disciplinares tratados atempadamente. A modernização e a plena digitalização dos sistemas da Comissão da Função Pública reforçarão a supervisão e a coordenação entre instituições. Em conjunto, estas reformas estratégicas ajudarão a construir uma administração pública justa, responsável e orientada para o desempenho.

2.56. **Setor Financeiro - Criação do Banco Nacional de Desenvolvimento para Financiar o Crescimento Inclusivo e a Estabilidade dos Fundos:** Em 2026, o Governo dará prioridade à criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BND) como um instrumento-chave para apoiar a transformação económica e fortalecer a arquitetura financeira do país. O BND será concebido para proporcionar facilidades de crédito acessíveis às empresas nacionais, particularmente em setores prioritários como a agricultura, as pescas, o turismo e a indústria, para estimular o crescimento do setor privado e a criação de emprego. Como instituição financeira apoiada pelo Estado, o BND servirá também como plataforma para atrair investimento estrangeiro e promover parcerias estratégicas para o desenvolvimento. Esta iniciativa reflete o compromisso do Governo em construir uma instituição financeira de desenvolvimento robusta e de propriedade nacional, capaz de impulsionar o crescimento inclusivo e apoiar a transformação estrutural da economia de Timor-Leste.

2.57. **Descentralização - Expandir os balcões únicos para melhorar o acesso local aos serviços públicos**: Em 2026, o Governo intensificará a implementação do Programa de Expansão do Balcão Único (Balkaun Úniku) como uma reforma emblemática para aproximar os serviços públicos essenciais dos cidadãos, particularmente nas zonas rurais e mal servidas. Esses centros de serviços fornecerão acesso simplificado ao registo civil, documentação de identidade, serviços notariais e certificações legais por meio de um único ponto de contato, aumentando a eficiência, a transparência e a satisfação do cidadão. Com cobertura prevista em todos os municípios, esta iniciativa constituirá uma pedra angular da agenda nacional de descentralização e contribuirá diretamente para a melhoria da confiança do público nas instituições do Estado. As dotações orçamentais apoiarão o estabelecimento, a reabilitação e a prontidão operacional das instalações do Balkaun Úniku, incluindo equipamento essencial, sistemas informáticos, serviços públicos e ferramentas de prestação

de serviços. Estes investimentos alinham-se com o compromisso do IX Governo Constitucional com a descentralização e a governação inclusiva.

2.58. **Fortalecimento da capacidade municipal de prestação de serviços descentralizada e integrada:** Um fator crítico de sucesso para o funcionamento eficaz do Balkaun Úniku é a disponibilidade de funcionários públicos qualificados a nível municipal. Em 2026, o Governo dará prioridade ao destacamento e retenção de pessoal qualificado através de planeamento estruturado de recursos humanos e programas de capacitação direcionados liderados pelo Ministério da Administração Estatal (MAE) e ministérios setoriais. O pessoal de serviço da linha de frente receberá treinamento contínuo e orientação para garantir o profissionalismo, a capacidade de resposta e a conformidade com os padrões de serviço nacionais. Paralelamente, será reforçada a coordenação técnica entre a MAE e as instituições relevantes, a fim de apoiar a prestação integrada de serviços e a interoperabilidade dos sistemas digitais. Juntos, esses esforços representam uma reforma crítica na governança local e na administração pública, avançando no processo de descentralização e permitindo uma prestação de serviços mais acessível, eficiente e orientada para o cidadão em todo o país.

Principais desenvolvimentos na GFP

2.59. O Governo está a implementar um ambicioso programa de reforma da gestão das finanças públicas (GFP) para melhorar a disciplina orçamental, aumentar a transparência e apoiar a prestação eficaz de serviços. Estes esforços são orientados pelo Plano Estratégico Quinquenal do Ministério das Finanças e pelo Roteiro de Reforma da GFP atualizado. As medidas de reforma abrangem tabelas jurídicas e institucionais, sistemas orçamentais e contabilísticos, mobilização de receitas, mecanismos de supervisão e modernização digital.

2.60. A base da reforma da GFP em Timor-Leste foi significativamente reforçada com a promulgação da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO, Lei n.º 3/2025), que substitui a lei de 2022 e introduz um conjunto abrangente de regras fiscais que regem todo o ciclo orçamental, desde o planeamento estratégico até à execução, reporte e auditoria. A lei visa incorporar a disciplina fiscal, a previsibilidade e a transparência no funcionamento do Estado. Para operacionalizar a LEO, encontra-se em fase final de preparação um conjunto de regulamentos de execução. Estes codificarão as regras e responsabilidades relacionadas com o planeamento, a execução orçamental, as operações de tesouraria, o controlo interno e a supervisão fiscal, garantindo uma aplicação coerente e responsável da lei em todos os ministérios e agências.

2.61. Em conjunto com a LEO, o Governo modernizou a base jurídica da contratação pública através do Decreto-Lei n.º 1/2025. Esta nova Lei de Compras introduz procedimentos competitivos padrão e integra recursos alinhados com o Acordo de Compras Governamentais (GPA) da OMC, tais como a não discriminação e a transparência, preservando uma margem de preferência de 10% para fornecedores locais para estimular as empresas nacionais. O Ministério das Finanças deu igualmente início ao desenvolvimento de modelos normalizados de contratos públicos e está a lançar um programa nacional de formação para funcionários responsáveis pelas aquisições. Além disso, estão em curso esforços para reforçar a arquitetura institucional através da elaboração de uma Lei Orgânica revista para o Ministério e da criação de uma Organização Profissional de Contabilidade (OPC), que introduzirá uma

tabela de certificação reconhecida para contabilistas e elevará as normas nacionais de contabilidade e auditoria.

2.62. Timor-Leste iniciou uma transição para a orçamentação baseada em programas para melhor ligar a despesa pública aos resultados. Esta abordagem assegura que as dotações orçamentais estão ligadas não só aos recursos, mas também aos indicadores de realizações e desempenho, permitindo aos ministérios demonstrar de que forma os recursos contribuem para resultados tangíveis. Os ministérios estão a receber apoio técnico para alinhar as suas propostas orçamentais com os Tabelas de desempenho e estão em curso esforços para incorporar os princípios de monitorização e avaliação (M&A) nos ciclos de planeamento anuais. Trata-se de uma mudança importante em relação à abordagem tradicional das rubricas e marca uma evolução no sentido de uma despesa pública mais estratégica e responsável.

2.63. Paralelamente, o Governo lançou a adoção gradual da contabilidade de exercício alinhada com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS). Esta reforma aumenta a transparência ao reconhecer ativos, passivos e despesas de uma forma que reflita com maior precisão a situação financeira do setor público.

2.64. A implementação de ferramentas analíticas, como painéis do Power BI, melhorou ainda mais a capacidade do Governo de monitorizar a execução do orçamento e os padrões de despesas em tempo real, permitindo uma tomada de decisão mais informada e oportuna.

2.65. Como parte da sua estratégia orçamental de médio prazo, o Governo de Timor-Leste finalizou um projeto de Lei do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). Trata-se de uma reforma fundamental que visa alargar a base de receitas internas e reduzir a dependência das receitas do petróleo. A introdução do IVA está também estrategicamente alinhada com os requisitos da adesão à ASEAN e à OMC, garantindo que o sistema fiscal de Timor-Leste cumpre as normas internacionais. Em preparação, as tabelas jurídicas estão a ser revistas e as atualizações do sistema estão a ser concebidas para acomodar processos específicos do IVA, tais como mecanismos de registo, depósito e reembolso. Estão previstas consultas às partes interessadas e campanhas de educação dos contribuintes como parte do processo de implementação.

2.66. Os sistemas informáticos de apoio à administração das receitas estão também a sofrer uma transformação significativa. O Sistema Integrado de Administração Fiscal (ITAS) e a plataforma de Planeamento de Recursos Governamentais (GRP) estão a ser atualizados para apoiar a melhoria dos serviços prestados aos contribuintes, a automatização dos processos de conformidade e uma maior precisão dos dados. Estas alterações são fundamentais para criar uma administração fiscal mais reativa e eficiente. Além disso, o Governo tomou medidas decisivas para manter a sustentabilidade orçamental, reestruturando ou cancelando uma série de empréstimos concedidos por Instituições Financeiras Internacionais (IFI) que já não se alinham com a tabela macroorçamental atualizada. Esta abordagem assegura que a contração de empréstimos está alinhada com as prioridades de desenvolvimento e com os limiares de dívida sustentáveis.

2.67. A existência de dados sólidos é essencial para um planeamento político e orçamental sólido, tendo sido realizados progressos significativos neste domínio. O Instituto Nacional de

Estatística (INETL) concluiu dois conjuntos de dados críticos, o Inquérito aos Padrões de Vida de Timor-Leste (TLSLS) 2024 (a publicar nos próximos meses) e o Censo da População e Habitação 2022. Estes fornecem uma base estatística atualizada para a tomada de decisões governamentais. O TLSLS fornecerá informações detalhadas sobre padrões de consumo, fontes de renda e níveis de pobreza, enquanto o Censo fornece dados demográficos abrangentes. Em conjunto, constituem a espinha dorsal empírica das estratégias de redução da pobreza, das transferências sociais direcionadas e das iniciativas de desenvolvimento regional.

2.68. O Governo continuará a reforçar os dados relativos aos resultados e a melhorar as normas contabilísticas para apoiar a tomada de decisões com base em dados concretos. O aumento da frequência e do âmbito dos principais indicadores económicos e sociais será essencial para acompanhar os progressos das políticas públicas e das medidas de desenvolvimento. Simultaneamente, serão levadas a cabo reformas institucionais e legislativas para alinhar as práticas contabilísticas dos sectores público e privado pelas normas internacionais. Isto irá não só melhorar a transparência fiscal como também contribuir para um melhor ambiente empresarial e facilitar o desenvolvimento do sector privado em Timor-Leste.

2.69. Para melhorar o desempenho institucional e a prestação de contas, o Ministério das Finanças lançou um Tabela de Avaliação de Desempenho que acompanha o desempenho do pessoal e das unidades em relação aos indicadores-chave de desempenho (ICD). O sistema também vincula o treino e o desenvolvimento profissional a resultados de desempenho, fornecendo incentivos para a melhoria contínua. A implementação inicial revelou-se promissora no reforço de uma cultura de gestão orientada para os resultados no Ministério.

2.70. As reformas institucionais incluíram igualmente uma reestruturação das operações internas do Ministério, a fim de melhorar a coordenação e a prestação de serviços. Tal inclui a introdução de linhas de comunicação mais claras e a nomeação de tabelas superiores com mandatos de desempenho sólidos. Estas alterações visam melhorar a capacidade de resposta, reduzir os atrasos burocráticos e garantir que as decisões políticas são executadas de forma eficiente. Uma liderança reforçada e uma responsabilização interna mais clara melhoraram também a coordenação com outros ministérios, contribuindo para uma colaboração interagências mais harmoniosa em matéria de reformas transversais.

2.71. A transformação digital é uma pedra angular da atual agenda de reformas da GFP. Em 2025, o Governo lançou um amplo programa de atualização das TIC, começando pela expansão e modernização do centro de dados nacional. Este investimento garante que os dados governamentais são armazenados de forma segura e disponibilizados através de infraestruturas fiáveis e resilientes. O centro de dados atualizado também serve como espinha dorsal para hospedar sistemas críticos de gestão financeira, incluindo IFMIS e ITAS. Essas melhorias reduzirão o tempo de inatividade do sistema, melhorarão a segurança cibernética e fornecerão uma plataforma para futuros serviços baseados em nuvem.

2.72. Registaram-se igualmente progressos significativos em matéria de interoperabilidade dos sistemas. Uma nova plataforma de integração central está sendo desenvolvida para permitir que diferentes sistemas de finanças públicas — como IFMIS, ITAS, plataformas de compras e bancos de dados de recursos humanos — se comuniquem perfeitamente. Essa interoperabilidade eliminará a duplicação de dados, reduzirá os esforços de reconciliação

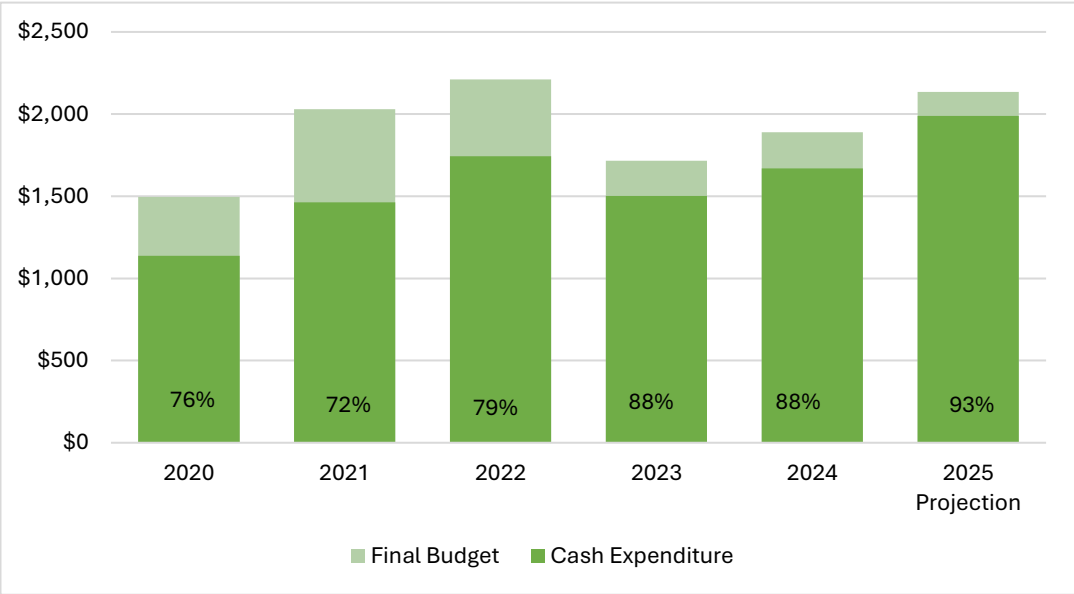
manual e permitirá painéis unificados que fornecem supervisão em tempo real das finanças públicas. A atualização IFMIS de próxima geração concentra-se em melhorar a confiabilidade do orçamento, automatizar as funções do relatório e integrar as operações de tesouraria. Estes esforços são essenciais para alcançar a digitalização de extremo a extremo dos processos das finanças públicas e melhorar a eficiência da governação global.

3. Resultados e limites máximos das despesas

Evolução recente das despesas

3.1. Esta secção apresenta uma panorâmica da execução orçamental para o período de 2020 a 2025. A revisão analisa os números do orçamento e da execução da Administração Central e da RAEOA, que incluem a transferência do Estado para o fundo de segurança social. O orçamento anual final aumentou 43%, passando de US$ 1,5 bilhões para US$ 2,1 bilhões. Após o Orçamento de Retificação em 2023, o orçamento aprovado foi reduzido para US$ 1,7 bilhões, mas aumentou novamente em 10% em 2024 e mais 13% em 2025. Além disso, o Governo melhorou substancialmente a sua taxa de execução orçamental, passando da taxa mais baixa de 72% em 2021 para 88% em 2023 e 2024. Espera-se uma nova melhoria para 2025, com uma projeção inicial de atingir 93%,

Figura 13: Orçamento final e despesas 2020-2025 (Administração Central e RAEOA), US$ milhões



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, junho de 2025 *Nota – os valores são montantes não consolidados e incluem transferências da Administração Central para a RAEOA, por exemplo, em 2025 a Administração Central transferiu 10 milhões de dólares para a RAEOA, o que significa que o orçamento consolidado foi 10 milhões de dólares inferior ao indicado acima. Os números do orçamento de 2025 incluem ajustes de janeiro a maio de 2025

3.2. A Tabela 7 apresenta os números principais dos orçamentos de 2020 a 2024, tais como as dotações originais e finais, as despesas de tesouraria e as obrigações e autorizações pendentes. Entre 2020 e 2024, os compromissos pendentes foram, em média, de US$ 38,6 milhões, da mesma forma, a média das obrigações pendentes de fim de ano foi de US$ 76,8 milhões.

Tabela 7: Números do Orçamento Manchete 2020-2024, US$ Milhões

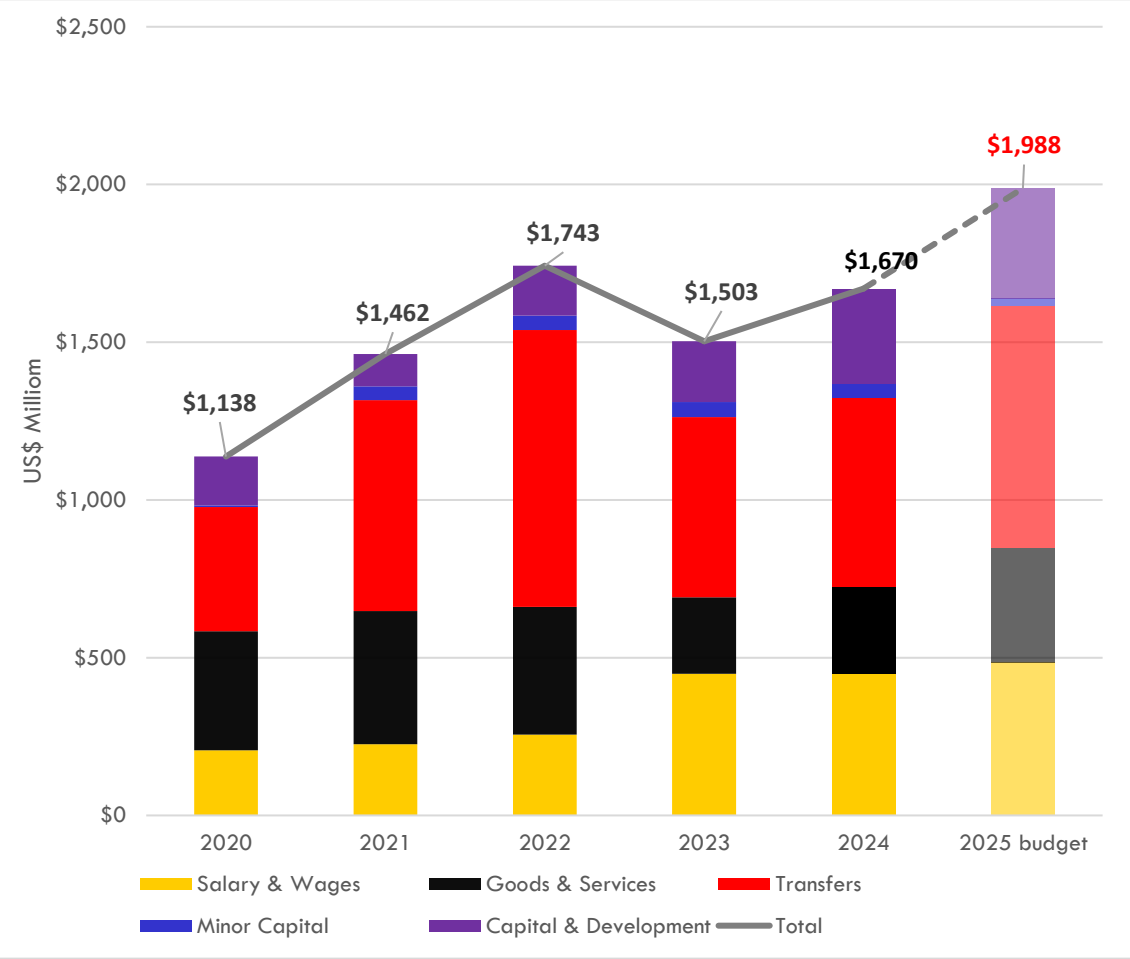
Categoria	2020	2021	2022	2023	2024
Original	1,497	1,895	1,885	1,920	1,890
Atual	1,497	2,030	2,211	1,717	1,890
Despesas de tesouraria	1,138	1,462	1,743	1,503	1,670
Autorização pendente	34	54	45	34	26
Obrigação pendente	114	84	90	46	50
Taxa de Execução %	76%	72%	79%	88%	88%
Contratos não executados	2.6%	3.4%	2.4%	2.1%	1.5%
Taxa de pagamento pendente	9.1%	5.4%	4.9%	3.0%	2.9%

Fonte: GRP, Ministério das Finanças, junho de 2025

3.3. A despesa anual de tesouraria das administrações públicas aumentou 47% entre 2020 e 2024. Após a baixa execução em 2020 devido ao início da pandemia de COVID-19, a despesa registou aumentos substanciais de 29% e 19% em 2021 e 2022, respetivamente. Tal deveu-se principalmente ao aumento das despesas com transferências. A maior despesa do Governo no último quinquênio foi em 2022, com US$ 1,74 bilhões. A despesa diminuiu em 2023 na sequência dos esforços de racionalização da despesa por parte do novo Governo, mas voltou a aumentar mais de 11% em 2024 e projeta-se que aumente quase 19% em 2025, o que está acima das taxas combinadas de inflação e crescimento populacional e deverá ser superior ao nível de 2022 (ver gráfico abaixo).

3.4. Como se pode ver na Figura abaixo, a despesa nos últimos cinco anos tem sido dominada pelas despesas recorrentes, nomeadamente, as despesas com Salários e Vencimentos, Bens e Serviços e Transferências. As despesas correntes representaram 86% da despesa total em 2020 e aumentaram para 90% em 2021, onde apenas 10% da despesa total foi com capital. A participação nas despesas de capital aumentou para 16% em 2023 e 21% em 2024 (de 12% em 2022), à medida que o 9.º Governo constitucional tentava dar prioridade ao desenvolvimento e crescimento económico.

Figura 14: Despesa pública global 2020-2025, $US milhões



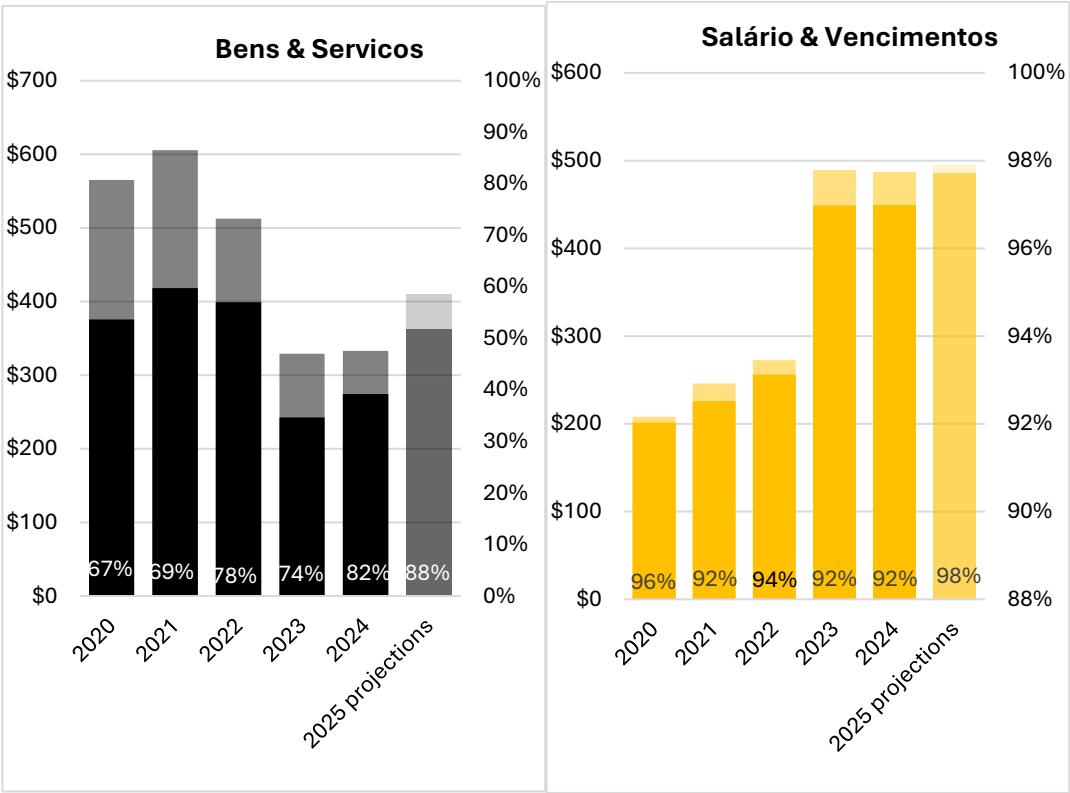
Fonte: GRP, Ministério das Finanças, junho de 2025 *Nota – os valores são valores não consolidados e incluem transferências da Administração Central para a RAEOA, por exemplo, em 2025 a Administração Central transferiu US$ 10 milhões para a RAEOA, o que significa que o orçamento consolidado foi US$ 10 milhões menor do que o indicado acima. Os números do orçamento de 2025 incluem ajustes de janeiro a maio de 2025

3.5. Analisando mais detalhadamente as despesas correntes, as Figuras abaixo mostram uma taxa de execução relativamente alta e estável para Salários e Vencimentos. Por outro lado, as taxas de execução de Bens e Serviços registaram variações significativas nos últimos cinco anos. As Figuras também mostram um grande declínio nas despesas com Bens e Serviços em 2023, enquanto as despesas com salários e vencimentos aumentam de US$ 256 milhões para US$ 449 milhões.

3.6. Tal deve-se, em parte, às novas contratações no âmbito do novo Governo, enquanto as despesas com bens e serviços foram reduzidas no âmbito dos esforços de consolidação orçamental no âmbito do novo Governo. No entanto, o principal impulsionador disso é a reclassificação de categorias económicas que resultou em vários itens de Bens e Serviços e Transferências sendo reclassificados para a Categoria Salário e Vencimentos. Antes de 2023, as despesas com Consultores Nacionais e Internacionais figuravam na Categoria de Bens e Serviços. A partir de 2023 esta despesa passou para a Categoria de Salários e Vencimentos. Vários itens relacionados a viagens e subsídios dos funcionários também foram transferidos

para a Categoria Salário e Vencimentos de Bens e Serviços em 2023. Por fim, antes de 2023, a contribuição do Estado como empregador para o Fundo de Segurança Social estava inscrita na categoria de transferência. Este passou para a categoria de Salários e Vencimentos em 2023. Por conseguinte, as despesas com salários estabilizaram após 2023. No entanto, as despesas com bens e serviços aumentaram 23% no orçamento de 2025 (ver Figura abaixo)

Figura 15: Orçamento e Execução de Salários e Vencimentos e Bens & Serviços, US$ Milhões



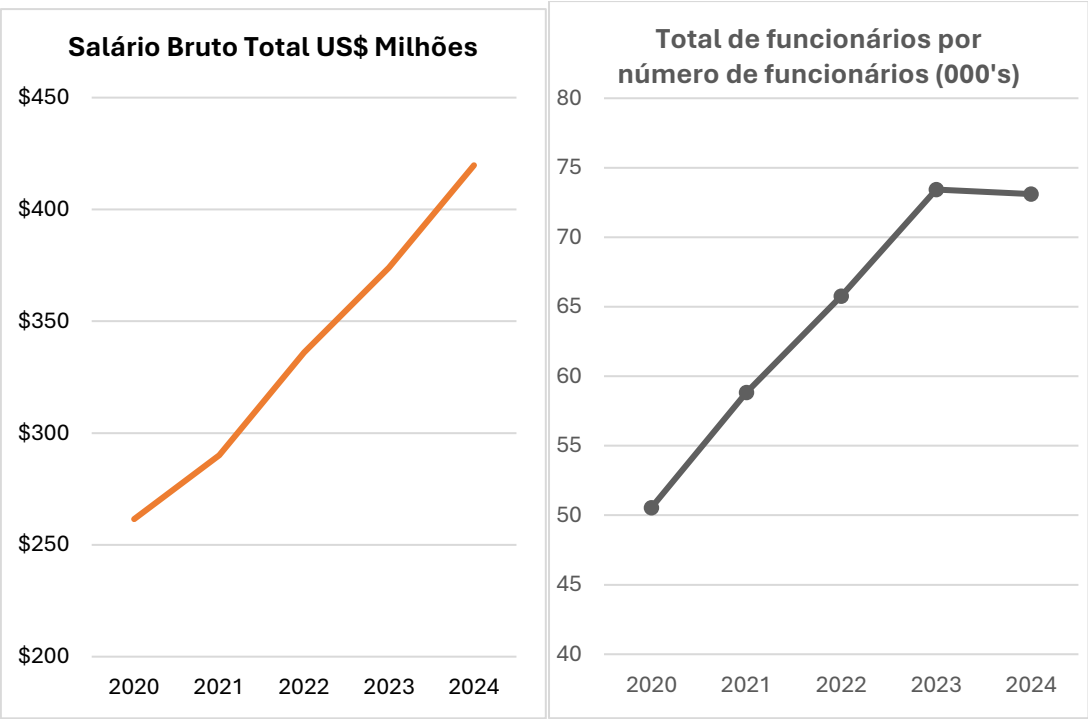
Fonte: GRP, Ministério das Finanças, junho de 2025 *Os números do orçamento de 2025 incluem ajustes de janeiro a maio de 2025

3.7. Devido ao facto de não existir um mapeamento claro ao nível dos itens e das rubricas das categorias antigas para as novas, não é possível analisar os dados históricos anteriores a 2022 ao abrigo da nova classificação. Portanto, para analisar adequadamente os fatores por trás das despesas salariais, é importante avaliar os dados da folha de pagamento. Os dados da folha de pagamento fornecem uma contagem do número total de funcionários que trabalham para a Administração Central e a RAEOA e seus salários brutos totais, excluindo subsídios variáveis, como passagens aéreas e diárias. Excluem-se os trabalhadores de entidades extraorçamentais, como as empresas públicas. As Figuras abaixo apresentam a despesa total com salários e o número total de funcionários públicos de acordo com os dados da folha de pagamento de 2020-2024.

3.8. A primeira Figura mostra que as despesas salariais tiveram um aumento de 60% de 2020 para 2024. O maior aumento foi em 2022, onde as despesas aumentaram 16%. A Figura à direita mostra que o aumento salarial foi em parte impulsionado pelas contratações, com o número

de funcionários de acordo com os dados da folha de pagamento subindo 45% entre 2020 e 2024. O maior período de contratações ocorreu em 2021, onde o número de funcionários aumentou 16%.

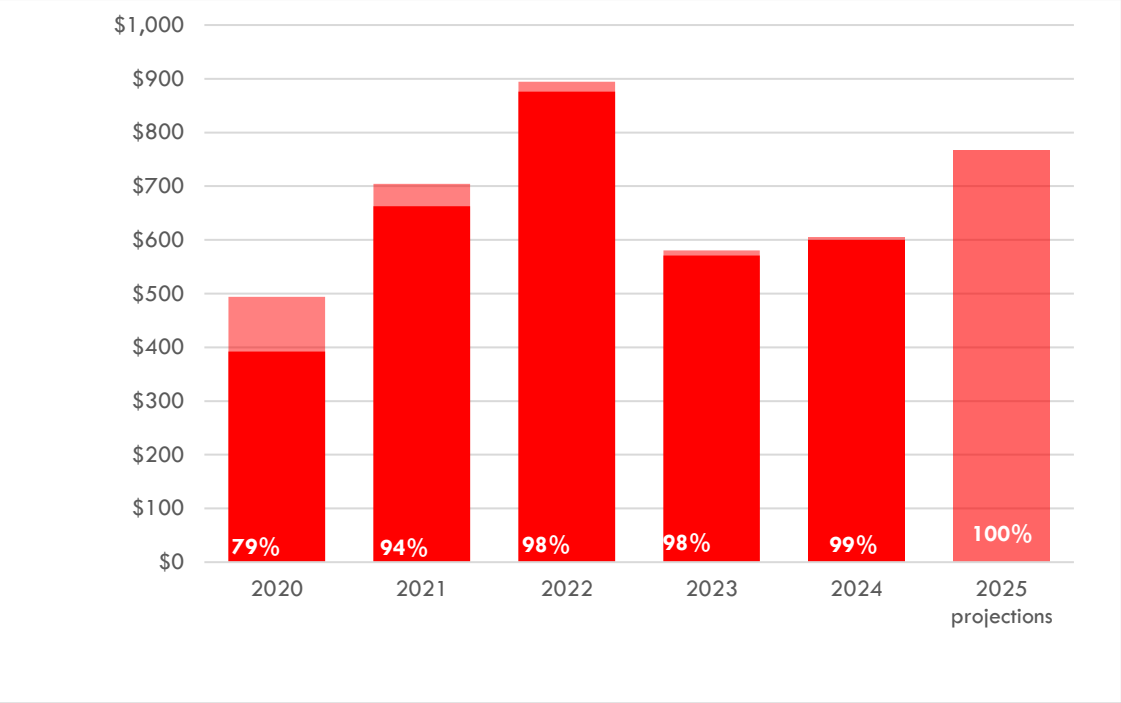
Figura 16: Dados da folha de pagamento sobre despesas e contagem de funcionários



*Fonte: GRP, Ministério das Finanças, junho de 2025 *Nota Os números de colaboradores refletem as contratações totais ao longo do ano, uma vez que alguns contratados são contratados apenas por uma parte do ano; estes números são superiores à contagem de colaboradores no final do ano*

3.9. De um modo geral, as despesas com transferências registaram uma tendência ascendente, indicando um aumento de 123% no período 2020-2023. Este aumento deveu-se, sobretudo, aos programas assistenciais durante a pandemia e às transferências para entidades públicas (em resultado da criação da EDTL e da BTL em 2020). O orçamento de retificação em 2023 viu uma grande queda nas transferências, que permaneceram relativamente baixas em 2024, mas devem aumentar novamente em 2025, principalmente devido a um grande aumento nas transferências para o fundo veterano. Em termos de execução, as transferências têm geralmente registado uma execução elevada nos últimos cinco anos, exceto em 2020, onde a execução foi impactada pelo início da pandemia de COVID-19.

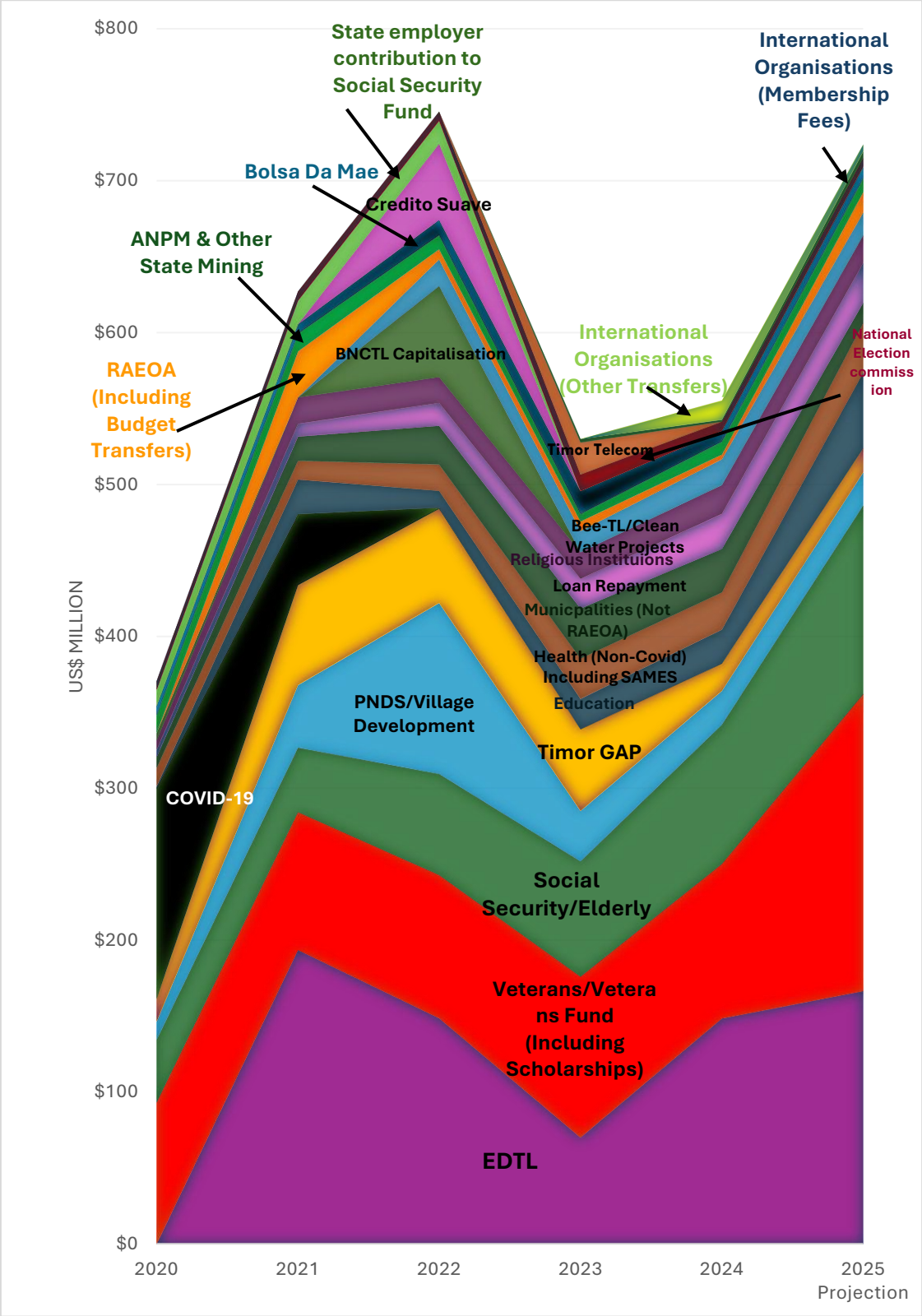
Figura 17: Transferência Orçada e Execução, US$ Milhões



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, junho de 2025 *Nota – os valores são montantes não consolidados e incluem transferências da Administração Central para a RAEOA, por exemplo, em 2025 a Administração Central transferiu 10 milhões de dólares para a RAEOA, o que significa que o orçamento consolidado foi 10 milhões de dólares inferior ao indicado acima. Os números do orçamento de 2025 incluem ajustes de janeiro a maio de 2025

3.10. A Figura 18 ajuda a explicar os principais impulsionadores das despesas de transferência. A Figura mostra as principais transferências de 2020 a 2025, representando cerca de 90% das despesas de transferência a cada ano.

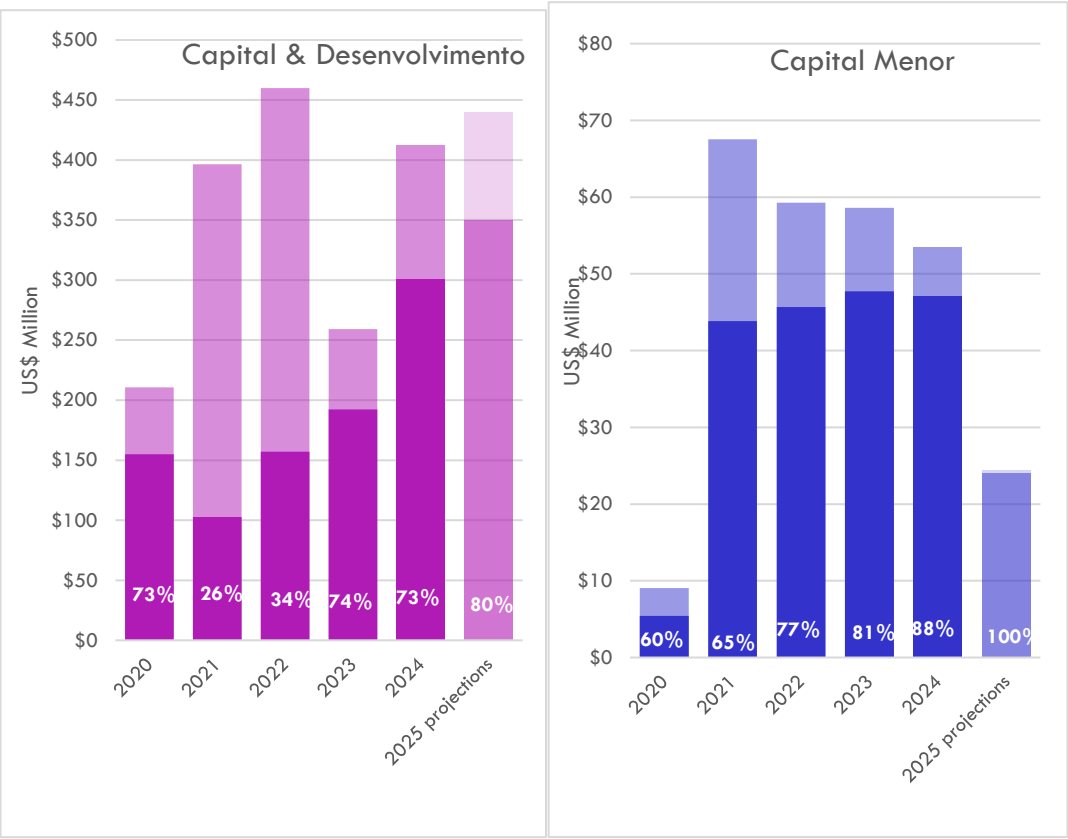
Figura 18: Top 90% das despesas de transferência 2020-2025, US$m



Fonte: Análise da Direção Nacional de Política Económica com base em dados PRFV, Ministério das Finanças, junho de 2025

3.11. As despesas e execução em Capital e Desenvolvimento e Capital Menor apresentaram um aumento global na dotação orçamental e melhoria na execução ao longo do período 2020-2024. O Capital de Desenvolvimento teve as taxas de execução mais fracas e variáveis de todas as categorias, com uma média de 56% entre 2020-2024. Isso sugere fraquezas no planeamento de projetos e nos processos de aquisição. No entanto, espera-se que a execução aumente em 2025 para ambos os tipos de capital, devido à melhoria do processo de aquisição.

Figura 19: Orçamento e Execução para Despesas de Capital, $US Milhões



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, junho de 2025. Os números do orçamento de 2025 incluem ajustes de janeiro a maio de 2025

Orçamento de 2025: Revisão de Despesas 2025

3.12. A revisão apresenta uma panorâmica do desempenho orçamental em 2025 a partir de junho de 2025, em comparação com o mesmo período do ano anterior. A comparação mostra que a taxa de execução global de 2025, de 27%, é superior à do ano passado, apesar de a dotação orçamental ser quase 13% superior. Tal deve-se principalmente a uma taxa de execução mais elevada dos salários e vencimentos, de 37% em vez de 32%, e a uma maior execução de bens e serviços, de 19% em vez de 16%. O desenvolvimento de capital mantém uma taxa de execução semelhante à do ano passado, mas com uma alocação maior, o que indica que as despesas reais de caixa aumentaram em US$ 6 milhões em comparação com o

ano passado. No entanto, este valor permanece relativamente baixo quando comparado com os 440 milhões de dólares atribuídos (ver Tabela 3).

Tabela 8: Comparação entre a taxa de execução do OGE 2025 e do OGE 2024 no mesmo período do ano passado, US$m

Categoria Económica	OGE Original 2024	OGE atual 2024 a partir de 1 de junho	Despesas de Caixa Efetivas OGE 2024 a partir de 1 de junho	Taxa de execução OGE 2024 a partir de 1 de junho %	OGE Original 2025	OGE atual 2025 a partir de 1 de junho	Despesas de Caixa Efetivas OGE 2025 a partir de 1 de junho	Taxa de execução OGE 2025 a partir de 1 de junho %
Capital e Desenvolvimento	411	413	23	*6%*	440	440	29	*6%*
Bens e Serviços	384	333	54	*16%*	415	410	79	*19%*
Capital Menor	35	53	1	*2%*	23	24	1	*4%*
Salário & Vencimentos	470	487	158	*32%*	490	494	184	*37%*
Transferências	590	604	229	*38%*	768	766	282	*37%*
Total	**1890**	**1890**	**464**	***25%***	**2,135**	**2,135**	**574**	***27%***

Fonte: Ministério das Finanças, 1 de junho de 2025 *Nota – os valores são montantes não consolidados e incluem transferências da Administração Central para a RAEOA, por exemplo, em 2025 a Administração Central transferiu 10 milhões de dólares para a RAEOA, o que significa que o orçamento consolidado foi 10 milhões de dólares inferior ao indicado acima. Os números do orçamento de 2025 incluem ajustes de janeiro a maio de 2025

3.13. A Tabela 9 mostra a taxa de execução atual de todos os programas com uma dotação superior a US$ 1 milhão no orçamento de 2025. A taxa de execução varia significativamente entre os programas. Entre os programas maiores, aqueles com alocações acima de US$ 100 milhões, os programas Estradas e Pontes têm a menor taxa de execução. Até 01 de junho, o Governo gastou apenas 10% da sua dotação para Estradas e Pontes, em comparação com mais de 30% para outros grandes programas. Isso reflete o fato de que Estradas e Pontes são principalmente investimentos de desenvolvimento de capital, que são mais complexos de executar. Isto também se deve à redução das atividades dos empreiteiros que trabalham nas estradas devido às condições de tempo chuvoso no primeiro semestre do ano. Outros programas que dependem mais de transferências (como a energia elétrica) ou salários e salários (como a educação básica) têm taxas de execução muito mais altas.

3.14. Para programas com alocações entre US$ 10 milhões e US$ 100 milhões, a taxa de execução é particularmente baixa para alguns programas, como os programas Tasi Mane, Diversificação Económica e Aeroporto. Isso ocorre em parte porque eles dependem fortemente do desenvolvimento de capital, mas também reflete o fato de que esses programas são relativamente novos e ainda podem estar a passar por processos de aquisição. Por outro lado, programas bem estabelecidos, como Política Externa e Segurança Nacional, têm taxas de execução relativamente boas, de 50% e 29%, respectivamente. Em contrapartida, a Agricultura, que, apesar de ser um programa prioritário bem estabelecido e apenas

parcialmente dependente do desenvolvimento do capital, apresenta uma taxa de execução particularmente fraca, inferior a 10%. O mesmo pode ser dito para programas menores relacionados, como aquicultura e pecuária, que têm taxas de execução de 16% e 11%, respectivamente. Para outros programas menores, com dotações inferiores a US$ 10 milhões, observa-se um padrão semelhante para o Turismo, que, apesar de ser um setor prioritário, tem uma taxa de execução notavelmente baixa de 18% (ver Tabela abaixo).

Tabela 9 taxa de execução do programa com alocação superior a US$1 milhão até 1º de junho (em US$m)

Programação	Rev. orçamento	Execução (1 de junho)	Taxa de execução (1 de junho)
Inclusão Social	402	118	29%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	375	110	29%
Estradas e Pontes	227	22	10%
Eletricidade	184	87	47%
Ensino Básico	101	41	40%
Gestão das Finanças Públicas	84	16	19%
Segurança Nacional	66	23	35%
Cuidados de Saúde Primários	54	12	22%
Cuidados de saúde secundários e terciários	46	16	36%
Projeto Tasi Mane	44	0	0%
Contingência	43	0	0%
Diversificação Económica	41	7	18%
Descentralização Administrativa e Autarquia Local	39	13	32%
Política Externa de Timor-Leste	38	19	50%
Agricultura, Horticultura e Café	35	3	9%
Aeroporto	33	1	4%
Desenvolvimento de políticas e melhores práticas	27	13	47%
Água e Saneamento	26	7	26%
Defesa Nacional	24	7	29%
Resposta às estruturas danificadas pela calamidade	24	0	1%
Ensino Secundário	18	6	35%
Áreas com Tratamento Administrativo e Económico Especial	18	2	9%
Acesso à justiça	18	5	28%
Funções constitucionais do parlamento	15	5	30%
Bolsa de estudo	15	4	27%
Ensino Superior	15	4	29%
Maior Nascer do Sol	12	4	34%
Educação Pré-Escolar	11	4	33%
Desenvolvimento Rural e Urbano	11	0.9	9%
Transportes	7.4	1.2	16%
Tecnologias da Informação e Comunicação	7.3	3.1	43%
Turismo	6.7	1.2	18%
Revitalização da Comunidade	6.5	0.6	9%
Serviços dos Tribunais de População	6.3	1.6	25%
Política Estratégica Nacional	4.7	3.2	68%
Desenvolvimento do Sector dos Media	4.5	1.4	31%

Programação	Rev. orçamento	Execução (1 de junho)	Taxa de execução (1 de junho)
Cultura e Património	4.5	0.4	9%
Controlo da qualidade dos projetos públicos	3.9	1.3	34%
Implementação de habitação comunitária digna	3.8	0.3	8%
Exploração de petróleo	3.3	0.0	1%
Gestão sustentável dos recursos florestais	2.1	0.7	30%
Formação Técnica	2.1	0.7	35%
Ordenamento Territorial	2.1	0.3	14%
Pesca, aquicultura e recursos aquáticos	2.1	0.3	16%
Conectividade da infraestrutura	1.9	0.0	0%
Pecuária, Veterinária e Tecnologia	1.9	0.2	11%
Meio Ambiente	1.8	0.4	22%
Relações Internacionais e Cooperação do Parlamento	1.8	0.3	19%
Qualificação Profissional	1.5	0.6	40%
Comunicação Institucional	1.4	0.4	27%
Iniciativas de Desenvolvimento do Presidente da República	1.4	0.5	40%

Fonte: GRP, Ministério das Finanças, junho de 2025. Os números do orçamento de 2025 incluem ajustes de janeiro a maio de 2025

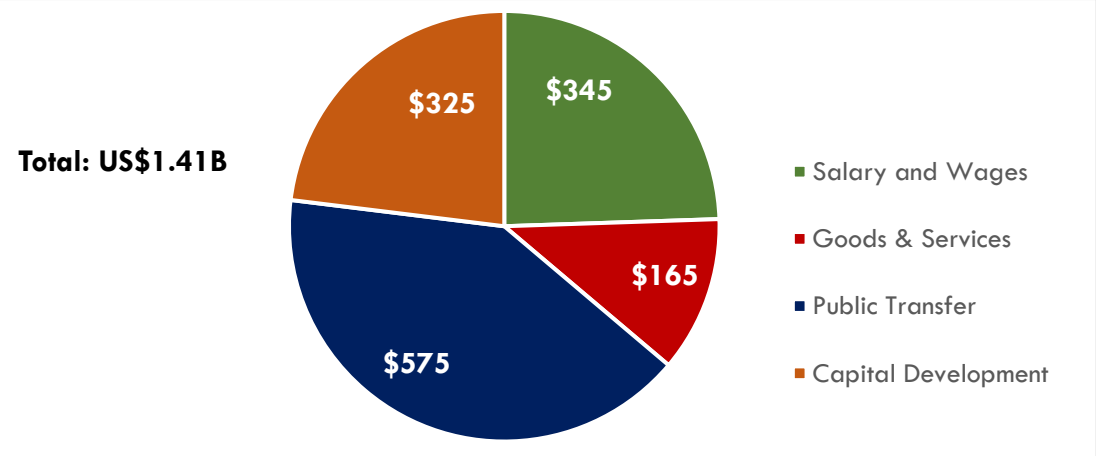
Despesas Obrigatórias para 2026

3.15. As despesas obrigatórias para o Orçamento de 2026 ascendem a um total de 1,41 bilhões de dólares. Esta categoria engloba as despesas públicas que devem ser incorridas de acordo com a lei, acordos vinculativos ou um grau de importância crítica. Inclui vários compromissos, tais como requisitos legais, obrigações contratuais, memorandos de entendimento e determinadas despesas correntes e essenciais.

3.16. A maior parcela corresponde a US$ 575 milhões em transferências, compreendendo US$ 375 milhões para inclusão social, em grande parte relacionados à transferência de veteranos, que quase dobrou em relação ao ano passado. O restante das transferências vai principalmente para o pagamento de empréstimos e juros, bem como cerca de US$ 130 milhões transferidos para empresas públicas, principalmente EDTL.

3.17. O Governo também tem a obrigação de pagar os salários e vencimentos dos funcionários públicos em regimes permanentes e especiais e dos políticos, que representam cerca de US$ 345 milhões para 2026. Para capital e desenvolvimento, os projetos atuais do Fundo de Infraestrutura, bem como todos os projetos de infraestrutura de outras entidades são considerados obrigatórios, representando US$ 352 milhões. Por fim, bens e serviços essenciais, como combustíveis, bens públicos e equipamentos importantes, representam cerca de US$ 165 milhões.

Figura 20 Despesas obrigatórias por categorias (US$ milhões)



Fonte: Análise da Direção-Geral do Orçamento e Planeamento (DGPO) a partir de dados PRF, Ministério das Finanças, junho de 2025

Limites máximos de despesas para o sector público administrativo

3.18. A Tabela 10 apresenta os limites máximos propostos para diferentes elementos do sector administrativo público. Uma desagregação e explicação dos limites máximos de despesas totais e da RAEOA e da Administração Central é fornecida acima na secção de projeções macroorçamentais do documento. O Tabela seguinte apresenta uma repartição indicativa deste limite máximo entre a RAEOA e a Administração Central. As decisões finais sobre esta matéria serão tomadas durante a Comissão de Revisão do Orçamento.

3.19. Os tetos para o Fundo da Segurança Social incluem o Instituto Nacional da Segurança Social (INSS) e o Fundo de Reserva da Segurança Social (FRSS). Os números da Segurança Social são os previstos no Orçamento de 2025. As estimativas revistas serão fornecidas na Proposta de Orçamento para o orçamento de 2026 assim que forem analisadas novas informações do Fundo de Segurança Social ao longo dos próximos meses.

Tabela 10: Limites máximos de despesas para o setor administrativo público (inclui Fundo da Segurança Social - INSS)

Setor Administrativo Público	Orçamento 2025	2026	2027	2028	2029	2030
Administração Central subtrai transferências para a RAEOA	2,063	1,800	1,872	1,947	1,986	2,026
RAEOA	62	50	52	54	55	56
Total Central + RAEOA (Consolidados)	2,125	1,850	1,924	2,001	2,041	2,082
Segurança Social (INSS)	174	200	201	199	200	208
Total do Setor Administrativo Público	**2,299**	**2,050**	**2,125**	**2,200**	**2,241**	**2,290**

**Nota Os valores para a Administração Central no a RAEOA são consolidados, ou seja, não incluem transferências da Administração Central para a RAEOA; Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2025*

4. Riscos Fiscais e Metodologia

Recursos Externos e Limites da Dívida

Empréstimos

4.1. O Governo recorre a empréstimos estrangeiros para satisfazer as suas necessidades de financiamento. De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 e com a Lei n.º 13/2011 do Regime da Dívida Pública, os empréstimos concessionais destinam-se principalmente à construção de infraestruturas estratégicas indispensáveis ao desenvolvimento nacional de apoio à diversificação económica. As condições dos empréstimos estão descritas abaixo:

Tabela 11: Condições de Empréstimos

Credor	Moeda	Empréstimo aprovado US$m	Período de carência (anos)	Período de Amortização Original (anos)	Ano Completo	Taxa de juro ano fiscal de 2025
BAD	EUA, DSE	615.65	5	20	2048	4.6%
BM	EUA, DSE	134.20	7	24	2059	2.5%
JICA	JPY	68.72	10	20	2042	0.60%
AIFFP	EUA	45	5	20	2048	N/A
Total		**863.55**				
Nota: O fundo AIFFP para o projeto do aeroporto está atualmente em análise e ainda não entrou na fase de implementação. Não há taxas de juros.						

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2025

4.2. Em 11 de dezembro de 2024, o Conselho de Ministros decidiu cancelar vários acordos com o Banco Mundial, reduzindo o total de empréstimos em US$ 161 milhões para US$ 864 milhões.

4.3. Dado o peso substancial e as elevadas taxas de juro globais, a taxa de empréstimo do BAD deverá subir para 4,6%, com a taxa de juro da carteira a atingir 3,72% em 2025. Embora este valor ainda seja inferior ao retorno de 4,40% do fundo petrolífero, exige que o Governo se concentre em garantir mais empréstimos a taxa fixa para manter os pagamentos futuros da dívida geríveis.

Tabela 12: Custo do empréstimo vs retorno do PF

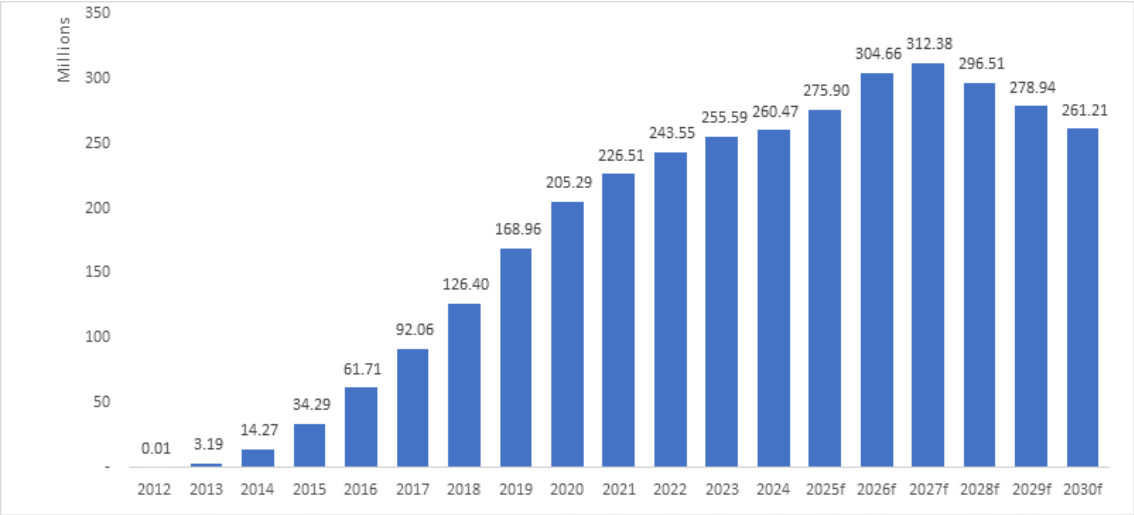
Descrição	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025F
Custo do empréstimo (taxa efetiva)	2.34%	2.03%	1.50%	1.56%	3.25%	3.6%	3.72%
Retorno histórico do FP (anual desde a criação)	4.45%	4.81%	4.90%	3.95%	4.27%	4.40%	4.40%

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2025

4.4. As negociações com instituições de crédito internacionais indicam que alguns acordos de empréstimo podem ser alterados, o que pode atrasar o desembolso. As previsões atuais sugerem que a dívida externa atingirá o pico em 2027, antes de diminuir. O Governo está também a considerar o reembolso antecipado, o que poderá reduzir ainda mais a dívida.

4.5. Até o final do ano fiscal de 2025, a dívida externa deve atingir cerca de US$ 276 milhões. É provável que os juros e taxas diminuam de US$ 9,4 milhões em 2024 para US$ 8,6 milhões até o final de 2025, à medida que os projetos em andamento chegam à conclusão. Esta dívida é relativamente pequena em comparação com a dívida total do Governo.

Figura 21: Stock da Dívida Externa, US$m



Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2025

4.6. Em 2026, prevê-se que o desembolso permaneça relativamente estável devido à conclusão da maioria dos projetos. Um desembolso moderado de empréstimos de US$ 50 milhões é projetado para esse ano, elevando o estoque total da dívida estimado para US$ 304,66 milhões até o final de 2026. Durante o ano de 2025, o Governo fica autorizado a contrair ou emitir dívida pública até ao montante máximo de 850 milhões de dólares, com um prazo máximo de 40 anos. O governo propõe a manutenção desse limite máximo de dívida (US$ 850 milhões) para 2026, o que deverá representar 42% do PIB.

4.7. Os rácios da dívida do país registaram um aumento marginal nos últimos quatro anos. No entanto, a partir de 2023, registou-se uma ligeira diminuição destes rácios, refletindo uma queda no desembolso de empréstimos.

Tabela 13: Indicadores da Dívida Externa para o período 2021-2030, % do PIB e Receitas

	2021	2022	2023	2024	2025F	2026f	2027f	2028f	2029f	2030F
Total da Dívida Externa em relação ao PIB	14.5%	14.5%	14.2%	14.3%	14.1%	15.0%	14.5%	12.9%	11.5%	10.3%
Total do Serviço da Dívida à Receita	1.3%	2.1%	3.1%	3.1%	3.2%	3.4%	4.4%	4.8%	4.9%	4.7%
Total da dívida externa	226.5	243.6	255.6	260.5	275.9	304.7	312.4	296.5	278.9	261.2
Serviço da Dívida	9.8	16.4	22.9	23.7	26.3	26.9	36.2	39.5	39.8	37.4
Receitas (ESI + receitas internas)	766	772	741	771	810	796	828	822	812	800

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2025.

4.8. Dívida externa em relação ao PIB - A dimensão da dívida externa em relação ao PIB permanece abaixo do limiar de 30% estabelecido pelos Tabelas de sustentabilidade da dívida para os países de baixo rendimento com um risco moderado de incumprimento. Em 2025, o rácio dívida/PIB deverá ser de 14,1%.

4.9. Serviço da Dívida à Receita (ESI + Receita Interna) – O rácio entre o serviço da dívida e a receita total deverá aumentar de 1,3% em 2021 para 4,7% em 2030, prevendo-se o valor mais elevado em 2029. Apesar da trajetória ascendente, os valores mantêm-se abaixo dos 14%.

Tabela 14: Previsões do Serviço da Dívida, US$m

Credor	Serviço da Dívida	2024	2025F	2026f	2027f	2028f	2029f	2030F
BAD	Mandante	11.02	13.48	14.76	24.78	28.75	28.90	27.80
	Juros	7.55	6.89	6.30	5.71	5.11	3.83	3.52
	Taxas	0.32	-	-	-	-	-	-
BM	Mandante	2.5	2.73	2.73	2.73	2.73	3.58	4.31
	Juros	1.35	1.56	1.54	1.46	1.39	1.28	1.33
	Taxas	-	-	-	-	-		-
JICA	Mandante	0.76	1.39	1.39	1.39	1.39	3.58	3.42
	Juros	0.15	0.21	0.20	0.19	0.18	1.28	1.15
	Taxas	-	-	-	-	-		-

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2025.

Estado do Projeto

4.10. Os custos dos projetos financiados por empréstimos concessionais são principalmente retirados de três fontes diferentes: empréstimo, fundo de infraestrutura e subvenção. A Tabela 15 indica que o custo total de investimento do total de projetos financiados por empréstimos de 2012 a 2024 é estimado em US$ 596.427.690,19, dos quais US$ 436.549.931,29 são financiados por empréstimos, US$ 156.945.354,43 pelo fundo de infraestrutura e US$ 2.932.404,47 por subvenções.

4.11. A Tabela 15 também mostra que o maior componente do custo do investimento são as obras civis, que representam US$ 522.483.282,48 ou 87,6% do total. As obras civis são financiadas principalmente por empréstimos (71,1%) e pelo fundo de infraestruturas (28,4%), com uma pequena contribuição de subvenções (0,6%). O segundo maior componente é a supervisão, que custa US$ 51.676.661,14 ou 8,7% do total. A supervisão é inteiramente financiada por empréstimos. A terceira componente é outra, que inclui despesas como a reinstalação e a capitalização. Esse componente custa US$ 22.267.746,57 ou 3,7% do total e é financiado por empréstimos (61,8%) e pelo fundo de infraestrutura (38,2%).

4.12. O Governo está atualmente em negociações com instituições de crédito para garantir uma doação adicional de US$ 10 milhões para apoiar projetos de infraestrutura rodoviária

Tabela 15: Custos totais de investimento, US$

Categoria Orçamental	Total (US$)	Empréstimo (USD)	Fundo para as infraestruturas (USD)	Subvenção (USD)
Obras Civis	522,483,282.48	371,105,523.58	148,445,354.43	2,932,404.47
Supervisão	51,676,661.14	51,676,661.14	N/A	N/A
Outros	22,267,746.57	13,767,746.57	8,500,000.00	N/A
Total	**596,427,690.19**	**436,549,931.29**	**156,945,354.43**	**2,932,404.47**

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2025

4.13. Além disso, a desagregação do setor revela que o setor rodoviário é responsável pela maior parte dos financiamentos e dos contratos, seguido dos setores aeroportuário e energético. A Tabela indica igualmente que a maioria dos projetos rodoviários foi concluída ou está prestes a ser concluída, enquanto o aeroporto e os projetos energéticos ainda estão a ser analisados. Dois projetos rodoviários atualmente em construção são os percursos de Baucau a Viqueque e o projeto rodoviário TL.

Tabela 16: Repartição por sectores

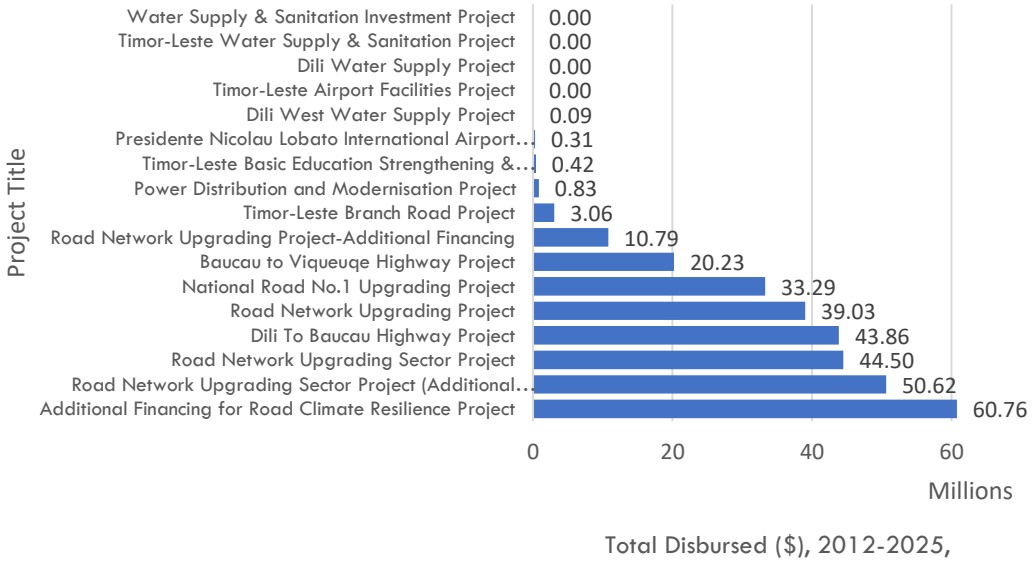
Setor	Orçamento total (US$)	Número de Contratos de Obras Civis	Número de contratos de supervisão	Número de Projetos Concluídos
Estrada	496,435,584.23	16	7	14
Aeroporto	93,000,000.00	1	1	Em revisão

Setor	Orçamento total (US$)	Número de Contratos de Obras Civis	Número de contratos de supervisão	Número de Projetos Concluídos
Energia	6,992,105.96	1	1	Em revisão
Total	**596,427,690.19**	**18**	**10**	

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2025

4.14. Como mostra o Figura a seguir, os projetos com maior taxa de desembolso são a expansão da rede viária. Estes projetos contribuíram para melhorar a conectividade e as condições de vida do país, tanto para a população urbana como rural. Por outro lado, os projetos com menor taxa de desembolso são o abastecimento de água e saneamento, o desenvolvimento do setor da educação, os projetos aeroportuários e energéticos. É importante ressaltar que, embora os acordos de financiamento entre o Governo e instituições financeiras internacionais tenham sido executados, esses projetos estão atualmente em revisão.

Figura 22: Desembolso do projeto, US$ milhões



Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2025

Aceleração do pagamento da dívida

4.15. O Governo de Timor-Leste está a considerar a opção de reembolsos antecipados da dívida como uma componente fundamental da sua política orçamental para o ano de 2026. Este movimento estratégico visa reforçar ainda mais a estabilidade económica do país e a confiança dos investidores. O pagamento antecipado da dívida oferece vários benefícios à economia de Timor-Leste. Em primeiro lugar, assegura a estabilidade económica, reduzindo a dependência do financiamento externo e minimizando o risco de incumprimento. Em segundo lugar, o reembolso antecipado da dívida permite a Timor-Leste tirar partido das elevadas taxas de juro prolongadas do mercado, poupando despesas de juros significativas a longo prazo. Tal traduz-se num perfil de dívida mais favorável, contribuindo, em última análise, para um desenvolvimento económico sustentável.

4.16. Em consonância com estas considerações, o Governo notificou proativamente as principais agências de crédito, nomeadamente a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), sobre os seus planos para acelerar o reembolso da dívida. Em resposta, foi afirmado que existem atualmente seis contratos de empréstimo que são elegíveis para o pagamento antecipado da dívida.

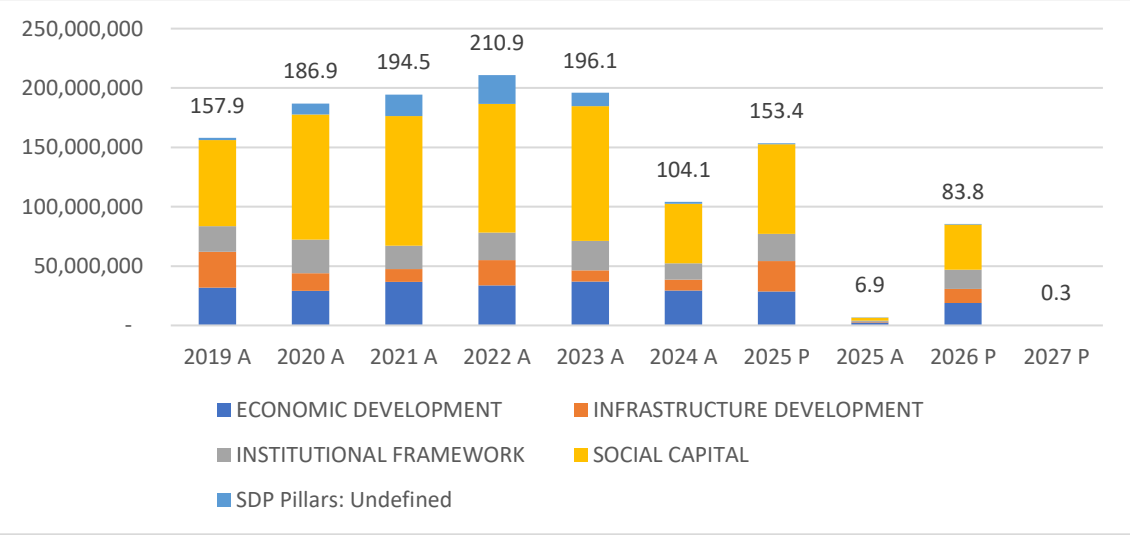
4.17. Até 2026, poderão ser considerados mais seis acordos para reembolsos antecipados, resultando num total de doze acordos.

4.18. O Orçamento de 2026 apresenta uma abordagem inovadora para o financiamento das principais instalações de desenvolvimento de infraestruturas petrolíferas. O teto de empréstimos do Governo de US$ 850 milhões visa facilitar as negociações com potenciais credores, abrindo portas para o financiamento dessas iniciativas cruciais. Com um rácio dívida/PIB relativamente baixo de 14,1%, este plano responsável de contração de empréstimos, assegura que os níveis da dívida se mantêm sustentáveis a médio prazo. Ao investir neste setor estratégico, o Governo pretende gerar novas ou adicionais fontes de rendimento para o Estado a médio e longo prazo, garantindo ainda mais a estabilidade financeira e o desenvolvimento de Timor-Leste

Previsões não relacionadas com a concessão de empréstimos

4.19. O Figura 23 mostra a evolução dos desembolsos de ajuda ao desenvolvimento não relacionada com empréstimos a partir de 2019. O aumento acentuado do financiamento de 2019 para 2020 reflete o aumento da assistência em consequência da pandemia de COVID-19. Os desembolsos planejados para 2026 são atualmente relatados como US$ 83,8 milhões. Estes valores parecem ser baixos, mas os valores das despesas previstas são frequentemente subnotificados. Além disso, espera-se que as despesas planeadas comunicadas aumentem à medida que os orçamentos anuais se tornam mais claros.

Figura 23: Desembolsos Efetivos 2019-2025 e Desembolsos Planejados 2025-2027, US$ milhões



Fonte: Portal da Transparência da Ajuda, relatório gerado em 23 de junho de 2025. Os dados não incluem os valores do Apoio Orçamental Direto.

4.20. Além disso, vemos um aumento no pilar de infraestrutura, isso reflete o próximo investimento no "Projeto de Melhoria do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato".

Tabela 17: Desembolsos planeados de parceiros de desenvolvimento por fonte de fundo para 2026, US$

Fonte do Fundo	2026 Planejado US$
Governo da Austrália	55,710,169
Governo do Japão	17,696,036
Agência de Cooperação Internacional da Coreia	2,805,594
Organização Mundial de Saúde	2,776,950
União Europeia	1,521,072
Programa de Ajuda da Nova Zelândia, Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Comércio	1,087,904
Fundo Verde para o Clima	1,046,485
Banco Mundial	551,757
Banco Asiático de Desenvolvimento	450,000
ONU Mulheres	132,766
TOTAIS	83,778,734

*Os valores não incluem o apoio orçamental direto a fornecer pela Austrália (ver abaixo). Fonte: Direção-Geral de Mobilização de Recursos Externos (DGMRE), Ministério das Finanças, junho de 2025

Tabela 18: Desembolsos planeados por Subpilar e Pilar SDP para 2026, US$

SDP	Subpilar do SDP	Previsto para 2026
Social Capital	Saúde	17,304,564
	Educação e Formação	11,851,660
	Inclusão Social	5,965,969
	Meio Ambiente	1,391,006
Subtotal		**36,513,199**
Desenvolvimento Económico	Desenvolvimento rural	10,976,146
	Agricultura	5,946,124
	Investimento do setor privado	1,962,355
Subtotal		**18,884,624**
Desenvolvimento de Infraestruturas	Aeroportos	10,863,811
	Água e Saneamento	732,763
	Eletricidade	200,000
	Estradas e Pontes	50,000
Subtotal		**11,846,575**
Tabela institucional	Gestão do Setor Público e Boa Governação	11,692,379
	Segurança	3,597,650
	Justiça	608,872
	Agência Nacional de Investimento e Agência de Política Económica e Investimento	236,881

SDP	Subpilar do SDP	Previsto para 2026
Subtotal		**16,135,782**
SDP Indefinido		398,553
TOTAL		83,778,734

Fonte: Portal da Transparência da Ajuda, Ministério das Finanças, junho de 2025

Apoio orçamental direto

4.21. Timor-Leste já recebeu apoio orçamental direto da União Europeia, do Governo da Austrália e da Organização Internacional do Trabalho (apoio pontual em 2020). O DBS é considerado como financiamento do Orçamento do Estado para 2026 porque utiliza sistemas do Governo (o dinheiro vai para o Tesouro) e do Orçamento, em que o financiamento é utilizado diretamente pelos ministérios beneficiários.

4.22. Em 2026, a Austrália fará uso deste método de entrega de apoio para apoiar o programa de Nutrição do Ministério da Saúde. A União Europeia prestará igualmente apoio orçamental para reforçar os esforços do Governo no sentido de melhorar a GFP e a digitalização. Os valores abaixo não estão incluídos no relatório acima, uma vez que serão refletidos em outras áreas da informação orçamental.

Tabela 19: Apoio Orçamental dos Doadores 2026

Apoio orçamental dos doadores	Programa do Governo	2026	2027	2028
Governo da Austrália	Programa de Apoio à Nutrição	AUS de 4,5 m		
União Europeia	Parceria para a Gestão das Finanças Públicas e Transição Digital em Timor-Leste	1 milhão EUR (fixo)	0,5 milhões EUR (fixo)	0,5 milhões EUR (fixo)
		2m EUR (variável)	2m EUR (variável)	2m EUR (variável)

Fonte: Direção-Geral de Mobilização de Recursos Externos, DGMRE, junho de 2025

Tabela 20: Resumo do Apoio dos Parceiros de Desenvolvimento ao Ministério Beneficiário 25-27 Planeado, US$m

Ministério beneficiário	Plano 2025	Plano 2026	Plano 2027
Ministério da Saúde	23.5	14.3	0.0
Ministério dos Transportes e Comunicações	24.5	12.4	0.0
Ministério da Educação	15.1	7.8	0.0
Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas	15.6	6.5	0.0
Ministério das Obras Públicas	8.0	6.0	0.0
Ministério da Administração Estatal	5.3	5.5	0.0
Ministério do Interior	6.0	4.3	0.0
Presidência do Conselho de Ministros	4.3	3.0	0.0
Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos	3.9	2.9	0.0
Instituição RDTL não especificada	7.8	2.8	0.3
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura	5.4	2.0	0.0
Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação	2.5	1.3	0.0

Ministério beneficiário	Plano 2025	Plano 2026	Plano 2027
Ministério da Solidariedade e Inclusão Social	1.6	1.7	0.0
Ministério das Finanças	4.5	1.1	0.0
Ministério do Desenvolvimento Rural e da Habitação Comunitária	1.1	1.1	0.0
Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura	5.9	0.3	0.0
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	0.5	0.3	0.0
Ministério do Comércio e Indústria	1.1	0.2	0.0
Ministério do Turismo e Ambiente	2.0	0.2	0.0
Ministério da Justiça	0.1	0.0	0.0
Gabinete do Primeiro-Ministro	0.2	0.0	0.0
Secretário de Estado da Formação Profissional e da Política de Emprego	1.9	0.0	0.0
Secretária de Estado para a Igualdade e a Inclusão	0.1	0.0	0.0
Sector não governamental	12.6	10.1	0.0
Totais	153.4	83.8	0.3

Fonte: Direção-Geral de Mobilização de Recursos Externos (DGMRE), Ministério das Finanças, junho de 2025

Parcerias público-privadas

4.23. Em termos gerais, as Parcerias Público-Privadas (PPP) referem-se a acordos de longo prazo em que o setor privado constrói ativos de infraestrutura e presta serviços que tradicionalmente são prestados pelo Estado. A propriedade do ativo de infraestrutura continua nas mãos do Governo e o sector privado tem de o transferir de volta em boas condições no final do contrato.

4.24. O DL 8/2014 estipula a constituição de uma Unidade de PPP (UPPP), uma agência de facilitação de PPP no âmbito do Ministério das Finanças para assumir as tarefas de gestão e implementação do Ciclo de Projetos de PPP em coordenação com os ministérios setoriais e o Conselho de Administração do Fundo de Infraestruturas (CAFI). Um papel importante da UPPP é promover e criar um ambiente para atrair investimento direto estrangeiro (IDE) através da modalidade PPP, procurando ao mesmo tempo formas de incentivar a participação do sector privado local em projetos de PPP através da prossecução de políticas que permitam o desenvolvimento de PPP de pequena e média escala.

4.25. Atualmente, um projeto de PPP encontra-se em fase de Implementação e Operação (PPP Porto da Baía de Tibar), um está em fase de Viabilidade (Habitação Acessível) e vários em fase de Iniciação identificados com ministérios e agências de linha como Ministério do Turismo e Ambiente, Ministério do Comércio e Indústria, Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária, APORTIL e Autoridade Municipal de Díli. A situação mais recente destes projetos é apresentada abaixo.

4.26. A modalidade de PPP escolhida para o Porto da Baía de Tibar foi uma concessão de 30 anos, incluindo o projeto, construção, financiamento, operação e transferência (PCFOT) da infraestrutura portuária. O projeto foi adjudicado a um consórcio constituído pela Bolloré Africa Logistics e pela SDV Timor-Leste através de um concurso público internacional que constituiu a Timor Port SA (TPSA) como Concessionária. O contrato de concessão foi assinado a 3 de junho de 2016 entre o GoTL e a Concessionária (TPSA) e a concessão de 30 anos inclui um período de construção de três anos, que teve início em 30 de agosto de 2018.

4.27. A construção foi concluída em 29 de abril de 2023 com a emissão de Certificado de Conclusão do Engenheiro Independente para o Projeto Portuário da Baía de Tibar. A única obra que resta é a Bluezone Construction, pendente de atribuição de terreno ao Ministério das Finanças e ao Porto de Timor para a construção das referidas instalações. Após a construção, o Bluezone será equipado com instalações polivalentes para atividades desportivas e sociais, como futebol, basquetebol, futsal, centro multimédia e biblioteca com acesso total à Internet e outros eventos comunitários.

4.28. A data de início dos serviços ocorreu em 30 de setembro de 2022 (início antecipado). Desde então, até 30 de maio de 2025 (32 meses), 461 navios fizeram escala no porto da Baía de Tibar. Durante este período, o Porto da Baía de Tibar movimentou 202.917 contentores TEUs, incluindo 273 TEUs Contentores da primeira alça de transbordo no Porto da Baía de Tibar, que foi descarregado pela Meratus e ANL Darwin Trader em abril de 2024. Além disso, 694.341 toneladas de carga fracionada também foram movimentadas no Porto da Baía de Tibar. Enquanto isso, a receita total do Grantor durante o período de outubro de 2022 a maio de 2025 é de US$ 3.668.931,80

4.29. A PPP de Habitação Acessível encontra-se em fase de estudo de viabilidade e estruturação da transação. O projeto beneficiou de serviços de aconselhamento da Corporação Financeira Internacional (SFI) do Grupo Banco Mundial. Em maio de 2024, a IFC apresentou um Relatório de Estruturação de Transações (TSR) atualizado.

4.30. O projeto PPP de Habitação Acessível é um projeto residencial concebido para fornecer unidades habitacionais a compradores elegíveis a um preço acessível. Este objetivo deverá ser alcançado através da construção de cerca de 500 unidades habitacionais – cerca de 90 por cento a preço acessível, enquanto as restantes a preço de mercado, todas em parcelas de terreno de 200 m^2. As unidades acessíveis serão uma mistura de estúdio, um quarto, dois quartos e unidades de três quartos, enquanto o tipo de unidades de mercado será decidido pelo licitante vencedor.

4.31. A habitação a preços acessíveis no âmbito de um modelo PPP provou ser bem-sucedida em vários países. Para este projeto em particular, o Governo selecionou um terreno de propriedade do Governo de 20 ha em Suco Hera, cerca de 14 km a leste de Díli. Além do projeto, financiamento e construção, o incorporador será responsável pela venda de unidades habitacionais, enquanto entidade responsável por certas obrigações de O&M, como O&M de infraestrutura de serviços públicos e manutenção de áreas comuns serão esclarecidas em uma fase posterior. Os beneficiários-alvo do projeto são famílias com emprego formal e renda na faixa de US$ 300 a US$ 600 por mês. O projeto foi autorizado a avançar para os próximos passos pelo CAFI durante uma reunião em 23 de outubro de 2023. O Grupo de Trabalho Interministerial foi reformulado e realizou a primeira reunião em 21 de outubro de 2024. Foram discutidas na reunião várias questões críticas relativas ao registo dos terrenos de 20 Ha e subsequente subdivisão dos mesmos em parcelas de terreno de 200 m^2. Uma série de discussões foi conduzida com o Ministério da Justiça no 1º trimestre de 2025, resultando na emissão de despacho do Ministério da Justiça para o reconhecimento do local do projeto como terra estatal. Atualmente, aguarda atribuição de terrenos do MJ ao Ministério das Obras Públicas como proprietário do projeto.

4.32. Com base na decisão do Governo, a modalidade de Parceria Público-Privada Híbrida (PPP) que foi escolhida para o desenvolvimento do projeto do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato foi revisitada, e várias questões administrativas precisam ser tratadas com a Corporação Financeira Internacional (SFI). Por conseguinte, foi elaborado um orçamento provisório para o exercício de 2026, antecipando os custos administrativos da anulação das PPP, tal como refletido no Tabela abaixo.

4.33. Estão a ser preparadas novas iniciativas de PPP no âmbito da implementação de subvenções do Banco Mundial. A subvenção é uma colaboração bem-sucedida entre a DGGMRE-DNPPP e o Banco Mundial com objetivos de capacitação, preparação de novas iniciativas, bem como melhoria do ambiente legal e regulatório para facilitação de projetos de PPP. Até agora, no âmbito deste programa de subvenções, várias formações básicas de PPP foram realizadas com os ministérios de linha, culminando com um workshop sobre o desenvolvimento de projetos de PPP. Foi identificada uma "longa lista" de catorze potenciais projetos com vários ministérios e agências de linha, incluindo o Ministério do Turismo e do Ambiente, o Ministério do Comércio e Indústria, o Ministério do Desenvolvimento Rural e da Habitação Comunitária, a Autoridade Municipal de Díli e a APORTIL. Destes catorze projetos, dois serão selecionados para passar por um estudo de pré-viabilidade a ser implementado por uma equipa de consultoria contratada através da subvenção. Uma nova iniciativa previamente identificada com o Ministério do Turismo e do Ambiente prosseguirá como parte do estudo de pré-viabilidade.

4.34. A Tabela 21 contém a despesa efetiva do Governo de 2022 a 2024, a despesa estimada para 2025, a dotação orçamental geral proposta para 2026 e a dotação orçamental estimada para 2027 em diante para projetos PPP.

Tabela 21: Despesas Efetivas (2022 – 2024), Despesas Estimadas (2025), Alocação (2026) e Alocação Estimada (2027-2029), US$ Milhões

	2022 Atual	2023 Atual	2024 Atual	2025 Est.	2026 Est.	2027 Est.	2028 Est.	2029 Est.
Orçamento de Fontes Combinadas (DTG + IF)	**0.67**	**0.17**	**0.00**	**1.18**	**4.61**	**5.78**	**2.65**	**2.05**
Todas as Dotações Governamentais (DTG)								
PMU Habitação Acessível					0.13	0.13	0.13	0.13
TBP - Auditoria - TP-OMSU				0.30	0.49	0.02	0.02	0.02
SUBTOTAL	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.30**	**0.62**	**0.15**	**0.15**	**0.15**
Fundo de Infraestruturas (FI)								
TBP PPP								
Etapa O&M da PPP do Porto da Baía de Tibar - Levantamento HidroFigura Independente				0.09	0.10			
Estágio O&M de PPP do Porto de Tibar Bay - Perito HidroFigura Independente					0.05			
SUBTOTAL	**0**	**0**	**0.00**	**0.085**	**0.15**	**0**	**0**	**0**
Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato Hybrid PPP (FASA - FS & TSR - IFC)								
FASA - FS & TSR - IFC	0.67				1.11			
SUBTOTAL	**0.67**	**0**	**0**	**0**	**1.11**	**0**	**0**	**0**

Fonte: Direção-Geral de Mobilização de Recursos Externos (DGMRE), Ministério das Finanças, junho de 2025

Demonstração de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes

4.31. Os riscos orçamentais são fatores que podem fazer com que os resultados orçamentais se afastem das expectativas ou previsões. Os riscos fiscais podem surgir de choques macroeconómicos ou da realização de passivos contingentes - ou seja, obrigações desencadeadas por um evento inesperado ou cuja realização durante o exercício é incerta.

4.32. Os passivos contingentes são um tipo de risco fiscal que envolve obrigações de pagamento para os Governos, mas que não surgem a menos que um determinado evento ocorra no futuro para desencadeá-lo.

4.33. No caso de Timor-Leste, tal pode conduzir a novas retiradas excessivas, esgotando o Fundo Petrolífero, e prejudicar a sustentabilidade orçamental e a estabilidade macroeconómica. Os países com instituições mais fortes podem controlar e gerir melhor os riscos subjacentes, de modo a estarem menos expostos ao acionamento de passivos contingentes.

4.34. O Governo está empenhado em melhorar a divulgação, análise e gestão dos Riscos Orçamentais e Passivos Contingentes.

4.35. Além deste requisito legal, Timor-Leste também se comprometeu com o "Desenvolvimento de uma Declaração de Riscos Orçamentais e Estratégia de Gestão de Riscos" no âmbito da Estratégia de Reforma da GFP 2022-2027.

4.36. De acordo com o FMI, as melhores práticas internacionais em torno do risco fiscal e da gestão de passivos contingentes envolvem uma compreensão mais completa dos riscos potenciais, passos para quantificar riscos e passos para mitigar ou prover riscos.

4.37. Assim, para melhor gerir os riscos orçamentais e os passivos contingentes, o Ministério das Finanças procura tomar as seguintes medidas:

1. *Divulgação: descrição de riscos explícitos e potenciais e compromisso de gerenciá-los.*
2. *Coletar: dados de LMs e SOEs sobre seu estoque de riscos.*
3. *Análise: de concentração e correlação de riscos.*
4. *Gerir, mitigar e monitorizar: tomar medidas para gerir o stock de riscos existente e prevenir o seu aumento; provisão para imprevistos; monitorizar cristalizações ou alterações no risco.*

4.38. As declarações de riscos orçamentais publicadas no relatório orçamental descrevem uma parte fundamental da estratégia global de gestão de riscos. A este respeito, a seguinte declaração de risco orçamental fornece um esboço dos riscos macroeconómicos e específicos. Bem como uma avaliação dos potenciais impactos e medidas de mitigação.

Riscos macroeconómicos

4.39. Os riscos macroeconómicos são uma categoria de riscos orçamentais que surgem devido a variações nos pressupostos macroeconómicos e nas previsões utilizadas nas previsões do Governo. É provável que surjam riscos orçamentais se o PIB for inferior ao previsto ou se a inflação for significativamente mais elevada do que as previsões fornecidas na secção anterior.

4.40. Como explicado anteriormente, a inflação em Timor-Leste é em grande parte impulsionada por fatores globais devido à elevada proporção de importações no consumo interno[6]. Os principais riscos para as previsões de inflação contidas neste documento são, por conseguinte, uma depreciação imprevista do dólar norte-americano, uma vez que tal aumentaria o custo das importações e, por conseguinte, aumentaria os preços, os aumentos dos preços do petróleo e os aumentos do preço das importações de produtos alimentares, como o arroz e outros produtos de base. Uma inflação mais elevada devido a estes fatores poderá conduzir a despesas públicas mais elevadas do que as atualmente projetadas. O aumento do preço das importações conduzirá a um aumento do consumo público. O aumento dos preços do petróleo levará a um aumento do subsídio concedido à empresa estatal de eletricidade, EDTL.

[6] A análise dos dados relativos ao comércio e ao consumo sugere que mais de 50% do consumo interno incide diretamente sobre as importações.

4.41. Uma potencial estratégia de atenuação dos riscos relacionados com a inflação consistiria em estimular o investimento na agricultura interna e nas energias renováveis. Nos últimos anos, a EDTL tem estado entre os maiores beneficiários das despesas de transferência, uma vez que o Governo protegeu os cidadãos do aumento dos custos de importação de combustível, subsidiando a compra de eletricidade. Para reduzir a exposição às flutuações dos custos de transporte marítimo e dos preços mundiais do petróleo e reduzir os riscos fiscais decorrentes do subsídio à eletricidade, o Governo deve procurar investir em alternativas de energias renováveis.

4.42. O aumento da produção agrícola interna, particularmente a produção de arroz, também reduziria a dependência das importações para satisfazer a procura interna e, por conseguinte, protegeria o país das flutuações dos mercados agrícolas globais.

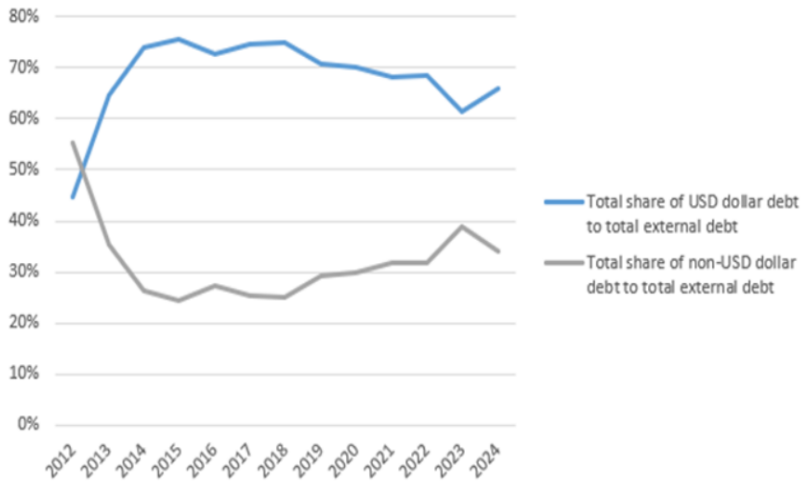
4.43. Em igualdade de circunstâncias, é provável que uma queda do PIB esteja associada a uma queda das receitas internas. O PIB é, em última análise, uma medida da atividade económica e, na ausência de alterações na política fiscal, na administração ou na dimensão da matéria coletável, uma queda da atividade económica significará rendimentos mais baixos e, por conseguinte, menores impostos cobrados. Se o PIB nominal for 10% menor do que o atualmente previsto para 2026, as receitas internas podem cair cerca de US$ 20 milhões.

4.44. Como explicado anteriormente, os dois principais riscos para as previsões do PIB são as importações e a execução governamental. Dada a elevada dependência das despesas públicas para impulsionar o crescimento económico, se a execução ficar aquém das expectativas, o crescimento do PIB também será afetado. Do mesmo modo, uma grande parte do Orçamento de 2025 foi destinada a transferências para as famílias. Se uma parte destas transferências for gasta em importações mais elevada do que o sugerido pelas tendências históricas, o crescimento do PIB será inferior ao previsto.

4.45. No entanto, os riscos globais daí decorrentes serão parcialmente atenuados pelo facto de as importações mais elevadas assistirem também a um aumento dos direitos de importação cobrados. São também atenuados pelo facto de a redução das despesas também apoiar a sustentabilidade orçamental a longo prazo. Se a execução do Governo cair abaixo do nível atual, isso também reduzirá o déficit fiscal existente e, potencialmente, estenderá a vida útil do Fundo Petrolífero.

4.46. Os riscos macroeconómicos são igualmente relevantes para a atual carteira de empréstimos. As taxas de câmbio resultam de empréstimos em moedas diferentes do dólar americano. De acordo com a política de empréstimos, pretende-se que o dólar americano continue a ser a moeda predominante na carteira de dívida externa do Governo devido à economia dolarizada do país. No entanto, desde 2018, a percentagem da dívida em dólares dos EUA diminuiu para atingir 60%. Prevê-se que a política de manutenção de uma parte significativa da dívida em dólares dos Estados Unidos prossiga, pelo menos no curto a médio prazo.

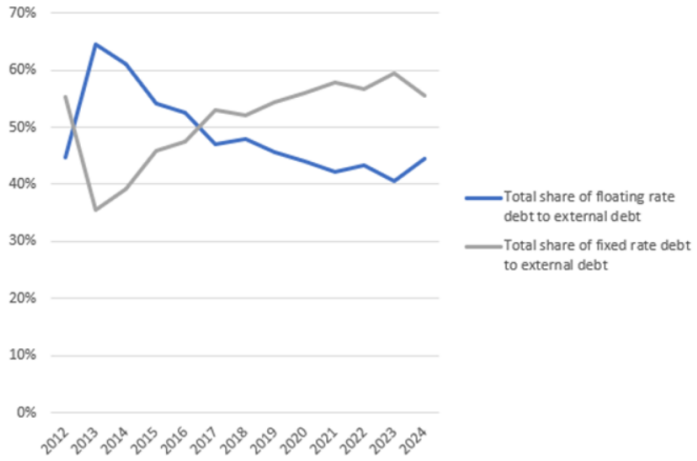
Figura 24: Dívida em dólares dos EUA vs dívida em dólares não americanos, %



Fonte: DNPME, Ministério da Fazenda, setembro de 2024

4.47. As taxas de juro também representam um risco, na carteira de crédito. A partir de 2013, a proporção de dívida a taxa fixa dentro da carteira de dívida começou a aumentar, acabando por compor a participação maioritária em 2017 e 2018. Esta mudança deveu-se à capacidade do Governo de gerir o risco de taxa de juro, dando prioridade aos desembolsos a partir de fontes de taxa fixa. Uma vez que a TL é agora classificada como um país misto, está a ser gradualmente eliminada do financiamento concessional pelos seus credores externos, conduzindo a um aumento esperado dos custos dos empréstimos.[7] Para mitigar o risco de choques de taxas de juro, é necessário expandir o financiamento concessional a uma taxa de juro fixa por parte de fornecedores de empréstimos bilaterais.

Figura 25: Dívida Fixa vs Flutuante, %



Fonte: DNPME, Ministério das Finanças, setembro de 2024.

[7] Como país misto, a TL restringiu o acesso a empréstimos concessionais a uma taxa de juro fixa.

4.48. A médio prazo, o Fundo Petrolífero é o principal amortecedor para os riscos macroeconómicos. O nível atual do fundo proporciona uma margem de manobra significativa nos próximos anos. Por exemplo, as receitas internas teriam de ser mais de 50% inferiores às previsões previstas neste documento para que o Fundo Petrolífero se esgotasse um ano antes do atualmente previsto.

Passivos Contingentes Explícitos reconhecidos por Lei ou Contrato

4.49. O contencioso judicial é uma importante fonte de passivos contingentes e o custo para o Estado depende do resultado do litígio ainda pendente.

4.50. Abaixo estão os casos de litígio atuais contra a República Democrática de Timor-Leste, e seu custo potencial máximo se o caso fosse decidido a favor do demandante.

4.51. Eastlog Projects Limited: Caso de litígio no Tribunal Arbitral de Hong Kong relacionado com a alegada violação do contrato de construção da Base de Fornecimento de Suai, com uma responsabilidade máxima de US$5.305.338,08.

4.52. Caso Timor Corp: Processo judicial no Tribunal Distrital de Díli com uma responsabilidade máxima de cerca de US$2.371.815,36.

4.53. Caso Bolloré Logistic Timor: Processo judicial no Tribunal de Recurso com uma responsabilidade máxima de cerca de US$254.901,70.

4.54. Caso Ensul Engenharia: Processo judicial no Tribunal Distrital de Díli com uma responsabilidade máxima de cerca de US$1.444.617,8

4.55. O Sistema de Garantia de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) é uma iniciativa destinada a apoiar empresas em fase de arranque, através da qual uma garantia governamental cobre até 70% do valor do empréstimo empresarial às MPME, a fim de incentivar o desenvolvimento do setor privado no país com a garantia total de 4 milhões de dólares. O Banco Central de Timor-Leste trabalha com os bancos para partilhar o risco e gerir os riscos. O valor máximo do empréstimo individual é de $150.000. No entanto, esta iniciativa já está 100% orçamentada, pelo que não representa qualquer risco adicional em caso de incumprimento dos empréstimos.

4.56. O *Fasilidade Garantia Crédito Suave* é um sistema de garantia de empréstimos a juros baixos para empresas e particulares. Os empréstimos são concedidos por instituições financeiras que contratam com o Governo (atualmente apenas BNCTL) para fornecer empréstimos a juros baixos que são garantidos pelo Governo. O regime tinha um orçamento inicial de 1.379.990 dólares, mas que foi reforçado com mais 50.000.000 de dólares pela Lei n.º 6/2022, *Primeira alteração ao Orçamento Geral do Estado para 2022*. No entanto, este regime também está 100% orçamentado, pelo que não representa qualquer risco adicional em caso de incumprimento dos empréstimos.

Parcerias público-privadas (PPP)

4.57. Os contratos de parcerias público-privadas podem envolver garantias ou indemnizações sobre variáveis de risco específicas, podendo ser solicitado ao Governo que compense o setor privado pela perda de receitas decorrentes desses riscos.

4.58. Até esta data existe apenas uma PPP em funcionamento do Porto de Tibar, que terminou a construção no ano passado. Os passivos contingentes associados ao Porto de Tibar referem-se a flutuações cambiais, ocorrência de Força Maior ou atos de Deus, ou seja, eventos pelos

quais nenhuma parte pode ser responsabilizada, circunstâncias políticas imprevistas e acordos relacionados a diferentes eventos de rescisão.

Passivos Contingentes Implícitos

4.59. Para além dos passivos contingentes explícitos acima referidos, o Governo deve também considerar os passivos contingentes implícitos. Trata-se de passivos contingentes em que não existe uma obrigação legal de intervenção por parte do Governo. Apesar disso, a intervenção governamental pode ser necessária para proteger o bem-estar económico dos seus cidadãos. Tais passivos contingentes em Timor-Leste são suscetíveis de ocorrer como resultado de crises ambientais, sociais ou económicas. Qualquer crise deste tipo que leve à perda de meios de subsistência devido a danos, deslocações ou desemprego ou outras dificuldades económicas semelhantes pode levar a custos inesperados.

4.60. Estes custos surgiriam se o Governo interviesse através de regimes de assistência social e pacotes de estímulo orçamental. Abaixo descrevemos alguns desses passivos contingentes e explicamos como o Governo os pode mitigar.

4.61. Um passivo contingente implícito é o apoio prestado às empresas públicas. Uma vez que os empréstimos são emitidos apenas para a Administração Central, as Empresas Públicas em Timor-Leste não têm quaisquer riscos ou passivos de dívida. No entanto, várias empresas estatais recebem grandes transferências do Estado anualmente. Os detalhes das transferências estão disponíveis na secção Desempenho orçamental deste documento. O anexo fornece igualmente informações financeiras disponíveis de entidades públicas.

4.62. As catástrofes naturais são outro dos principais riscos enfrentados por Timor-Leste. O país está situado perto do chamado "Anel de Fogo do Pacífico", uma área que tem alguns dos terremotos e atividades vulcânicas mais voláteis do mundo. Com o início das alterações climáticas, o país está também em maior risco de inundações e ciclones.

4.63. Na última década, os maiores gastos com desastres ambientais ocorreram em 2021, quando o Governo foi obrigado a gastar US$ 6,2 milhões, principalmente como resultado do ciclone Seroja.

4.64. Os choques económicos externos são outra fonte de Passivos Contingentes implícitos. Como demonstrado pela crise da COVID-19, as crises sanitária e económica também podem ser uma importante fonte de riscos orçamentais em Timor-Leste. Embora as pandemias sejam eventos pouco frequentes, como uma pequena economia aberta que depende fortemente das importações, Timor-Leste está altamente exposto a eventos económicos noutros países.

4.65. Desde a independência, a crise sanitária da COVID-19 foi certamente o maior choque externo a atingir a economia timorense. A crise teve o maior impacto nos gastos do Governo em 2021, durante o qual o Governo gastou US$ 201 milhões em medidas para proteger os cidadãos dos impactos sanitários e económicos da COVID-19.

4.66. As crises políticas também têm sido uma fonte de riscos orçamentais nos últimos anos. Os atrasos na aprovação do orçamento em 2017, 2018 e 2020 contribuíram para um crescimento económico negativo nesses anos. Um crescimento económico negativo pode significar uma

queda generalizada dos rendimentos entre as empresas e os particulares. A curto prazo, esta situação conduz a receitas fiscais mais baixas. A longo prazo, abranda os progressos em matéria de diversificação económica necessários para ajudar o país a garantir a sua sustentabilidade orçamental a longo prazo.

4.67. Alguns passivos contingentes que representam grandes riscos orçamentais noutros países têm menor probabilidade de se materializarem em Timor. Muitos países em desenvolvimento estão expostos a riscos devido a movimentos voláteis das taxas de câmbio. Uma vez que Timor-Leste utiliza o dólar americano, que está entre as moedas mais estáveis do mundo, tais riscos são menos prováveis (embora não completamente imprevisíveis).

4.68. No entanto, é de notar que Timor-Leste só é capaz de manter um fornecimento regular de dólares como resultado do Fundo Petrolífero. Isso significa que isso pode se materializar como um risco maior na próxima década, conforme explicado na seção Sustentabilidade Fiscal deste relatório.

4.69. Dada a fase inicial do sistema bancário, e o facto de vários dos bancos que operam em Timor serem Empresas Públicas nos respetivos países e estarem sujeitos a credores estrangeiros de último recurso, existe também um menor risco de ocorrência de uma crise financeira interna em Timor-Leste em comparação com outros países de baixo ou médio rendimento.

4.70. Do mesmo modo, o rácio dívida/PIB deverá permanecer relativamente baixo, o que significa que existe um baixo risco de crise da dívida a médio prazo. Um passivo contingente que é exclusivo de Timor-Leste é o risco para as Receitas do Fundo Petrolífero decorrente da volatilidade nos mercados financeiros. Os fatores que afetariam o desempenho do Fundo Petrolífero poderiam ser considerados passivos contingentes, uma vez que as perdas na carteira de investimentos do Fundo poderiam levar ao esgotamento do Fundo mais cedo do que o previsto. Como descrito anteriormente, isso significaria uma maior exposição a riscos fiscais.

4.71. No entanto, o horizonte de investimento do Fundo encurtou-se, dado que as entradas de petróleo de Bayu-Undan estão a terminar e as despesas e retiradas deverão seguir a tendência atual. Não se espera que o retorno do investimento preencha a lacuna.

4.72. Para se ajustar ao esgotamento esperado do Fundo, foi criada em 2021 uma carteira de liquidez de investimentos de baixo risco para financiar os levantamentos ao longo dos próximos três anos. Isto proporciona alguma proteção contra ser forçado a vender ações e obrigações na sequência de uma perda, mas é menos eficaz quando os levantamentos excedem significativamente as projeções. Além disso, um período prolongado de fraco desempenho do investimento reduziria ainda mais a vida útil esperada do Fundo. Para além dos mercados financeiros, o Fundo está exposto ao futuro do projeto Greater Sunrise.

4.73. Em 2019, o Governo decidiu que o Fundo Petrolífero emprestasse 650 milhões de dólares à Timor Gap E.P. e às suas subsidiárias para financiar a aquisição de participações no projeto de desenvolvimento do Greater Sunrise. Estes empréstimos são avaliados anualmente de forma independente para as demonstrações financeiras auditadas do Fundo. Os reembolsos dos empréstimos estão ligados às receitas da Timor Gap E.P. provenientes do projeto petrolífero, o que significa que o Fundo está exposto ao sucesso do projeto de desenvolvimento.

4.74. Para garantir que o fundo de contingência tem dotação suficiente para cobrir eventuais riscos fiscais materializáveis, a nova Lei Tabela do Orçamento e da GFP consagrou um limiar mínimo para o fundo de contingência, que deve ascender a um mínimo de 2% da despesa total do Orçamento e a um máximo de 5% da despesa total.

4.75. Para o Orçamento de 2025, foi alocado um total de US$ 42,6 milhões para o fundo de contingência. Por conseguinte, cumpre o requisito legal, uma vez que representa um pouco mais de 2% do orçamento consolidado para a RAEOA e a Administração Central. O Orçamento de 2026 assegurará também que pelo menos 2% das dotações propostas para o orçamento consolidado sejam para o fundo de segurança social.

4.76. Além do financiamento de contingência, o Governo e as Empresas Estatais podem recorrer a saldos de caixa em caso de perdas inesperadas. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de caixa eram os seguintes:

Tabela 22: Saldos de Caixa para Entidades do Setor Público em Timor-Leste, US$m

Entidade	Saldo de Caixa 31 de dezembro de 2023
BNCTL	443.3
INSS	200.0
Administração Central	186.7
TIMOR GAP	106.1
RAEOA	92.2
EDTL	73.7
ANPM	55.9
Bee-TL	40.8
Saldo de Caixa em Bancos Comerciais	31.7
Murak Rai Timor	1.9
RTTL	0.5
ANATL	0.0*
Total	**1,233**

Fonte: Relatórios financeiros disponíveis em 31 de dezembro de 2023. *Valor inferior a US$100k

4.77. Os saldos de caixa acima indicados baseiam-se nas últimas informações publicamente disponíveis. Os saldos de caixa efetivos no momento em que o orçamento foi aprovado podem diferir destas estimativas. Estes números aguardam atualizações na sequência da publicação dos relatórios financeiros das empresas públicas. A proposta de orçamento para 2026, que será apresentada ao Parlamento no dia primeiro de outubro, conterá números atualizados.

4.78. Grandes choques económicos podem exigir que o Governo intervenha com níveis muito mais elevados de apoio económico. Se tal resposta exigir níveis de despesa que ultrapassem o fundo de contingência, o Governo pode contar com levantamentos do Fundo Petrolífero. No entanto, isso tem um custo, pois retiradas imprevistas e consistentes do Fundo Petrolífero significarão que o fundo se esgotará mais cedo. Isso também demonstra a importância de garantir que a política fiscal possa maximizar a longevidade do Fundo Petrolífero.

4.79. Além disso, se o Fundo Petrolífero se esgotar antes de as receitas internas serem suficientemente elevadas para suportar o financiamento de contingência, os passivos contingentes poderão representar maiores riscos orçamentais.

4.80. O Ministério das Finanças continuará a melhorar a informação fornecida na declaração de riscos orçamentais à medida que a recolha de dados continuar a melhorar.

Metodologia e Pressupostos

Metodologia do Modelo de Sustentabilidade Orçamental

4.81. O Ministério das Finanças realiza análises de sustentabilidade fiscal para o teto orçamental escolhido em cada ciclo orçamental. Utilizando modelização, o impacto do limite orçamental selecionado na sustentabilidade a longo prazo de Timor-Leste pode ser estimado, especificamente o saldo global do Fundo Petrolífero.

4.82. Para produzir a análise, precisamos projetar as despesas, as receitas internas e o desempenho do Fundo Petrolífero. Abaixo resumimos os principais dados e pressupostos do modelo que são usados para alcançar isso.

Dados reais

4.83. Retirada de petróleo em 2025- O valor de retirada do Fundo Petrolífero em 2025 é o estabelecido na proposta de orçamento para 2025. O valor da retirada para 2026 também é o estabelecido neste documento. A análise de tendências sugere que a execução orçamental atingirá 93% em 2025. Presume-se que qualquer excedente do financiamento disponível que exceda a execução orçamental será novamente adicionado ao Fundo Petrolífero.

4.84. Dados do Fundo Petrolífero – O modelo utiliza dados do Fundo Petrolífero de maio de 2025. Isso inclui o saldo do Fundo Petrolífero, informações sobre a divisão de ativos do Fundo Petrolífero e informações mais recentes sobre Levantamentos e Rendimento Sustentável Estimado.

4.85. Dados sobre empréstimos e apoio orçamental direto – O modelo incorpora previsões de desembolso para empréstimos e apoio orçamental direto mencionados neste documento.

Pressupostos/Projeções

4.86. Despesa pública - Presume-se que a despesa pública entre 2027 e 2030 aumente em linha com os níveis delineados nas secções supra relativas às projeções orçamentais e aos limites máximos da despesa. Nas projeções orçamentais da secção 1 do presente documento é

apresentada uma proposta relativa ao nível e à repartição das despesas. Para além de 2030, presume-se que os níveis de despesa aumentem com a inflação a longo prazo e o crescimento da população (cerca de 4% ao ano).

4.87. Receitas Internas – As previsões para as receitas internas são explicadas abaixo

4.88. ROI do Fundo Petrolífero - O modelo também utiliza pressupostos atualizados sobre a taxa de retorno estimada do fundo petrolífero da Unidade do Fundo Petrolífero do Ministério das Finanças. O Fundo Petrolífero está segmentado numa componente de crescimento e liquidez. De acordo com os pressupostos da Unidade do Fundo Petrolífero em junho de 2025, assumimos que a componente de crescimento tem um ROI de 4,7%, enquanto a componente de liquidez é assumida como tendo um ROI de 3,0% A componente de liquidez do fundo é assumida como suficiente para financiar três anos de levantamentos. Para modelar isso, assumimos que o componente de liquidez a cada ano é três vezes o valor do levantamento.

4.89. Apoio orçamental direto (DBS) - As estimativas do apoio orçamental direto para 2026 são fornecidas pela direção-geral de mobilização de recursos externos. Embora as estimativas ainda não estejam disponíveis para além de 2028, partimos do princípio de que o DBS se manterá constante até 2030 e aumentará com a inflação para além disso.

4.90. Desembolso de empréstimos - As previsões de desembolso de empréstimos a médio prazo são fornecidas pela Direção-geral de Mobilização de Recursos Externos. Para além do médio prazo, presume-se que cresçam em linha com a inflação e o crescimento demográfico .

Método de Previsão da Receita Interna

4.91. As receitas internas para 2025 baseiam-se na análise de tendências (ou seja, tomando os primeiros cinco meses de dados e assumindo que o crescimento das receitas está em linha com os anos anteriores). As previsões de receitas para 2026 e anos seguintes são apresentadas da seguinte forma:

4.92. Presume-se que os impostos sobre vendas, os direitos de importação e os impostos especiais de consumo cresçam em linha com o crescimento das importações. Tal deve-se ao facto de estes impostos serem cobrados na fronteira e não haver alterações na política. Presume-se que os impostos sobre o rendimento, os salários e os serviços mantêm um rácio constante com o PIB nominal na ausência de alterações da matéria coletável ou da política fiscal. Portanto, à medida que o PIB e as importações aumentam, a arrecadação de impostos também aumenta. Presume-se que as receitas não fiscais cresçam em linha com o crescimento da população e da inflação.

4.93. Tal como referido na secção 1 do presente documento, as previsões das receitas internas ainda não tiveram em conta os impactos das receitas decorrentes da adesão à ASEAN. Esta análise será realizada a tempo da proposta de Orçamento para 2026.

4.94. As projeções pressupõem a introdução de um Imposto sobre o Valor Acrescentado em 2027. Embora a política do IVA ainda esteja sujeita a discussão, as estimativas preliminares baseiam-se no pressuposto de que a taxa do IVA será de 10%, substituirá os direitos de importação, os impostos sobre serviços e os impostos sobre as vendas. Partimos também do princípio de que o impacto do IVA nas famílias de baixos rendimentos será neutro em termos

de inflação. Este objetivo será alcançado através da taxa zero em produtos essenciais, como alimentos e medicamentos.

Previsão do PIB

4.95. As previsões do PIB contidas neste documento foram elaboradas utilizando um Tabela de modelização macroeconómica desenvolvido através da assistência técnica do Instituto de Formação de Singapura (STI) do FMI e do Centro de Assistência Técnica Financeira do Pacífico (PFTAC).

4.96. A contribuição do Governo para o PIB é estimada através da análise da execução da despesa pública em 2025 e da aplicação de tendências históricas de execução. Para 2026 a 2030, assumimos que a despesa pública aumenta em linha com as previsões de despesa delineadas na secção de projeções macroorçamentais deste documento. Partimos também do princípio de que as taxas de execução pública das despesas de capital registarão melhorias constantes em resultado da GFP e das melhorias em matéria de contratos públicos mencionadas no presente documento.

4.97. As previsões para o consumo do setor privado e para a atividade de investimento são informadas pela análise das tendências históricas do consumo, investimento, remessas da balança de pagamentos e do crédito ao setor privado. Presume-se que o setor privado registe um forte crescimento consistente entre 2026 e 2030.

4.98. Todos os pressupostos relacionados com o crescimento dos preços do petróleo e das matérias-primas, as taxas de câmbio mundiais e as previsões de inflação a longo prazo são retirados das Perspetivas Económicas Mundiais do FMI. A última publicação é de abril de 2025.

4.99. As previsões económicas contidas neste documento visam prever as taxas de crescimento anual do PIB nos próximos cinco anos. Embora isto seja importante para apoiar as decisões de planeamento governamental, deve notar-se que estas previsões dependem de pressupostos e, por conseguinte, incluem um elemento de incerteza. Estas dependem igualmente do êxito da aplicação das políticas mencionadas na secção 2. Fora isso, há mais incertezas.

4.100. As principais fontes de incerteza nas previsões orçamentais acima apresentadas são as seguintes:

- Execução de Orçamentos
- Afetação e qualidade das despesas públicas
- Volume de Importações.

4.101. As taxas de execução podem variar de ano para ano e estão sujeitas a riscos políticos e económicos. Por exemplo, as despesas executadas foram impactadas em 2017, 2019 e 2020 pela crise política e pela COVID-19.

4.102. As taxas de execução dependerão também da capacidade de absorção dos diferentes ministérios. Este é o montante que os ministérios podem gastar, independentemente do seu orçamento. Por exemplo, os ministérios que veem um grande aumento em seus orçamentos podem não ter a capacidade de executar os gastos mais altos devido a restrições de recursos.

Se as taxas de execução ficarem abaixo do esperado (as previsões pressupõem que as taxas de execução históricas se mantêm), é provável que as previsões do PIB apresentadas no presente documento sejam sobrestimadas.

4.103. Do mesmo modo, as previsões acima apresentadas formulam pressupostos sobre a afetação e a qualidade das despesas. As previsões acima referidas pressupõem que haverá uma grande mudança para as despesas de capital, uma vez que o Governo procura visar taxas de crescimento mais elevadas. Pressupõe também que esta despesa será gasta em investimentos de elevada qualidade que conduzam a melhorias no stock de capital do país.

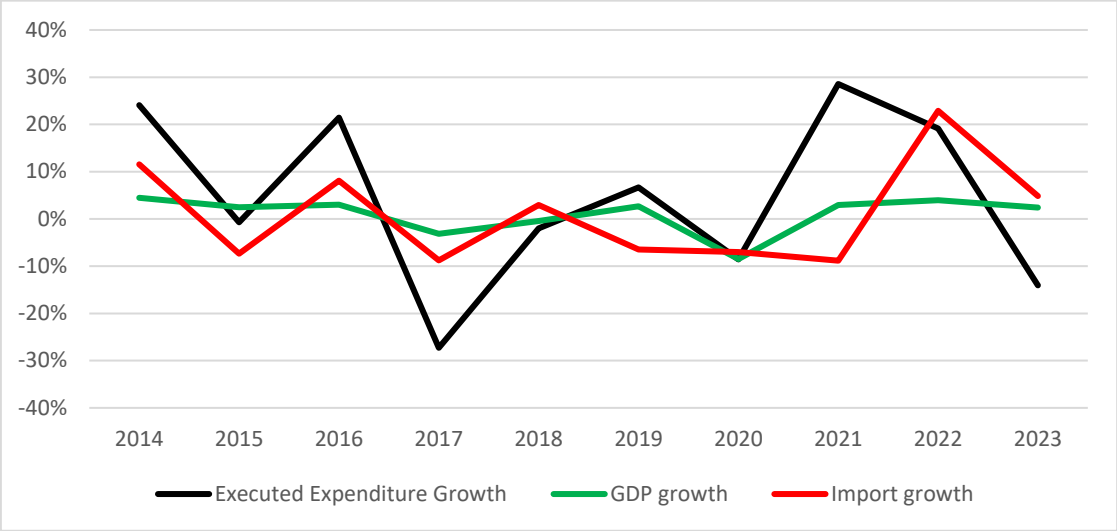
4.104. Se, em vez disso, forem atribuídos orçamentos mais elevados a despesas de transferência improdutivas ou a projetos ineficientes, as previsões do PIB não serão atingidas.

4.105. Outra grande incerteza prende-se com as importações. Se a despesa pública for particularmente dependente das importações, o que significa que grande parte da nova despesa vai para bens e serviços de fora de Timor-Leste, as previsões do PIB para os próximos anos podem ser reduzidas em baixa, uma vez que as importações têm um efeito negativo no PIB final.

4.106. A combinação da qualidade da despesa pública com o nível das importações significa que o aumento da despesa pública em Timor-Leste não foi correlacionado com um maior crescimento do PIB. Na figura que se segue, parece existir alguma correlação entre o crescimento da despesa pública e o crescimento das importações.

4.107. No entanto, grandes picos no crescimento da despesa pública não foram correlacionados com grandes picos no crescimento económico. Tal poderá dever-se ao facto de os aumentos das despesas públicas não corresponderem necessariamente a melhorias na qualidade das despesas. Ao mesmo tempo, orçamentos mais baixos com despesas mais eficientes e de maior qualidade podem potencialmente levar a um maior crescimento económico e ajudar a preservar o Fundo Petrolífero.

Figura 26: Crescimento do PIB em comparação com a despesa e o crescimento das importações, %



Fonte: Análise Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, setembro de 2024 com base nos Dados das Contas Nacionais do INETL e Dados Orçamentais, Ministério das Finanças

Comparação entre as previsões macroeconómicas e orçamentais utilizadas e as previsões dos organismos internacionais de referência

4.108. Apresenta-se seguidamente uma comparação das previsões do Ministério das Finanças com as previsões de outras instituições. Todas as instituições utilizam pressupostos ou fontes de dados diferentes quando fazem as suas previsões, pelo que existem frequentemente diferenças nas projeções entre instituições. Muitas vezes, o Ministério das Finanças disporá de informações mais atempadas relacionadas com os planos de despesa pública do que outras instituições.

Tabela 23: Previsão da taxa de crescimento do PIB, %

Instituição	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Ministério das Finanças	4.1	4.3	2.7	3.9	4.3	4.7	5.0
FMI	4.1	3.4	3.2	3.2	3.1	3.0	3.0
Banco Mundial	4.1	3.5	3.4	3.5			
BAD	3.3	4.0	3.8				
Instituto Nacional de Estatística (INETL	4.1						

Fonte: Previsões do FMI: Perspetivas Económicas Mundiais do FMI de abril de 2025, Previsões do Banco Mundial: Perspetivas Económicas Globais do Banco Mundial, junho de 2025, https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-

prospects; ADB Forecasts: Asian Development Outlook, abril de 2025, https://www.adb.org/where-we-work/timor-leste/economy

4.109. O Tabela seguinte apresenta uma comparação entre as previsões macroeconómicas e orçamentais utilizadas na lei do OGE para 2025 e a evolução real observada.

4.110. O crescimento para 2024 foi previsto em 3,7%, com base na estimativa de que a despesa pública teria uma execução de 86%. A execução final em dezembro de 2024 foi superior ao previsto, conduzindo a uma taxa de execução final de 88%. Como resultado, estimativas preliminares do PIB sugerem que a economia cresceu 4,1% em 2024.

4.111. A previsão de crescimento para 2025 era de 4,1% em 2025. Uma execução mais forte do que o esperado nos primeiros cinco meses do ano e indicadores positivos do setor privado (como o aumento da chegada de turistas e o crescimento do crédito) significam que esta previsão foi revista em alta para 4,3% (dentro da margem de erro da previsão original).

4.112. A previsão de crescimento para 2026 foi revista em baixa neste documento. A previsão inicial para 2026 pressupunha um forte crescimento da despesa pública (de cerca de 7 a 8%). No entanto, tal como explicado nas projeções macroeconómicas e orçamentais supra, embora seja provável que uma despesa pública mais baixa conduza a um menor crescimento, uma despesa mais eficiente pode, efetivamente, melhorar o nível de vida.

Tabela 24: Previsões macroeconómicas no relatório orçamental de 2025 vs. Declaração de Estratégia Orçamental de 2026, %

Número	Relatório do Orçamento 2025			Declaração de Estratégia Orçamental 2026		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Crescimento do PIB %	3.7	4.1	4.4	4.1	4.3	2.7
IPC %	3.0	2.2	2.0	2.1	1.8	2.0

Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças

IX Governo Constitucional
Ministério das Finanças
mof.gov.tl